

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Ao assumir a presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN) no início de 2014, busquei adensar os processos de rotina dessa instância com a inclusão da temática social. Dois paradigmas lastrearam tal orientação: a convicção, solidificada ao longo de cinco mandatos parlamentares sucessivos, de que políticas públicas devem necessariamente combinar crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e a necessidade de colocar política externa e de defesa a serviço do esforço de desenvolvimento, transformação social e amadurecimento político do país.

RELATÓRIO 2014

Ora, diplomacia e defesa se inserem naturalmente no escopo das políticas públicas. Ambas têm por finalidade precípua a consecução do interesse nacional, o qual deve estar alicerçado no bem-estar da população, nos seus direitos e garantias. Por essa razão, o interesse nacional se define no confronto de ideias, por canais institucionais, com a participação da sociedade. A inserção positiva do Brasil no cenário internacional requer, portanto, a definição de políticas públicas consistentes e largamente respaldadas nos anseios da sociedade.

soas nos assuntos globais. Trata-se da internacionalização do mundo na vida cotidiana. Com isso, as pessoas comuns se veem cada vez mais estimuladas a participar da discussão do interesse nacional e de sua defesa no exterior.

Por essa razão, o Congresso brasileiro tem papel cada vez mais importante no debate de nossa estratégia internacional, embora caiba constitucionalmente ao Poder Executivo a política externa. Não se trata aqui de submetê-la a influências doutrinárias ou injunções partidárias, de forma que se substitua a outra função. Trata-se de assegurar a participação da sociedade brasileira na discussão das palavras, das ideias e das ações.

Com esse intuito, foram promovidas diversas atividades. Em 18 de novembro, a Comissão realizou o Seminário Trabalho Escravo Globalizado, com a participação de representantes de diversas organizações da sociedade civil e de autoridades brasileiras e internacionais. Os objetivos de uma reunião desses tipos são, sobretudo, promover o diálogo e a troca de ideias.



Ainda no campo das relações exteriores, e em consonância com a estratégia de desenvolvimento do país, a Comissão tem buscado definir os princípios, deveres e responsabilidades, que buscou refletir acerca da importância da diplomacia e de influência têm sofrido alterações cada vez mais veementes.

No dia 10 de dezembro foi a vez de debater sobre o Brasil e o comércio exterior. A reunião contou com a participação de representantes de diversas organizações da sociedade civil e de autoridades brasileiras e internacionais, o que permitiu a troca de ideias e a discussão de temas relevantes para o desenvolvimento do país.



No que diz respeito à defesa, a Comissão tem atuado para promover o diálogo e a troca de ideias com a sociedade civil e com as autoridades brasileiras e internacionais. A Comissão também tem buscado promover o diálogo e a troca de ideias com a sociedade civil e com as autoridades brasileiras e internacionais.

Preocupado com esse cenário, sobretudo diante do contexto econômico atual, apresentei requerimento para a criação de uma comissão de trabalho, cuja instalação ocorreu em 15 de maio de 2014.



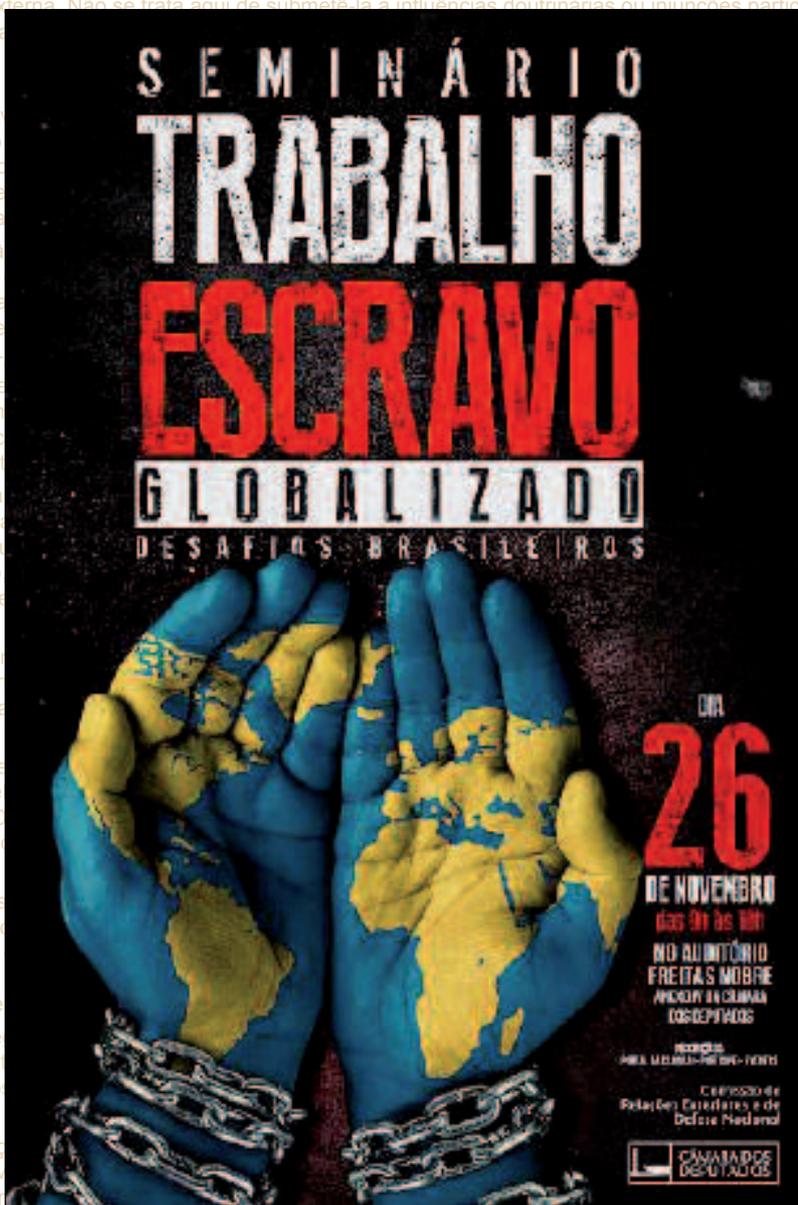
Projetos Estratégicos das Forças Armadas, contribuindo para o desenvolvimento nacional, com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional, com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional, com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional.



Além disso, a Comissão tem promovido o diálogo e a troca de ideias com a sociedade civil e com as autoridades brasileiras e internacionais. A Comissão também tem buscado promover o diálogo e a troca de ideias com a sociedade civil e com as autoridades brasileiras e internacionais.

a Política Salarial dos Militares da Ativa e da Reserva) e ainda pelo Grupo de Trabalho destinado a analisar a adequação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados à tramitação dos instrumentos internacionais de direitos humanos, que resultou na apresentação, à Mesa desta Casa, da Resolução nº 259/2014.

O exercício da diplomacia parlamentar também ocupou lugar de destaque na agenda da Comissão, conforme detalhado neste relatório. Recebi delegações e representantes diplomáticos estrangeiros de diversas nações amigas, ciente de que o processo de diálogo complementar à atu-



SUMÁRIO

Apresentação	5
Mesa	8
Integrantes da Comissão	9
Subcomissões	12
Grupo de Trabalho	15
Proposições Apreciadas	17
Requerimentos Apreciados	20
Sugestões de Emendas apresentadas à LDO	29
Quadro demonstrativo	31
Audiências Públicas	32
Audiências Públicas Conjuntas	48
Seminários.....	55
Outros eventos.....	71
Visitas de Representações Diplomáticas à CREDN	72
Missões Oficiais	79
Atividades na CREDN.....	81
Corpo Técnico	95

I - APRESENTAÇÃO

Deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG)



Ao assumir a presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN) no início de 2014, busquei adensar os processos de rotina dessa instância com a inclusão da temática social. Dois paradigmas lastrearam tal orientação: a convicção, solidificada ao longo de cinco mandatos parlamentares sucessivos, de que políticas públicas devem necessariamente combinar crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e a necessidade de colocar política externa e de defesa a serviço do esforço de desenvolvimento, transformação social e amadurecimento político do país.

Ora, diplomacia e defesa se inserem naturalmente no escopo das políticas públicas. Ambas têm por finalidade precípua a consecução do interesse nacional, o qual deve estar alicerçado no bem-estar da população, nos seus direitos e garantias. Por essa razão, o interesse nacional se define no confronto de ideias, por canais institucionais, com a participação da sociedade. A inserção positiva do Brasil no cenário internacional requer, portanto, a definição de políticas públicas consistentes e largamente respaldadas nos anseios da sociedade.

Ademais, a força da informação e da comunicação, sobretudo por meio das redes sociais, tem possibilitado um envolvimento crescente das pessoas nos assuntos globais. Trata-se da internacionalização do mundo na vida cotidiana. Com isso, as pessoas comuns se veem cada vez mais estimuladas a participar da discussão do interesse nacional e de sua defesa no exterior.

Por essa razão, o Congresso brasileiro tem papel cada vez mais importante no debate de nossa estratégia internacional, embora caiba constitucionalmente ao Executivo formular e executar a política externa. Não se trata aqui de submetê-la a influências doutrinárias ou injunções partidárias, de forma alguma. Mas, se diplomacia constitui a outra face da política nacional, o Parlamento tem a obrigação de ajudar a interpretar o que venha a ser de fato o interesse nacional. Em outras palavras, cuidar para que a política externa não se desvincule da realidade nacional, das questões relativas ao bem-estar da população.

Com essa motivação, ao longo de 2014, foram promovidos, no âmbito desta Comissão, os seminários “Migração e Cidadania – Desafios para Assistência ao Migrante Brasileiro” e “Trabalho Escravo Globalizado - Desafios Brasileiros”, que se incluem entre os novos temas da agenda internacional. Além desses seminários, no dia 18 de novembro esta Comissão realizou Audiência Pública destinada a avaliar as conquistas alcançadas pelo Brasil quanto ao cumprimento dos objetivos de desenvolvimento do Milênio, estabelecidos pelas Nações Unidas para o período de 2000 a 2015 e os pontos que estão sendo discutidos para uma agenda pós-2015.

Ainda no campo das relações exteriores, e em consonância com o esforço para real-

çar a importância do papel da política externa brasileira como instrumento na estratégia de desenvolvimento do país, o Colegiado promoveu, no dia 02 de dezembro, o Seminário intitulado **O Brasil no mundo: deveres e responsabilidades**, que buscou refletir acerca da atuação do País frente à nova geopolítica mundial, em que as configurações de poder e de influência têm sofrido alterações cada vez mais velozes.

No dia 10 de dezembro foi a vez de debater sobre o Brasil e a sua posição no cenário mundial, os desafios da política externa brasileira para os próximos anos; aspectos relacionados ao comércio exterior, sobretudo no que toca às parcerias estratégicas; e ainda o futuro dos mecanismos de integração regional. Esses e outros assuntos foram tema do **Seminário Os Rumos da Política Externa Brasileira**, que contou com a participação de notórios especialistas em assuntos internacionais, como o ex-Chanceler Luiz Felipe Lampreia, o atual Assessor Internacional da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, o sociólogo Demétrio Magnoli, e os Embaixadores Samuel Guimarães Neto e José Botafogo Gonçalves.

No que toca à defesa nacional, a Comissão atuou para que as Forças Armadas recebam os recursos necessários à sua modernização e reequipamento, bem como para que seus integrantes percebam salários e benefícios compatíveis com o nível de exigência e dedicação que a carreira militar requer. Com esse norte, a Comissão realizou audiências públicas com a presença dos Ministros de Estado da Defesa, Celso Amorim, e com a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, com o propósito de cobrar uma adequada política salarial para os integrantes das Forças Armadas e o fim do contingenciamento dos recursos orçamentários na área da defesa, sobretudo daqueles que se destinam a financiar os projetos estratégicos.

Preocupado com esse cenário, sobretudo diante da baixa atratividade da carreira militar nos dias atuais, com todos os reflexos negativos que isso representa para o País, apresentei requerimento solicitando a constituição de Subcomissão Especial destinada a acompanhar a política salarial dos militares da ativa e da reserva, cuja instalação se deu em 14 de maio de 2014, tendo como Presidente o Deputado Victor Paulo (PRB/DF) e Relator o Deputado Izalci (PSDB/DF).

A criação dessa Subcomissão se soma às demais iniciativas já levadas a efeito neste Colegiado, em prol da garantia dos recursos orçamentários necessários à modernização e ao reaparelhamento das Forças Armadas e de mais recursos para a área de pessoal. São exemplos dessas medidas o funcionamento, desde agosto de 2012, da Subcomissão Permanente para acompanhar os projetos estratégicos das Forças Armadas, e a aprovação das sugestões de emendas ao Orçamento Geral da União tendo as Forças Armadas e o Ministério das Relações Exteriores como beneficiários.

Ainda na área da defesa nacional, vale destacar que a Comissão dedicou o dia 6 de maio para debater, no âmbito do Seminário **Os Projetos Estratégicos das Forças Armadas: contribuição ao desenvolvimento nacional**, o atual quadro dos investimentos nessa área e como eles podem alavancar o desenvolvimento nacional, com o domínio de tecnologias sensíveis e a abertura de mercados para equipamentos bélicos fabricados no País. O evento contou com a presença do Ministro de Estado da Defesa, dos comandantes das três forças e de diversas outras autoridades militares e civis, além de dirigentes e representantes das principais empresas de defesa que atuam no Brasil.

No âmbito da produção legislativa, o Colegiado realizou 18 reuniões deliberativas, com a apreciação de 83 proposições, incluindo projetos de lei, mensagens, projetos de decreto legislativo e requerimentos. No campo das audiências públicas, 20 delas foram realizadas, com a presença de 51 convidados, que atuaram como expositores e debateram os principais temas que figuraram na ordem do dia internacional e de defesa.

Além das atividades ordinárias do Colegiado, releva realçar os trabalhos desenvolvidos por suas três Subcomissões Permanentes (para Acompanhar os Projetos Estratégicos das Forças Armadas; dos Movimentos Migratórios do País; para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

sa); por suas duas Subcomissões Especiais (para Acompanhar as Atividades da Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas; para Acompanhar a Política Salarial dos Militares da Ativa e da Reserva) e ainda pelo Grupo de Trabalho destinado a analisar a adequação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados à tramitação dos instrumentos internacionais de direitos humanos, que resultou na apresentação, à Mesa desta Casa, da Resolução nº 259/2014.

O exercício da diplomacia parlamentar também ocupou lugar de destaque na agenda da Comissão, conforme detalhado neste relatório. Recebi delegações e representantes diplomáticos estrangeiros de diversas nações amigas, ciente de que o processo de diálogo complementar à atuação da diplomacia de Estado valoriza o Poder Legislativo e fortalece os laços de amizade e de cooperação com parlamentos e com entidades governamentais de outros países.

Merece destaque, pela relevância, o esforço empreendido pela Comissão para incrementar os canais de interação e de interlocução com a sociedade, sendo exemplo disso a recente criação de uma comunidade virtual, em parceria com o laboratório hacker da Casa, que estimulou o envio de sugestões dos mais variados assuntos ligados ao campo temático da Comissão, para serem discutidos em futuros eventos do Colegiado. Ainda dentro desse escopo, convém destacar que a Comissão procurou facilitar e estimular a participação da sociedade nos debates que ocorrem no âmbito deste Órgão Técnico, valendo-se, para tanto, das ferramentas tecnológicas que a Casa disponibiliza, tal como o SisOuvidor.

Registro, por derradeiro, que além da presidência desta Comissão, também ocupei o cargo de vice-presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI), que tem por missão institucional exercer a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contra-inteligência e de outras a elas relacionadas, desenvolvidas no Brasil ou no exterior por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta ou indireta, especialmente pelos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), a fim de assegurar que tais atividades sejam realizadas em conformidade com a Constituição Federal e com as normas constantes do ordenamento jurídico nacional, em defesa dos direitos e garantias individuais e do Estado e da sociedade

Em que pese a abreviação do ano legislativo, marcado por eleições majoritárias em diversos níveis, verificou-se no exercício de 2014 a intensificação do envolvimento da CREDN com grandes temas da agenda internacional e de defesa, sobretudo no que se refere à afirmação dessas áreas como importante forma de expressão dos valores da sociedade.

Como resultado, o debate sobre a consecução do interesse nacional e sua defesa no exterior ganha legitimidade e eficácia à medida que a Câmara dos Deputados, de maneira geral, e a CREDN, de modo particular, ampliam crescentemente sua participação e influência na discussão acerca do lugar do Brasil no mundo.

Não posso deixar de destacar que todo esse trabalho só foi possível graças ao empenho e à participação ativa dos membros da Comissão e da dedicada equipe da sua Secretaria. Igualmente importante foi a atuação das assessorias parlamentares dos Ministérios da Defesa; das Relações Exteriores; da Marinha; do Exército; da Aeronáutica; das assessorias das lideranças partidárias; e ainda dos órgãos Técnicos da Casa, que sempre atuaram em parceria com a Comissão, contribuindo para o aperfeiçoamento e para o bom andamento dos trabalhos.

Deixo a Presidência desta Comissão convencido de que todos nós que a compõe cumprimos meritoriamente a nobre missão de dirigir os seus trabalhos ao longo de 2014, contribuindo ainda mais para o seu fortalecimento institucional.



Deputado Eduardo Barbosa

II - MESA



Eduardo Barbosa

Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG)

Presidente

Mineiro de Pará de Minas, foi reeleito para seu sexto mandato. Médico formado pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1984. Licenciou-se do mandato de Deputado Federal na Legislatura 1995-1999, para exercer o cargo de Secretário do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente do Estado de Minas Gerais de dezembro de 1995 a abril de 1998.



Duarte Nogueira

Deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP)

1º Vice-presidente

Nascido em Ribeirão Preto - SP, o deputado é Engenheiro Agrônomo formado pela Faculdade de Agronomia e Zootecnia Manoel Carlos Gonçalves, Espírito Santo do Pinhal, SP, 1984-1987. Licenciou-se do mandato de Deputado Federal em dezembro de 2014, para assumir o cargo de Secretário de Estado e Logística e Transportes no Estado de São Paulo, a partir de 1 de janeiro de 2015.



Hugo Napoleão

Deputado Hugo Napoleão (PSD/PI)

2º Vice-presidente

Um dos parlamentares mais experientes no Congresso Nacional, Hugo Napoleão é Advogado e professor formado pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro, RJ, 1963-1967. Foi governador do Estado do Piauí por dois períodos e ex-Senador no período de 1995 a 2003.



Alfredo Sirkis

Deputado Alfredo Sirkis (PSB/RJ)

3º Vice-presidente

Carioca do Rio de Janeiro, Sirkis é formado em História pela Universidade Paris 8, Paris - França, 1972. Foi vereador pelo Município do Rio de Janeiro por três períodos. Como jornalista, trabalhou no Jornal Libération, Paris, França, 1973, Jornal Le Monde Diplomatique, Lisboa, Portugal, 1978, Jornais República, Diário de Lisboa, Diário Popular, Gazeta da Semana, Lisboa, Portugal, 1979; Editor da sessão internacional, Jornal Página Um, Lisboa, Portugal, 1976.

III - INTEGRANTES DA COMISSÃO

<p>Presidente: Deputado Barbosa (PSDB/MG) 1º Vice-Presidente: Deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP) 2º Vice-Presidente: Deputado Hugo Napoleão (PSD/PI) 3º Vice-Presidente: Deputado Alfredo Sirkis (PSB/RJ)</p>	
TITULARES	SUPLENTE
<p>PT</p> <p>Carlos Zarattini PT/SP (Gab. 808-IV) Henrique Fontana PT/RS (Gab. 256-IV) Janete Rocha Pietá PT/SP (Gab. 578-III) Josias Gomes PT/BA (Gab. 642-IV) Marco Maia PT/RS (Gab. 28-II)</p>	<p>Benedita da Silva PT/RJ (Gab. 330-IV) Cândido Vaccarezza PT/SP (Gab. 958-IV) Devanir Ribeiro PT/SP (Gab. 332-IV) Dr. Rosinha PT/PR (Gab. 474-IV) Iara Bernardi PT/SP (Gab. 548-IV) Luiz Alberto PT/BA (Gab. 954-IV) Nelson Pellegrino PT/BA (Gab. 826-IV) Vanderlei Siraque PT/SP (Gab. 574-III)</p>
<p>PMDB</p> <p>Almeida Lima PMDB/SE (Gab. 726-IV) André Zacharow PMDB/PR (Gab. 238-IV) Íris de Araújo PMDB/GO (Gab. 530-IV) (Deputado do PSOL ocupa a vaga)</p>	<p>Adrian PMDB/RJ (Gab. 441-IV) Edson Ezequiel PMDB/RJ (Gab. 748-IV) Newton Cardoso PMDB/MG (Gab. 932-IV) Pedro Novais PMDB/MA (Gab. 813-IV) Raul Henry PMDB/PE (Gab. 707-IV) (Deputado do PT ocupa Vaga)</p>
<p>PSDB</p> <p>Antonio C. M. Thame PSDB/SP (Gab. 624-IV) Carlos Alberto Leréia PSDB/GO (Gab. 830-IV) Carlos Sampaio PSDB/SP (Gab. 207-IV) Duarte Nogueira PSDB/SP (Gab. 525-IV) Eduardo Barbosa PSDB/MG (Gab. 540-IV) Emanuel Fernandes PSDB/SP (Gab. 760-IV)</p>	<p>Cesar Colnago PSDB/ES (Gab. 602-IV) Izalci PSDB/DF (Gab. 284-III) Luiz Carlos Hauly PSDB/PR (Gab. 220-IV)</p>

<p>PSD</p> <p>Hugo Napoleão PSD/PI (Gab. 414-IV) Jefferson Campos PSD/SP (Gab. 346-IV) Urzeni Rocha PSD/RR (Gab. 262-IV)</p>	<p>André de Paula PSD/PE (Gab. 754-IV) Átila Lins PSD/AM (Gab. 730-IV) Moreira Mendes PSD/RO (Gab. 943-IV)</p>
<p>PP</p> <p>Raul Lima PP/RR (Gab. 381-III) (Deputado do PRB ocupa a vaga) 1 vaga</p>	<p>Jair Bolsonaro PP/RJ (Gab. 482-III) Vilalba PP/PE (Gab. 915 - IV) (Deputado do PT ocupa a vaga)</p>
<p>DEM</p> <p>Claudio Cajado DEM/BA (Gab. 630-IV) (Deputado do PSDB ocupa a vaga)</p>	<p>Alexandre Leite DEM/GO (Gab. 841-IV) Ronaldo Caiado DEM/GO (Gab. 227-IV)</p>
<p>PR</p> <p>(Deputado do PMN ocupa a vaga) (Deputado do PSDB ocupa a vaga)</p>	<p>(Deputado do PT ocupa a vaga) (Deputado do PTdoB ocupa a vaga)</p>
<p>PSB</p> <p>Alfredo Sirkis PSB/RJ (Gab. 240-IV) (Deputado do PSDB ocupa a vaga)</p>	<p>Abelardo Camarinha PSB/SP (Gab. 609-IV) Stefano Aguiar PSB/MG (Gab. 471-III)</p>
<p>PDT</p> <p>Marcos Rogério PDT/RO (Gab. 583-III)</p>	<p>Vieira da Cunha PDT/RS (Gab. 711-IV)</p>
<p>Bloco PV, PPS</p> <p>Roberto de Lucena PV/SP (Gab. 235-IV)</p>	<p>Rubens Bueno PPS/PR (Gab. 623-IV)</p>
<p>PTB</p> <p>José Chaves PTB/PE (Gab. 436-IV) Nelson Marquezelli PTB/SP (Gab. 920-IV)</p>	<p>(Deputado do PMDB ocupa a vaga)</p>

PROS Major Fábio PROS/PB (Gab. 638-III)	Cida Borghetti PROS/PR (Gab. 412-IV)
SD João Dado SD/SP (Gab. 509-IV)	Dr. Grilo SD/MG (Gab. 645-IV)
PCdoB Perpétua Almeida PCdoB/AC (Gab. 625-IV)	João Ananias PCdoB/CE (Gab. 303-IV)
PSC (Deputado do PSDB ocupa a vaga)	Takayama PSC/PR (Gab. 910-IV)
PMN Jaqueline Roriz PMN/DF (Gab. 408-IV)	
PTdoB (Deputado do PRB ocupa a vaga)	Lourival Mendes PTdoB/MA (Gab. 937-IV)
PRB César Halum PRB/TO (Gab. 282-III) George Hilton PRB/MG (Gab. 843-IV)	Vitor Paulo PRB/RJ (Gab. 422-IV)
PSOL Ivan Valente PSOL/SP (Gab. 716-IV)	

IV - SUBCOMISSÕES

4.1 - Subcomissão Permanente para acompanhar os projetos estratégicos das Forças Armadas

		MEMBROS
 <p>Presidente: Deputada Perpétua Almeida Criada em 08/08/2012 Instalada: 22/08/2012</p>		ALFREDO SIRKIS (PSB/RJ) EMANUEL FERNANDES (PSDB/SP) HUGO NAPOLEÃO (PSD/PI) LEONARDO GADELHA (PSC/PB) CARLOS ZARATTINI (PT/SP) VITOR PAULO (PRB/RJ)
 <p>Hugo Napoleão</p>	<p>A Subcomissão Permanente dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas foi instituída em 8 de agosto de 2012 com a aprovação do Requerimento 165 de autoria da deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC) que atuará como presidente do colegiado. Para a deputada, o principal desafio será encontrar formas de financiamento permanente para a Marinha, Exército e Aeronáutica.</p> <p>A Subcomissão Permanente dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas terá um Relator-Geral, deputado Vítor Paulo (PRB/RJ) e três para cuidarem dos interesses de cada Força Armada.</p> <p>Caberá ao deputado Hugo Napoleão (PSD-PI) focalizar as prioridades da Marinha do Brasil. Ex-ministro da Educação e ex-Senador da República, ele está em seu terceiro mandato como deputado federal. O deputado está no PSD desde 2011 e foi vice-líder do partido na Câmara.</p>	
 <p>Vítor Paulo</p>	<p>O deputado Vítor Paulo (PRB-RJ) será o principal responsável pelos projetos do Exército Brasileiro. O parlamentar é um dos fundadores da sigla e foi presidente nacional do PRB. Está em seu primeiro mandato e foi líder do seu partido entre 2011 e 2012.</p>	
 <p>Leonardo Gadelha</p>	<p>O deputado Leonardo Gadelha (PSC-PB) foi indicado para coordenar as ações relacionadas à Força Aérea Brasileira, definindo as estratégias que atendam às demandas da Aeronáutica, mantendo diálogo permanente com aquela Força.</p>	

4.2 - Subcomissão Permanente dos Movimentos Migratórios no País

 <p>Vítor Paulo</p> <p>Presidente: cargo vago Relator: Deputado Vítor Paulo Criada em 27/03/2013 Instalada: 17/04/2013</p>	MEMBROS
	<p>CLAUDIO CAJADO (DEM/BA) VITOR PAULO (PRB/DF) RAUL LIMA (PSD/RR) JAQUELINE RORIZ (PMN/DF) PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB/AC) ALMEIDA LIMA (PPS/SE) EMANUEL FERNANDES (PSDB/SP) ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO) JANETE ROCHA PIETÁ (PT/SP)</p>

4.3 - Subcomissão Permanente para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

<p>GABRIELA KOROSSY</p>  <p>Presidente: Deputada Janete Rocha Pietá Vice-Presidente: Deputado Vieira da Cunha Relatora: Deputada Benedita da Silva Criada em 03/07/2013 Instalada: 11/09/2013</p>	MEMBROS
	<p>BENEDITA DA SILVA (PT/RJ) JANETE ROCHA PIETÁ (PT/SP) LUIZ ALBERTO (PT/BA) MARCO MAIA (PT/SP) VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS) IVAN VALENTE (PSOL/SP) PERPÉTUA ALMEIDA (PCDOB/AC)</p>

4.4 - Subcomissão Especial destinada a acompanhar a Política Salarial dos Militares da Ativa e da Reserva

 <p>Presidente: Deputado Vítor Paulo Relator: Deputado Izalci Criada em 20/05/2014 Instalada: 14/05/2014</p>	MEMBROS
	<p>EDUARDO BARBOSA (PSDB/MG) EMANUEL FERNANDES (PSDB/SP) JAQUELINE RORIZ (PMN/DF) NELSON MARQUEZELLI (PTB/SP) VITOR PAULO (PRB/DF) IZALCI (PSDB/DF)</p>

4.5 - Subcomissões Especiais criadas e não instaladas

4.5.1 - Subcomissão Especial destinada a acompanhar o Acordo Mercosul-União Europeia

4.5.2 - Subcomissão Especial para Acompanhar as Atividades da Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas - COP/20

V - GRUPO DE TRABALHO

Grupo de Trabalho destinado a analisar a adequação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados à tramitação dos instrumentos internacionais de direitos humanos

No ano de 2014 funcionou junto à Comissão Grupo de Trabalho destinado a analisar a adequação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados à tramitação dos instrumentos internacionais de direitos humanos, com vistas à sua aprovação com o quórum qualificado a que se refere o § 3º, do art. 5º da Constituição Federal.

De iniciativa do Presidente do Colegiado, Deputado Eduardo Barbosa, por meio da aprovação do Requerimento nº 393/14, esse grupo destinou-se a estudar os meios jurídicos e regimentais necessários à apresentação de anteprojeto de resolução destinado a regulamentar a tramitação, no âmbito da Câmara, das mensagens oriundas do Poder Executivo referentes a tratados internacionais sobre direitos humanos, em face do que prevê o citado normativo constitucional.

Motivou a constituição desse Grupo de Trabalho a orientação introduzida na Constituição Federal, por meio da aprovação da Emenda Constitucional n.º 45, de 2004, que incorporou o parágrafo 3º ao artigo 5º da Carta, o qual enuncia que “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”.

Essa reforma realçou o caráter especial dos tratados de direitos humanos em relação aos demais tratados de reciprocidade entre Estados pactuantes, conferindo-lhes lugar privilegiado no ordenamento jurídico pátrio, no caso status constitucional, desde que observado, quanto ao processo de incorporação de tais instrumentos, o “iter” procedimental concernente ao rito de apreciação e de aprovação das propostas de Emenda à Constituição, em cada uma das Casas do Congresso Nacional.

Conquanto passados dez anos da aprovação da referida Emenda Constitucional, esta Casa Legislativa ainda não regulamentou, no âmbito do seu Regimento Interno, os procedimentos que devem ser seguidos para apreciação dessas matérias. Essa lacuna regulamentar traz uma série de incertezas quanto ao regime de tramitação desses instrumentos, como, por exemplo, questões relativas à possibilidade de emendamento, interstícios para votação, quórum para aprovação, entre outros.

O estudo realizado pelo Grupo de Trabalho partiu do pressuposto de que, para virem a ter o efeito mencionado no § 3º do art. 5º da Constituição, ou seja, para se tornarem equivalentes, juridicamente, a emendas constitucionais, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos não precisam se sujeitar a todas as regras regimentais de tramitação aplicáveis a propostas de emenda à Constituição, mas apenas preencher os dois requisitos especiais de tramitação exigidos constitucionalmente: passar por dois turnos de apreciação em cada uma das câmaras e ser aprovados, em cada um deles, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

Respeitado o preceito constitucional do quórum qualificado, em dois turnos de votação, existe uma gama de opções para tramitação dos citados instrumentos internacionais sobre direitos humanos, não sendo necessário restringir-se às mesmas escolhas adotadas para as Propostas de Emendas à Constituição (PEC), como a da previsão de comissão especial para seu exame ou a de seu encaminhamento inicial, para exame de admissibilidade, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Outro ponto que mereceu a atenção do Grupo de Trabalho diz respeito à competência para definir o rito especial de tramitação desse tipo de mensagem, logo que elas são encaminhadas à Câmara dos Deputados, tendo-se entendido que essa é uma atribuição natural da Presidência da Casa, a quem compete receber e dar o andamento regimental cabível a todas as proposições recebidas. Refletiu-se, ainda, sobre a necessidade de inserção, nos pareceres emitidos pelas comissões sobre esse tipo de mensagem, de pronunciamento específico sobre a conveniência e a oportunidade de se aprovar o tratado ou convenção internacional examinado com os efeitos previstos no § 3º do art. 5º da Constituição. A ideia, neste caso, é reforçar que essa é uma decisão política a ser tomada pela Casa e não uma decorrência automática do fato de o tratado ou convenção internacional versar sobre direitos humanos.

Para assegurar que a oportunidade de o ato vir a ser aprovado com equivalência jurídica de emenda constitucional fique aberta, o Grupo de Trabalho entendeu pertinente reproduzir, das regras de apreciação de PECs, exatamente as mesmas normas sobre a forma de aferição do quórum qualificado, inclusive a da necessidade de se respeitar o interstício mínimo entre os dois turnos, que apesar de ser uma exigência apenas regimental, parece relevante para garantir, efetivamente, que o objetivo da norma constitucional do duplo turno de votação seja atingido, qual seja, propiciar tempo razoável para o amadurecimento e, se for caso, confirmação da decisão tomada no primeiro.

Cuidou-se, por fim, de contemplar regra sobre a possibilidade de, submetido a um, ou mesmo ao segundo turno de apreciação, o projeto de decreto legislativo, mesmo obtendo maioria para ser aprovado, não alcançar os três quintos de votos necessários para lhe dar equivalência a norma constitucional. Nessa hipótese, o Grupo de Trabalho sugeriu que o mesmo passe a tramitar, a partir de então, pelo rito comum aplicável aos demais projetos relacionados à aprovação de atos internacionais em geral.

O Grupo de Trabalho teve a sua instalação formalizada no dia 20 de maio de 2014, tendo como integrantes os Deputados Eduardo Barbosa (PSDB/MG), Nelson Pellegrino (PT/BA) e Jefferson Campos (PSD/SP).

Os trabalhos do grupo foram finalizados no dia 01 de agosto de 2014, com a apresentação, à Mesa da Câmara, do Projeto de Resolução nº 259/2014, que propõe alterar os artigos 151 e 183 e acrescentar novo capítulo ao Título VI do Regimento Interno da Câmara dos Deputados para disciplinar o procedimento especial de tramitação de projetos de decreto legislativo destinados a aprovar tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos.

VI - PROPOSIÇÕES APRECIADAS NA COMISSÃO

1. PROJETO DE LEI Nº 6.645/2013 - do Poder Executivo - Concede auxílio especial e bolsa especial de educação aos dependentes dos militares da Marinha do Brasil falecidos no acidente ocorrido em fevereiro de 2012 na Estação Antártica Comandante Ferraz - EACF.

RELATOR: Deputado Hugo Napoleão (PSD-PI)

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer do relator em 26/03/14.

2. PROJETO DE LEI Nº 6.646/2013 - do Poder Executivo - Autoriza o Poder Executivo a doar três aeronaves T-27 TUCANO à Força Aérea de Moçambique.

RELATOR: Deputado Carlos Zarattini (PT-SP)

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer do relator em 26/03/14.

3. PROJETO DE LEI Nº 6.644/2013 - do Poder Executivo - Revoga a Lei nº 12.442, de 11 de julho de 2011, que autoriza o Poder Executivo a doar aeronave C-115 Buffalo à Força Terrestre Equatoriana.

RELATOR: Deputado Vitor Paulo (PRB-RJ)

Parecer pela aprovação.

Aprovado o Parecer do Relator em 09/04/14.

4. PROJETO DE LEI Nº 6300/2013 - do deputado JUNJI ABE - Amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional, o prazo para requerer registro provisório, previsto na Lei nº 11.961, de 2 de julho de 2009.

RELATOR: Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP)

Parecer pela aprovação

Aprovado o Parecer do Relator em 07/05/14.

5. PROJETO DE LEI Nº 7041/2014 - do deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA - Altera a alínea "c" do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, para incluir a apresentação de atestados de antecedentes entre as obrigações do reservista.

RELATOR: Deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ)

Rejeitada em 14/05/14.

6. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1441/2014 - do deputado CHICO ALENCAR - Sustenta a Portaria normativa nº 186/MD (MD33-M-10), e seus anexos, do Ministro da Defesa, Exmo. Sr. Celso Amorim, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas em Operações de "Garantia da Lei e da Ordem".

RELATOR: Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)

Aprovado o parecer do vencedor, deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP). O parecer do relator, deputado Raul Henry (PMDB/SP), passou a constituir voto em separado.

Rejeitada em 21/05/14.

7. PROJETO DE LEI Nº 3637/2008 - do deputado MOREIRA MENDES - Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Brasil.

RELATOR: Deputado Hugo Napoleão (PSD-PI)

Parecer pela aprovação, com substitutivo.

Aprovado o Parecer em 04/06/14.

8. PROJETO DE LEI Nº 5375/2013 - da deputada SANDRA ROSADO - Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que “Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração”.

RELATOR: Deputado Alfredo Sirkis (PSB-RJ)

Parecer pela rejeição.

Aprovado o Parecer em 04/06/14.

9. PROJETO DE LEI Nº 3980/2012 - do deputado CÂNDIDO VACCAREZZA - Dispõe sobre a gratuidade do traslado de cadáveres ou restos mortais de brasileiro nato ou naturalizado, reconhecidamente pobre, falecido no exterior.

RELATOR: Deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG)

Parecer pela rejeição

Aprovado o Parecer em 10/12/14.

10. PROJETO DE LEI Nº 6460/2013 - DO SENADO FEDERAL - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL- Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira.

RELATOR: Deputado Átila Lins (PSD-AM)

Parecer pela aprovação, com Emendas.

Aprovado o Parecer, com emendas, em 17/12/14.

11. PROJETO DE LEI Nº 7361/2014 - do deputado ALCEU MOREIRA - Altera a redação do art. 2º, inciso V da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, para inserir os §§ 1º, 2º e 3º.

RELATOR: Deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP)

Parecer pela aprovação, com substitutivo.

Aprovado o Parecer em 17/12/14.

12. MENSAGEM Nº 339/2014 - do PODER EXECUTIVO - Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia, assinado em Brasília, em 22 de novembro de 2012.

RELATOR: Deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP)

Parecer pela aprovação

Aprovado o Parecer em 17/12/14.

13. MENSAGEM Nº 343/2014 - do PODER EXECUTIVO - Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu, celebrado em Port Vila, em 29 de agosto de 2013.

RELATOR: Deputado Josias Gomes (PT-BA)

Parecer pela aprovação.

Aprovado o Parecer em 17/12/14.

14. MENSAGEM Nº 345/2014 - do PODER EXECUTIVO - Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre o Exercício de Trabalho Remunerado por Membros da Família que Permanecem sob Sustento de Membro do Pessoal da Missão Diplomática ou da Repartição Consular, assinado em Brasília, em 26 de novembro de 2012.

RELATOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Parecer pela aprovação

Aprovado o Parecer em 17/12/14.

15. MENSAGEM Nº 347/2014 - do PODER EXECUTIVO - Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização dos Documentos Públicos Estrangeiros, celebrado na Haia, em 5 de outubro de 1961.

RELATOR: Deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP)

PARECER: Pela aprovação

Aprovado o Parecer em 17/12/14.

16. MENSAGEM Nº 351/2014 - do PODER EXECUTIVO - Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname na Área de Educação, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

RELATOR: Deputado André de Paula (PSD-PE)

Parecer pela aprovação

Aprovado o Parecer em 17/12/14.

17. CONSULTA Nº 41/2014 - da PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS - Consulta ao Conselho de Defesa Nacional, sobre o Projeto “Mapeamento da Biodiversidade amazônica em escalas múltiplas por meio da integração de geologia e ecologia”.

RELATOR: Deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP)

Aprovada a resposta à Consulta, considerando atendidas as exigências constantes no Decreto nº 98.830/90, que dispõe sobre a coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos no Brasil, e dá outras providências. Em 17/12/14.

VII - REQUERIMENTOS APRECIADOS NA COMISSÃO

1. REQUERIMENTO Nº 400/2014 - dos deputados EDUARDO BARBOSA e ANGELO VANHONI - Solicita realização de Audiência Pública para debater e esclarecer acerca da atual conjuntura da Ucrânia, após as recentes manifestações populares, e a ocupação, por parte da Rússia, no território da Criméia.

Aprovado em 12/03/14, com a alteração de que a audiência pública seja realizada com duas mesas: uma composta por representantes do Ministério das Relações Exteriores, e a outra composta por representantes da comunidade ucraniana no Brasil e da comunidade acadêmica.

2. REQUERIMENTO Nº 382/2014 - dos deputados RUBENS BUENO e NELSON PELLEGRINO - Solicita a realização de Audiência Pública, com o objetivo de discutir a situação atual da Estação Comandante Ferraz, incendiada em 2012.

Aprovado em 19/03/14.

3. REQUERIMENTO Nº 383/2014 - do deputado EDUARDO BARBOSA - Requer a realização de seminário para debater a política nacional voltada para os brasileiros residentes no exterior e as condições para o seu retorno definitivo ao Brasil.

Aprovado em 19/03/14.

4. REQUERIMENTO Nº 391/2014 - da deputada PERPÉTUA ALMEIDA e dos deputados HUGO NAPOLEÃO e NELSON PELLEGRINO - Requer autorização para realizar Seminário nesta Comissão, para juntamente com a Frente Parlamentar de Defesa Nacional, debater a Política Nacional de Defesa.

Aprovado em 19/03/14.

5. REQUERIMENTO Nº 392/2014 - da deputada PERPÉTUA ALMEIDA e do deputado NELSON PELLEGRINO - Requer a realização de audiência pública com a presença do Ministro de Estado do Esporte, Aldo Rebelo, para discutir as ações da Copa do Mundo e as projeções do Brasil no cenário internacional.

Aprovado em 19/03/14.

6. REQUERIMENTO Nº 386/2014 - do deputado DUARTE NOGUEIRA - Solicita que seja convocado o Ministro da Saúde Arthur Chioro, para prestar esclarecimentos sobre o modelo da parceria adotada para a contratação de médicos cubanos pelo Programa Mais Médicos para o Brasil e suas diferenças para com os modelos adotados por outros países.

Aprovado em 19/03/14, com a transformação para convite.

7. REQUERIMENTO Nº 387/2014 - do deputado DUARTE NOGUEIRA - Solicita seja convidado o Procurador-Geral da União, Sr. Paulo Henrique Kuhn, para prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da entrevista que concedeu ao Jornal Nacional, que consta em reportagem exibida na data de 27 de fevereiro de 2014, sobre a investigação que está sendo conduzida pelo Ministério Público do Trabalho e visa apurar supostas irregularidades na contratação de médicos cubanos pelo governo federal.

Aprovado em 19/03/14.

8. REQUERIMENTO Nº 389/2014 - do deputado EDUARDO BARBOSA - Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno desta Casa, a realização de audiência pública com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, para tratar da agenda de política externa brasileira.

Aprovado em 19/03/14.

9. REQUERIMENTO Nº 390/2014 - do deputado EDUARDO BARBOSA - Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno desta Casa, a realização de audiência pública com o Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, para tratar da agenda da política de defesa brasileira.

Aprovado em 19/03/14.

10. REQUERIMENTO Nº 384/2014 - dos deputados EDUARDO BARBOSA e DUARTE NOGUEIRA - Requer a realização de seminário internacional para debater a existência de trabalho escravo no Brasil e no mundo e as ações desenvolvidas para prevenir, combater e erradicar toda forma de exploração de trabalho forçado.

Aprovado em 19/03/14, com a observação de que seja retirada da justificação do requerimento o seu segundo parágrafo.

11. REQUERIMENTO Nº 393/2014 - do deputado EDUARDO BARBOSA - Requer a constituição de Grupo de Trabalho, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com o objetivo de analisar a adequação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados à tramitação dos instrumentos internacionais de direitos humanos, com vistas à sua aprovação com o quórum qualificado a que se refere o § 3º, do art. 5º da Constituição Federal.

Aprovado em 19/03/14.

12. REQUERIMENTO Nº 394/2014 - da deputada PERPÉTUA ALMEIDA e do deputado NELSON PELLEGRINO - Requer autorização para visita de parlamentares desta Comissão à Empresa Helibrás.

Aprovado em 19/03/14, com a inclusão de outras empresas do Polo Aeroespacial localizadas em São José dos Campos - SP.

13. REQUERIMENTO Nº 397/2014 - do deputado NELSON PELLEGRINO - Solicita seja convidado o Ministro de Estado da Saúde Senhor Arthur Chioro para esclarecimentos sobre o Programa Mais Médicos para o Brasil.

Aprovado em 19/03/14.

14. REQUERIMENTO Nº 398/2014 - do deputado DUARTE NOGUEIRA - Solicita seja convidado o assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, Sr. Marco Aurélio Garcia, para prestar esclarecimentos sobre o papel que lhe foi efetivamente atribuído, pelo governo brasileiro, para tratar da crise política e institucional que se instalou na Venezuela.

Aprovado em 19/03/14.

15. REQUERIMENTO Nº 399/2014 - do deputado RUBENS BUENO - Solicita a realização de Audiência Pública, com o objetivo de discutir as relações comerciais do Brasil com a Venezuela e a Argentina.

Aprovado em 19/03/14, com a inclusão do Mercosul no objeto da audiência pública.

16. REQUERIMENTO Nº 401/2014 - dos deputados NELSON PELLEGRINO, PERPÉTUA ALMEIDA e IVAN VALENTE - Requer, nos termos do Regimento Interno e da Constituição Federal, seja convidado o Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, e o Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, para debater sobre a Operação "Garantia de Lei e Ordem".

Aprovado em 19/03/14.

17. REQUERIMENTO Nº 402/2014 - do deputado NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Solicita seja convidado o Diplomata Luiz Filipe Macedo Soares Guimarães, ex-Subsecretário Geral da América do Sul do Ministério de Relações Exteriores e o Senhor Embaixador Eduardo dos Santos, Secretário Executivo do Ministério de Relações Exteriores para prestarem esclarecimentos sobre a participação do Brasil na Comissão de Apoio e Assistência ao Governo da Bolívia da UNASUL por conta da crise política institucionalizada na Bolívia em razão de alteração constitucional naquele país.

Aprovado em 19/03/14.

18. REQUERIMENTO Nº 404/2014 - da deputada PERPÉTUA ALMEIDA e do deputado NELSON PELLEGRINO - Requer autorização para visita de parlamentares desta Comissão ao Estado Plurinacional da Bolívia, com o objetivo de dialogar com autoridades locais a respeito da condição de estudantes brasileiros naquele país.

Aprovado em 19/03/14, com a alteração de que as visitas sejam estendidas ao Parlamento e às autoridades do Governo Boliviano da área de energia.

19. REQUERIMENTO Nº 9718/2014 - do deputado VIEIRA DA CUNHA - Os Deputados que este subscrevem requerem, nos termos do artigo 255 e seguintes do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania, Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Direitos Humanos e Minorias, com a finalidade de ouvir o General Reformado do Exército, Sr. José Antônio Nogueira Belham, sobre as circunstâncias da prisão, tortura, morte e ocultação de cadáver do ex-Deputado Federal Rubens Beyrodt Paiva.

Aprovado em 19/03/14.

20. REQUERIMENTO Nº 405/2014 - da deputada JANETE ROCHA PIETÁ - Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para fazer lançamento da publicação 11 anos dos Acordos de Paz em Angola.

Aprovado em 26/03/14.

21. REQUERIMENTO Nº 409/2014 - dos deputados DR. ROSINHA, DUARTE NOGUEIRA, NELSON PELLEGRINO e ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Requer realização de audiência pública para debater o Acordo Mercosul - União Europeia.

Aprovado em 02/04/14.

22. REQUERIMENTO Nº 410/2014 - do deputado EDUARDO BARBOSA - Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para ouvir autoridades do governo brasileiro e o cientista político e jornalista argentino, Marcelo Falak, editor do *Ámbito Financiero*, de Buenos Aires, a respeito do ingresso do Brasil na Suprema Corte dos Estados Unidos, para apoiar a Argentina na causa em que o país é processado por 14 credores da dívida remanescente do calote de 2001.

Aprovado em 02/04/14.

23. REQUERIMENTO Nº 411/2014 - dos deputados EMANUEL FERNANDES, ANTONIO IMBASAHY, DUARTE NOGUEIRA e NELSON PELLEGRINO - Requer a realização de audiência pública com a presença do Senhor Paulo Roberto Costa, ex-Diretor de Refino e Abastecimento da Petrobras, para prestar esclarecimentos sobre seu envolvimento na construção da Refinaria Abreu Lima, em Pernambuco.

Aprovado em 02/04/14, contra o voto do deputado Josias Gomes e abstenção do deputado Carlos Zarattini.

24. REQUERIMENTO Nº 415/2014 - dos deputados EMANUEL FERNANDES, ANTONIO IMBASAHY, DUARTE NOGUEIRA e ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Solicita seja convidado o Senhor Nestor Cerveró, ex-Diretor da Área Internacional da Petrobras, para prestar esclarecimentos acerca da operação de compra da refinaria de Pasadena (Texas, Estados Unidos da América), por parte da estatal brasileira.

Aprovado em 02/04/14, com a inclusão do nome do Sr. Alberto Feilhaber, ex-funcionário da Petrobrás, no rol de convidados da audiência pública.

25. REQUERIMENTO Nº 416/2014 - dos deputados IZALCI, EDUARDO BARBOSA, CESAR COLNAGO e DUARTE NOGUEIRA - Solicita sejam convocados a Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra Miriam Belchior, e o Ministro de Estado da Defesa, Sr. Celso Luiz Nunes Amorim,

para prestar esclarecimentos à Comissão sobre a política salarial para a categoria dos militares da ativa e da reserva.

Aprovado em 02/04/14, com a transformação de “convocação” para “convite”, e com a sugestão de que a audiência pública para oitiva da excelentíssima senhora Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, seja feita em conjunto com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

26. REQUERIMENTO Nº 418/2014 - do deputado ALFREDO SIRKIS - Requer a realização de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias para a apresentação da situação do povo Saharauí, a última colônia africana, que luta por mais de 35 anos pela sua independência com a participação do Exmo. Senhor Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro de Estado das Relações Exteriores; Exmo. Senhor Hache Laarosi, Ministro para América Latina da República Saharauí; Exmo. Sr. Mahamed Laarosi, Embaixador do Governo de Saharauí; Sra. Laura Daudén, renomada jornalista brasileira; Sr. Régis Rosing, jornalista da Rede Globo; Sr. Rafael Freitas, Produtor da Rede Globo; Sr. Marcelo Bastos, repórter cinematográfico da Rede Globo e o Sr. Javier Barden, renomado ator espanhol, que luta pelas questões de Saharauí.

Aprovado em 02/04/14, com a substituição do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, por um representante daquele Ministério, bem como com a ressalva de que, em vez do Embaixador do Governo de Saharauí, seja convidado um outro representante daquela colônia Africana, em atendimento ao que dispõe o art. 257 do RICD.

27. REQUERIMENTO Nº 395/2014 - do deputado CLAUDIO CAJADO - Requer, nos termos regimentais, que seja aprovada manifestação de apoio à paz, ao fim da violência e à integridade da soberania e da unidade territorial da Ucrânia, fazendo-se consignar nos anais da Comissão.

Aprovado em 23/04/14, com abstenção dos deputados Hugo Napoleão e Jair Bolsonaro.

28. REQUERIMENTO Nº 406/2014 - da deputada JAQUELINE RORIZ - Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, que seja realizada Audiência Pública, a fim de se obter esclarecimentos sobre as munções cluster (armazenamento, utilização e comercialização).

Aprovado em 23/04/14.

29. REQUERIMENTO Nº 407/2014 - dos deputados RUBENS BUENO, ANTONIO CARLOS MENDES THAME e EMANUEL FERNANDES - Requer CONVIDAR os Senhores NESTOR CEVE-RÓ, ex-diretor financeiro da Petrobras e atual diretor financeiro de serviços da BR-Distribuidora e SÉRGIO GABRIELLI, ex-presidente da Petrobrás e atual secretário de planejamento do governo da Bahia, para, em audiência pública, prestarem informações sobre as revelações que envolvem falhas e irregularidades cometidas por todos no contexto da compra pela Petrobrás das ações da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

Aprovado em 23/04/14, com a inclusão do nome do Sr. Alberto Feilhaber, ex-funcionário da Petrobras, no rol de convidados da audiência pública.

30. REQUERIMENTO Nº 413/2014 - do deputado CLAUDIO CAJADO - Requer que sejam convocados o Exmo. Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, e o Exmo. Sr. Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União, a fim de prestarem esclarecimentos acerca de seu envolvimento na confecção de ata de reunião do Conselho de Administração da Petrobrás, que deliberou sobre a aquisição da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos da América.

Aprovado em 23/04/14, com a alteração de convocação para convite.

31. RELATÓRIO Nº 1/2014 - DA SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS PARTES SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. - Relatório Final dos trabalhos desenvolvidos pela Subcomissão Especial para acompanhar as atividades da Conferên-

cia das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP 19).
RELATOR: Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)
Aprovado em 23/04/14.

32. REQUERIMENTO Nº 422/2014 - dos deputados DUARTE NOGUEIRA, ANTONIO IMBASAHY, ANTONIO CARLOS MENDES THAME e EMANUEL FERNANDES - Solicita que seja convidado o Sr. José Sérgio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras, para reunião de Audiência Pública nesta Comissão, para prestar esclarecimentos acerca da aquisição pela estatal brasileira da refinaria de Pasadena, no Texas, Estados Unidos, bem como sobre as responsabilidades em relação à negociação.

Aprovado em 23/04/14, com a inclusão do nome do Sr. Alberto Feilhaber, ex-funcionário da Petrobrás, no rol dos convidados da audiência pública.

33. REQUERIMENTO Nº 423/2014 - da deputada MARA GABRILLI - Requer a aprovação de representação desta Comissão, em missão oficial, ao The Miami Project to Cure Paralysis, na cidade de Miami, nos Estados Unidos da América.

Aprovado em 23/04/14.

34. REQUERIMENTO Nº 424/2014 - do deputado DUARTE NOGUEIRA - Solicita que sejam convidados os Srs. Marcelo Côrtes Neri, Presidente do IPEA, e o Sr. Pedro Silva Barros, técnico do mencionado Instituto, para reunião de Audiência Pública nesta Comissão, voltada para avaliar a atuação do IPEA na Venezuela.

Aprovado em 23/04/14.

35. REQUERIMENTO Nº 417/2014 - do deputado ALFREDO SIRKIS - Requer a criação de subcomissão especial, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, para acompanhar as atividades da Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas, conhecida como COP-20, a realizar-se em Lima, no Peru, entre os dias 1º de dezembro e 12 de dezembro de 2014.

Aprovado em 07/05/14.

36. REQUERIMENTO Nº 426/2014 - da deputada PERPÉTUA ALMEIDA - Requer realização de audiência pública para discutir com autoridades públicas o apoio humanitário aos imigrantes haitianos no Brasil.

Aprovado em 07/05/14.

37. REQUERIMENTO Nº 427/2014 - do deputado DUARTE NOGUEIRA - Solicita seja convocado o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Senhor Manoel Dias, para prestar esclarecimentos sobre a imigração de haitianos para o Brasil.

Aprovado em 07/05/14, com a transformação para convite.

38. REQUERIMENTO Nº 429/2014 - do deputado EDUARDO BARBOSA - Requer a criação de Subcomissão Especial, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para acompanhar a política salarial dos militares da ativa e da reserva.

Aprovado em 07/05/14.

39. REQUERIMENTO Nº 430/2014 - do deputado RUBENS BUENO - Requer que seja constituída comitiva de deputados desta Comissão para realizar audiência com a Ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça, a fim de tratar de recurso do Ministério Público Federal, do qual ela é relatora, alusivo ao acidente com o voo 1907 da empresa Gol Transportes Aéreos que, em 2006, acidentou-se após colidir com um jato executivo Legacy pilotado pelos norte-americanos Joseph Lepore e Jan Paul Paladino.

Aprovado em 07/05/14.

40. REQUERIMENTO Nº 432/2014 - do deputado EDUARDO BARBOSA - Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública destinada a fazer um balanço dos dez anos da Missão de Paz e de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH), e ainda identificar alternativas para cessar com o tráfico de cidadãos haitianos, com o tratamento desumano que eles recebem, bem como encontrar meios que possam viabilizar economicamente o Haiti para que a Missão da ONU possa deixar o país sob o controle dos próprios haitianos.

Aprovado em 07/05/14.

41. REQUERIMENTO Nº 434/2014 - do deputado EDUARDO BARBOSA - Com suporte no artigo 255 do Regimento Interno, solicito a realização de audiência pública para discutir a crise institucional e política na Venezuela, bem como o papel do Brasil nesse contexto, em conformidade com acordos prévios firmados neste Colegiado.

Aprovado em 07/05/14.

42. REQUERIMENTO Nº 437/2014 - do deputado NELSON PELLEGRINO - Requer, nos termos regimentais, a realização de missão oficial à Venezuela, constituída por membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), com o objetivo de avaliar a atual situação política e institucional do País.

Aprovado em 14/05/14.

43. REQUERIMENTO Nº 421/2014 - dos deputados ANDRÉ ZACHAROW, ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA e JANETE ROCHA PIETÁ - Requer, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com a presença do Embaixador Sérgio França Danese, Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores; do Senhor Jaci Setti, Produtor Rural no Paraguai; e de outros convidados a serem indicados por membros desta Comissão, com a finalidade de discutir os conflitos de terra envolvendo produtores rurais brasileiros e seus descendentes no Paraguai.

Aprovado em 04/06/14.

44. REQUERIMENTO Nº 433/2014 - do deputado DUARTE NOGUEIRA - Solicita que seja convidado o Dr. Rodrigo Tavares, Chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais do Estado de São Paulo, para reunião de Audiência Pública nesta Comissão, com objetivo de fazer uma apresentação sobre as ações nacionais nas relações internacionais.

Aprovado em 04/06/14, com a inclusão de representante do Ministério das Relações Exteriores no rol de convidados.

45. REQUERIMENTO Nº 436/2014 - dos deputados RAUL LIMA e PAULO CESAR QUARTIERO - Requer a realização de Audiência Pública para discutir as providências adotadas pelo Governo brasileiro com relação às violências praticadas por membros da Guarda Nacional, bem como por militares do Exército da Venezuela, contra brasileiros que ingressam naquele país por via terrestre.

Aprovado em 04/06/14, com convite para participação de representantes do Ministério das Relações Exteriores, do corpo consular brasileiro na Venezuela e do Departamento de Polícia Federal.

46. REQUERIMENTO Nº 439/2014 - dos deputados ANTONIO CARLOS MENDES THAME e EMANUEL FERNANDES - Solicita a convocação do Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, para esclarecer a compra dos caças Gripen, da Suécia, pelo Brasil, bem como as condições de compra dos mísseis "Harpoon", dos Estados Unidos.

Aprovado em 04/06/14, com convite para participação do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, contra o voto do deputado Alexandre Leite.

47. REQUERIMENTO Nº 440/2014 - do deputado DR. ROSINHA - Requer a constituição de Subcomissão Especial para acompanhar o Acordo Mercosul - União Europeia.

Aprovado em 04/06/14.

48. REQUERIMENTO Nº 441/2014 - dos deputados CARLOS ZARATTINI e NELSON PELLEGRINO - Solicita sejam convidados o Sr. Coordenador Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear - PROSUB, da Marinha do Brasil, e o titular da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC, da Força Aérea Brasileira para prestar informações sobre a “Transferência de Tecnologia” e “Nacionalização” da Produção de Defesa. Aprovado em 04/06/14, com a inclusão de representante do Ministério da Defesa no rol de convidados.

49. REQUERIMENTO Nº 442/2014 - do deputado CLAUDIO CAJADO - Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com a presença do Sr. Mauro Borges, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; do Sr. Rodrigo Cota - SAIN/Ministério da Fazenda; e do Sr. Luiz Eduardo Melin - Diretor Internacional/BNDES, a fim de debater sobre Exportação de Serviços de Engenharia no Brasil. Aprovado em 04/06/14.

50. REQUERIMENTO Nº 445/2014 - do deputado LUIZ CARLOS HAULY - Submete a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional requerimento para solicitação à Presidência da Câmara dos Deputados reexame do despacho exarado ao Requerimento nº 10.311, de 2014. Aprovado em 02/07/14.

51. REQUERIMENTO Nº 446/2014 - do deputado ALFREDO SIRKIS - Requer a participação, como observadores, dos membros desta comissão na 6ª Cúpula dos BRICS, que acontecerá no dia 15 e 16 de julho, em Fortaleza e Brasília. Aprovado em 02/07/14, com a observação de que a missão oficial será realizada com ônus para a Câmara dos Deputados.

52. REQUERIMENTO Nº 447/2014 - do deputado ALFREDO SIRKIS - Requer a participação dos membros desta comissão no Big Data Climate Challenge, que será realizado no dia 23 de setembro de 2014, na sede da ONU em Nova York e visa mostrar os impactos reais da mudança climática, revelando tanto as implicações econômicas de impacto climático quanto as oportunidades para gerenciar os riscos climáticos. Aprovado em 02/07/14, com a observação de que a missão oficial será realizada com ônus para a Câmara dos Deputados.

53. REQUERIMENTO Nº 448/2014 - dos deputados EDUARDO BARBOSA, HUGO NAPOLEÃO e NELSON PELLEGRINO - Requer autorização para realizar missão oficial, composta de membros desta Comissão Permanente e de servidores do seu quadro técnico, à cidade de Porto Príncipe, no Haiti, destinada a participar da troca de comando da Missão de Paz e de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH), chefiada pelo Brasil, e ainda avaliar os resultados obtidos ao longo de uma década de presença militar brasileira naquele país e outros aspectos relacionados à manutenção desse trabalho. Aprovado em 16/07/14.

54. REQUERIMENTO Nº 449/2014 - dos deputados EDUARDO BARBOSA e HUGO NAPOLEÃO - Com base no artigo 255, do Regimento Interno, requer autorização para promover, ao longo do segundo semestre de 2014, ciclos de debates com tópicos relacionados ao campo temático da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com a participação de representantes da comunidade acadêmica, estudiosos, especialistas e técnicos governamentais. Aprovado em 16/07/14.

55. REQUERIMENTO Nº 450/2014 - dos deputados LUIZ CARLOS HAULY e NELSON PELLEGRINO - Requer indicação de participante no debate aprovado pelo Requerimento 421/2014 do

eminente Deputado Federal André Zacharow em 4 de junho do corrente ano, nesta Comissão Permanente.

Aprovado em 16/07/14.

56. REQUERIMENTO Nº 451/2014 - dos deputados EDUARDO BARBOSA e HUGO NAPOLEÃO - Requer autorização para realizar Seminário destinado a debater os rumos e os desafios da Política Externa Brasileira.

Aprovado em 16/07/14.

57. REQUERIMENTO Nº 452/2014 - dos deputados EDUARDO BARBOSA e HUGO NAPOLEÃO - Requer a realização de audiência pública para avaliar as conquistas do Brasil quanto ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos pelas Nações Unidas para o período de 2000 a 2015 e o delineamento de ações para os próximos anos.

Aprovado em 16/07/14.

58. REQUERIMENTO Nº 453/2014 - dos deputados EDUARDO BARBOSA, HUGO NAPOLEÃO e NELSON PELLEGRINO - Requer autorização para realizar a XXI edição do Fórum Brasil-Europa.

Aprovado em 16/07/14.

59. REQUERIMENTO Nº 455/2014 - do deputado EDUARDO BARBOSA - Requer que seja realizada Audiência Pública, para debater a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e do Arranjo Contingente de Reserva (ACR), criado pelos países membros do BRICS, convidando os Excelentíssimos Ministros de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, e das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo.

Aprovado em 29/10/14.

60. REQUERIMENTO Nº 456/2014 - do deputado RUBENS BUENO - requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão Permanente, a fim de debater a atual situação da Cruz Vermelha Brasileira, com a presença de representantes do Ministério da Justiça; do Ministério Público Federal; da Cruz Vermelha Brasileira e da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha.

Aprovado em 29/10/14.

61. REQUERIMENTO Nº 457/2014 - do deputado ALEXANDRE LEITE - Solicita que seja convocado o Exmo. Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a fim de prestar esclarecimentos acerca das declarações da Presidente Dilma Rousseff sobre a abertura de negociações políticas com o Estado Islâmico.

Aprovado em 29/10/14, com a transformação para convite ao senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, e com a expansão do objeto da audiência pública, para contemplar uma abordagem mais ampla sobre a política externa brasileira.

62. REQUERIMENTO Nº 458/2014 - do deputado RUBENS BUENO - Requer seja realizada audiência pública para tratar da assinatura do contrato para o desenvolvimento e a produção de 36 caças Gripen, asseguradas as presenças do Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim; do Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do ar Juniti Saito; e do presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC), Brigadeiro do Ar José Augusto Crepaldi Affonso, na forma em que especifica.

Aprovado em 29/10/14.

63. REQUERIMENTO Nº 460/2014 - dos deputados DUARTE NOGUEIRA e EDUARDO BARBOSA - Solicita seja convocado o Ministro de Estado da Defesa, Sr. Celso Amorim, para prestar esclarecimentos sobre a operação de compra de 36 caças Gripen NG, fabricados pela companhia sueca SAAB.

Aprovado em 29/10/14, com a transformação para convite ao Senhor Ministro de Estado da Defesa.

64. REQUERIMENTO Nº 459/2014 - do deputado EDUARDO BARBOSA - Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para avaliar, no âmbito do relacionamento econômico-comercial do Brasil, a propriedade intelectual, inovação e competitividade nacional.

Aprovado em 05/11/14.

65. REQUERIMENTO Nº 461/2014 - dos deputados RONALDO CAIADO, ALEXANDRE LEITE e CLAUDIO CAJADO - Solicita a convocação do Senhor Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a fim de prestar esclarecimentos sobre acordo firmado entre o MST e o governo venezuelano para treinamento dos seus integrantes com vistas à uma revolução socialista.

Aprovado em 05/11/14, com a transformação para convite ao Ministro de Estado das Relações Exteriores.

66. REQUERIMENTO Nº 466/2014 - do deputado EDUARDO BARBOSA - Requer, nos termos regimentais, autorização para que esta Comissão realize, em parceria com o Instituto InfoRel de Relações Internacionais e Defesa e com a Fundação Konrad Adenauer, Seminário intitulado “O Brasil no Mundo: deveres e responsabilidades”.

Aprovado em 12/11/14.

VIII - EMENDAS APRESENTADAS À LDO - 2015

SUGESTÕES DE EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI DEDIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO/2015) PLN Nº 03/2014-CN

01. SUGESTÃO DE EMENDA À LDO Nº 1/2014 - do deputado EDUARDO BARBOSA - Órgão:

35000 Ministério das Relações Exteriores

Unidade: 35101 Ministério das Relações Exteriores

Programática: 2057 - Política Externa

2057.2015- Serviços Consulares de Assistência a Brasileiros no Exterior

Aprovada em 02/07/14.

02. SUGESTÃO DE EMENDA À LDO Nº 2/2014 - do deputado EDUARDO BARBOSA - Insere item 63 ao Anexo III

63. Serviços Consulares e de Assistência à Brasileiros no Exterior, executadas no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.

Aprovada em 02/07/14.

03. SUGESTÃO DE EMENDA À LDO Nº 3/2014 - do deputado EDUARDO BARBOSA - Incluir no Anexo de Prioridades e Metas do Governo Federal, que trata das Despesas consideradas prioritárias para o estado brasileiro, conforme o Art. 165º, § 2º, da Constituição Federal:

1 - Ação Orçamentária 2510 - Ensino Profissional Marítimo Nacional.

Aprovada em 02/07/14.

04. SUGESTÃO DE EMENDA À LDO Nº 4/2014 - do deputado EDUARDO BARBOSA - texto inserir no anexo de metas e prioridades do PLDO 2015:

Programa: Política Nacional de Defesa

Ação: 14T4 - Aquisição de Blindados Guarani

Produto / Unidade de medida: Viatura adquirida / unidade

Meta: 16

Aprovada em 02/07/14.

05. SUGESTÃO DE EMENDA À LDO Nº 5/2014 - do deputado EDUARDO BARBOSA - Anexo III (despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da LRF, por constituírem obrigações constitucionais ou legais da União):

Inclusão: "Participação Brasileira em Missões de Paz (Decreto Legislativo nº 207 de 19 de maio de 2004, Decreto Legislativo nº 189 de 15 Jul 2008, Decreto Legislativo nº 75, de 25 de Janeiro de 2010)".

Aprovada em 02/07/14.

06. SUGESTÃO DE EMENDA À LDO Nº 6/2014 - do deputado EDUARDO BARBOSA - anexo III (despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lrf, por constituírem obrigações constitucionais ou legais da União):

Inclusão: "Despesas com as Atividades do Programa Calha Norte."

Aprovada em 02/07/14.

07. SUGESTÃO DE EMENDA À LDO Nº 7/2014 - do deputado EDUARDO BARBOSA - anexo III (despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lrf, por constituírem obrigações constitucionais ou legais da União):

Inclusão: "Despesas com Munição de Emprego Militar Terrestre"

Aprovada em 02/07/14.

08. SUGESTÃO DE EMENDA À LDO Nº 8/2014 - do deputado EDUARDO BARBOSA - anexo III (despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lrf, por constituírem obrigações constitucionais ou legais da União):

Inclusão: "Despesas com Parcerias Público-Privadas"

Aprovada em 02/07/14.

09. SUGESTÃO DE EMENDA À LDO Nº 9/2014 - do deputado IZALCI - Inserir: § 10º Fica autorizada a inclusão de dotação específica, visando à liquidação dos passivos relativos à extensão administrativa de 28,86 % aos militares das Forças Armadas, de acordo com a decisão do STF assentada no julgamento do Recurso Extraordinário Nº 410.778-3/RS e na Súmula Nº 47, da AGU, de 23 de setembro de 2009, observada a limitação temporal decorrente da Medida Provisória Nº 2.131/2000.

Aprovada em 02/07/14.

IX - QUADROS DEMONSTRATIVOS

9.1 - Reuniões Realizadas em 2014

Eleições	Ordinárias Deliberativas	Extraordinárias Deliberativas	Audiências Públicas	Audiências Conjuntas	Seminários	Outros Eventos
01	16	01	15	05	05	01

9.2 - Proposições Apreciadas na Comissão

Entrada na Comissão	Aprovadas	Rejeitadas	Prejudicadas
58	13	04	0

X - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

1 - CREDN discute em audiência pública a crise entre Rússia e Ucrânia

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/representante-do-mre-afirma-que-brasil-atua-na-crise-russia-2013-ucrania>



LÚCIO BERNARDO JÚNIOR (CD)

26/03/2014

Tipo: Audiência Pública

Tema: Debater e esclarecer acerca da atual conjuntura da Ucrânia, após as recentes manifestações populares, mudanças políticas e a ocupação, por parte da Rússia, do território da Crimeia.

Requerimento nº 400/14-CREDN, de autoria dos Deputados Eduardo Barbosa (PSDB/MG) e Ângelo Vanhoni (PT/PR).

Convidados:

- Diretor do Departamento de Europa do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador OSWALDO BIATO JÚNIOR;
- Presidente da Representação Central Ucrâniano-Brasileira, VITORIO SOROTIUK; e
- Presidente da Sociedade Ucrâniana do Brasil (SUBRA), Sr. ROBERTO ORESTEN.

Representante do MRE afirma que Brasil atua na crise Rússia – Ucrânia

O Diretor do Departamento de Europa do ministério das Relações Exteriores, embaixador Oswaldo Biato Júnior, afirmou que o Brasil atua na crise envolvendo a Rússia e a Ucrânia. Segundo ele, “não é correto afirmar que o Brasil não está envolvido na resolução dessa crise. O Brasil advoga pelo diálogo e a solução negociada da crise entre Rússia e Ucrânia, dois importantes parceiros nossos”.

O embaixador explicou que uma solução para a crise entre a Rússia e a Ucrânia passa pelo respeito a todas as minorias que vivem naquela região. “O Brasil também apoia fortemente o papel do Secretário-Geral da ONU que tem dialogado com as partes. Essa crise não tem ganhadores e o Brasil está à disposição para ajudar nesse processo”, afirmou.

Já o Ucrâniano Vitorio Sorotiuik reclamou da posição brasileira. Segundo ele, cartas enviadas ao ministro das Relações Exteriores e à presidente da República não foram respondidas, “embora eu represente uma comunidade com meio milhão de pessoas”. Ele também chamou a atenção para os desdobramentos da crise uma vez que Polônia, Eslovênia e até a Suécia, estão reforçando suas capacidades militares por temerem novas ações russas. Para Roberto Oresten, a posição do Brasil é determinante, pois influencia a comunidade internacional.

Eduardo Barbosa anunciou que um grupo de trabalho seria criado no âmbito da CREDN para a elaboração de uma moção da Comissão a respeito da crise. O objetivo é que haja ainda uma posição da instituição Câmara dos Deputados. “Esperamos que o Brasil assuma posicionamento contundente. Não obstante, a CREDN, como responsável por discutir os temas relacionados à política exterior, irá se posicionar a respeito do assunto”, afirmou Barbosa.

2 - CREDN debateu situação da Estação Comandante Ferraz na Antártica

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-debateu-situacao-da-estacao-comandante-ferraz-na-antartica>



ZECA RIBEIRO (CD)

08/04/2014

Tipo: Audiência Pública

Tema: Discutir a atual situação da Estação Comandante Ferraz, localizada no continente Antártico, após o incêndio ocorrido em 2012; os projetos que estão sendo desenvolvidos; e a construção da nova estação.

Requerimento nº 382/14-CREDN, de autoria dos Deputados Rubens Bueno (PPS/PR), Duarte Nogueira (PSDB/SP) e Nelson Pellegrino (PT/BA).

Convidados:

- Coordenador do Programa Antártico Brasileiro (Proantar), da Marinha do Brasil, Contra-almirante MARCOS SILVA RODRIGUES;
- Coordenador-Geral Substituto para Mar e Antártica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ANDREI POLEJACK.

CREDN debateu situação da Estação Comandante Ferraz na Antártica

Representantes da Marinha e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação falaram à CREDN sobre a reconstrução da base brasileira no continente antártico.

Participaram da audiência pública o Contra-Almirante Marcos Silva Rodrigues, Coordenador do Programa Antártico Brasileiro (Proantar), da Marinha, e Andrei Polejack, Coordenador-Geral Substituto para Mar e Antártica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

“Esta audiência reforça a importância da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e da CREDN de cumprir com sua prerrogativa de dar total transparência ao que se faz na Antártica. Além disso, reconhecemos o esforço da Marinha pela reconstrução da Estação”, afirmou Duarte Nogueira, que conduziu os trabalhos.

A Estação Antártica Comandante Ferraz teria a sua reinauguração prevista para 2015, mas esta data foi adiada para 2016, conforme estipulado na licitação para execução do projeto. Segundo Rubens Bueno, “o custo, naturalmente, também sofreu acréscimos, passando dos iniciais R\$ 72 milhões, no início de 2013, para R\$ 110 milhões, em outubro, quando o projeto executivo foi finalizado, chegando agora aos R\$ 145 milhões”.

Marcos Silva Rodrigues revelou que em 28 de abril, cerca de 500 representantes dos 29 países que integram o Tratado Antártico, mais ONGs e entidades que lidam com o tema, estarão reunidos em Brasília para discutirem o presente e o futuro do continente antártico. O Tratado será revisado em 2048.

3 - Ministro da Defesa reconhece dificuldades, mas destaca papel das Forças Armadas

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/ministro-da-defesa-reconhece-dificuldades-mas-destaca-papel-das-ffaa>



09/04/2014

Tipo: Audiência Pública

Tema: Apresentar e discutir a agenda da política de defesa brasileira, bem como esclarecer os pontos levantados nos requerimentos nºs 396, 401 e 416, de 2014, aprovados na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Requerimento nº 390/14-CREDN, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG).

Requerimento nº 396/14-CREDN , de autoria do Deputado IVAN VALENTE;

Requerimento nº 401/14-CREDN , de autoria dos Deputados NELSON PELLEGRINO, DUARTE NOGUEIRA, IVAN VALENTE e PERPÉTUA ALMEIDA;

Requerimento nº 416/14-CREDN , de autoria dos Deputados EDUARDO BARBOSA, DUARTE NOGUEIRA, IZALCI E CÉSAR COLNAGO.

Convidados:

- Ministro de Estado da Defesa, CELSO AMORIM;
- Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto,
- Comandante do Exército, General de Exército Enzo Martins Peri;
- Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito;
- Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, General de Exército José Carlos De Nardi; e
- Secretário-Geral do Ministério da Defesa, Ari Matos Cardoso.

Ministro Celso Amorim explica aos membros da CREDN como a Defesa está atuando após o anúncio de cortes no seu Orçamento

De acordo com o ministro os contingenciamentos de recursos não têm impedido a implementação dos programas e projetos militares. No entanto, afirmou que a redução dos recursos força a desaceleração dos mesmos. Segundo a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), dos R\$ 7 bilhões contingenciados pelo governo, metade seria de recursos da Defesa.

Celso Amorim explicou que o Brasil investe cerca de 1,5% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em Defesa e que o ideal seria chegar pelo menos aos 2%, média investida pelos países que formam os BRICS.

Política salarial

Presidente da CREDN, Eduardo Barbosa (PSDB-MG) confirmou que a Comissão dará voz àqueles que também buscam melhores condições salariais para os membros das Forças Armadas e informou que a sugestão feita pelo deputado Izalci (PSDB-DF) de se criar uma Subcomissão Permanente para acompanhar a política salarial dos militares será acatada.

4 - Chanceler brasileiro nega atrito com o assessor de Dilma e defende papel da Unasul na crise venezuelana

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/chanceler-brasileiro-nega-atrito-do-assessor-de-dilma-e-defende-papel-da-unasul-na-crise-venezuelana>



ANTONIO AUGUSTO/ CD

07/05/2014

Tipo: Audiência Pública

Tema: Explanar sobre temas afetos à formulação e à execução da política externa brasileira.

Requerimento nº 389/14, de autoria do deputado EDUARDO BARBOSA (PSDB/MG)

Convidado:

- Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO

Ministro Luiz Alberto Figueiredo afirmou que não há interferência de Marco Aurélio Garcia no Itamaraty

O ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, negou que haja qualquer atrito entre o Itamaraty e o assessor internacional da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia. Em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Figueiredo explicou que ambos atuam de acordo com as orientações recebidas da presidente Dilma Rousseff. Além disso, ele afirmou que a UNASUL tem tido um papel decisivo na crise venezuelana. Segundo ele, “por mediação do bloco, pela primeira vez em muitos anos, governo e oposição estão dialogando”.

Figueiredo também garantiu que o ex-embaixador do Brasil em Caracas, José Antônio Marcondes de Carvalho, não deixou o posto por conta de ameaças que teriam sido feitas a ele e à sua esposa, e que o diplomata retornou a Brasília para ocupar o posto que era seu como Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia.

UNASUL

Luiz Alberto Figueiredo Machado também elogiou o trabalho realizado pela União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), como facilitadora do diálogo entre governo e oposição na Venezuela. Ele destacou que vários foram os avanços alcançados e que o Brasil trabalha para que a normalização institucional seja restabelecida naquele país.

HAITI

Sobre a entrada indiscriminada de haitianos no Brasil através do Acre, o ministro explicou que o governo tem trabalhado para evitar o ingresso ilegal de cidadãos daquele país.

O deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), presidente da CREDN, avaliou como positiva a participação do ministro, mas voltou a lamentar o alinhamento do Brasil com regimes que violam os direitos humanos e os princípios democráticos, que sempre caracterizaram a política exterior brasileira.

Para Barbosa, os laços estabelecidos com países como Cuba e Venezuela, se dão muito mais por razões ideológicas. “Apesar de ter explicação para cada atitude referente a esses sistemas, o governo continua errando”, afirmou.

Vice-presidente da CREDN, Duarte Nogueira (PSDB-SP) também criticou as alianças feitas pelo Brasil com países como Líbia, Irã e Venezuela. “São alinhamentos que atrapalham o Brasil em seu objetivo de firmar-se como um ator forte na geopolítica global”, disse.

4 - Comissão debateu atuação do Ipea na Venezuela

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/comissao-de-relacoes-exteriores-debateu-atuacao-do-ipea-na-venezuela>



21/05/2014

Tipo: Audiência Pública

Tema: Avaliar a atuação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) na Venezuela.

Requerimento nº 424/14-CREDN, de autoria do Deputado DUARTE NOGUEIRA (PSDB/SP).

Convidados:

- Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Sergei Suarez Dillon Soares.

- Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em Missão na Venezuela desde 7 de setembro de 2010, Pedro Silva Barros.

Deputados divergem sobre declarações de técnico do Ipea na Venezuela

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), presidida pelo Deputado Federal Eduardo Barbosa, realizou Audiência Pública para avaliar a atuação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) na Venezuela.

Os parlamentares questionaram os critérios para a escolha da Venezuela para receber um escritório do Ipea e as declarações feitas na imprensa pelo técnico do Instituto, Pedro Silva Barros sobre os pré-candidatos à Presidência da República Aécio Neves e Eduardo Campos. Pedro Barros criticou o fato de o Senador Aécio Neves ter recebido a ex-Deputada venezuelana María Corina Machado, e ter dito que ela era “a voz das barricadas”. Para o técnico do Ipea, a ex-parlamentar seria a responsável pela morte de 40 pessoas em protestos de rua na Venezuela.

O Presidente da CREDN, Deputado Eduardo Barbosa, chamou atenção para a conduta de Pedro Barros, que reafirmou sua posição política sobre o regime venezuelano. “Ele não se esquivou do direito de expressar a visão ideológica”, disse. “Em resumo, a audiência foi uma oportunidade ímpar para a Comissão, pois desconhecíamos a atuação da instituição na Venezuela”, acrescentou.

O Deputado Alfredo Sirkis também criticou a postura adotada por Pedro Silva Barros. “Ou você é representante do governo brasileiro em outro país ou você é militante chavista. As duas coisas não se casam”. Segundo o Deputado, esse tipo de postura respinga inevitavelmente na credibilidade do Ipea. “Enquanto você for representante do Ipea na Venezuela você não pode fazer declarações sobre os conflitos internos da Venezuela. Há um claro conflito de interesses aí.” Os Deputados Ivan Valente e Carlos Zarattini defenderam o direito de expressão do técnico do Ipea.

O Deputado Antonio Carlos Mendes Thame questionou ainda a legalidade da destinação de mais de US\$ 500 mil para o escritório na Venezuela coordenado pelo técnico. O parlamentar argumentou que a repartição foi estabelecida sem consentimento expresso do Congresso Nacional, que é o órgão encarregado de aprovar acordos internacionais. Pedro Barros respondeu que recebe uma remuneração equivalente a de um diplomata brasileiro e negou que receba qualquer benefício extra do governo.

O Presidente do Ipea, Sergei Suarez Dillon Soares, afirmou que o técnico Pedro Silva Barros não fala em nome do Instituto. Para Sergei, contudo, o técnico tem todo direito à livre expressão. Sobre o motivo de escolher o país para receber um escritório do Ipea, Sergei Suarez disse que o Instituto apenas cumpre ordens da Presidência da República.

5 - CREDN debate impactos do futuro acordo Mercosul – União Europeia

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-debate-impactos-do-futuro-acordo-mercossul-2013-uniao-europeia>



LUIS MACEDO/CD

27/05/2014

Tipo: Audiência Pública

Tema: Debater o Acordo Mercosul - União Europeia

Requerimento nº nº 409/14-CREDN, de autoria dos Deputados Dr. ROSINHA (PT/PR), DUARTE NOGUEIRA (PSDB/SP), ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP) e NELSON PELLEGRINO (PT/BA).

Convidados:

- Diretor do Departamento de Negociações Internacionais do Ministério das Re-

lações Exteriores, Ministro Ronaldo Costa;

- Representante da Secretaria de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Alexandre Bento;

- Representante da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP) Jocelio Henrique Drummond;

- Diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Eduardo Abijaodi.

Acordo de Livre Comércio entre os dois blocos dividiu opiniões e representantes dos trabalhadores cobram transparência nas negociações

Representantes dos trabalhadores e da indústria reclamaram da falta de transparência nas negociações em curso. O evento foi proposto pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR). Segundo ele, “as eleições europeias não vão interferir neste processo. Com a crise que atravessam, os europeus necessitam deste acordo mais que nós”. Ele anunciou a criação de uma Subcomissão Especial para acompanhar as negociações entre os dois blocos no âmbito da CREDN.

O debate contou ainda com a participação do ministro Ronaldo Costa, diretor do Departamento de Negociações Internacionais do ministério das Relações Exteriores; Alexandre Bento, da Secretaria de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Jocelio Henrique Drummond, da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP); e Carlos Abijaodi, diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

De acordo com o representante do Itamaraty, trata-se de um processo antigo em que ambos os lados sempre se consideraram pouco atendidos. Já Carlos Abijaodi, da CNI, advertiu para o déficit comercial brasileiro, que foi aprofundado em dez vezes nos últimos seis anos.

Para Alexandre Bento, da CUT, “falar em acordo de livre comércio não cheira bem. Geralmente, o que vem pela frente são perdas de direitos e a saída não são os tratados de livre comércio”. Ele reclamou também da ausência de estudos técnicos sobre os impactos do acordo na indústria, no comércio e na área de serviços.

Já o representante da REBRIP, Jocelio Drummond, afirmou que o acordo em negociação é muito mais agressivo que aqueles que fracassaram no passado. “Tratado de Livre Comércio é padrão e a união Europeia não fará concessões ao Brasil e ao Mercosul, pois teria de fazê-los também aos outros blocos e países com os quais já os possui”, explicou.

6 - CREDN discute a crise institucional e política na Venezuela, bem como o papel do Brasil nesse contexto



28/05/2014

Tipo: Audiência Pública

Tema: Discutir a crise institucional e política na Venezuela, bem como o papel do Brasil nesse contexto.

Requerimento nº 434/14, de autoria do deputado EDUARDO BARBOSA (PSDB/MG)

Convidados:

- Jornalista do Canal Globovisión de Caracas/Venezuela, Vanessa Silva;
- Professor do curso de Relações Internacionais e de Pós-Graduação em Energia da Universidade Federal do ABC (UFABC) em São Paulo, Igor Fuser; e

- Professor adjunto de Relações Internacionais e membro do corpo docente do Programa de pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais (PCHS) da Universidade Federal do ABC (UFABC), em São Paulo, Gilberto Maringoni.

Divergências marcam audiência pública sobre crise política na Venezuela

Brasília – A audiência pública realizada pela CREDN para debater a crise institucional e política na Venezuela, foi marcada por divergências entre os convidados, o professor do curso de Relações Internacionais e de Pós-Graduação em Energia da Universidade Federal do ABC (UFABC), em São Paulo, Igor Fuser, o jornalista e professor da mesma instituição, Gilberto Maringoni, e a jornalista venezuelana Vanessa Silva.

Igor Fuser negou que as 42 mortes registradas durante os confrontos deste primeiro semestre sejam em sua maioria de responsabilidade do governo do presidente Nicolás Maduro. Segundo ele, a maioria das vítimas durante os confrontos foram manifestantes chavistas ou funcionários do Estado, inclusive membros das forças de segurança.

O deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP) questionou as colocações de Fuser. O parlamentar disse que recebeu, recentemente, visita de jovens estudantes venezuelanos de baixa renda que pediam a ajuda brasileira contra desmandos do governo local.

A jornalista Vanessa Silva, do canal de televisão Globovisión, de Caracas, disse que a inflação e a instabilidade são sentidas na cidade. Segundo ela, ao contrário do que Fuser disse, o desabastecimento não abrange apenas produtos de luxo. “Falta café, falta farinha, falta de tudo”, relatou.

Gilberto Maringoni negou, contudo, que exista possibilidade de guerra civil no país vizinho, como o deputado Alfredo Sirkis e o também professor Igor Fuser sugeriram. “Existe um diálogo lá. Pode ser aos trancos e barrancos como muitas vezes ocorre na América Latina, mas foi aberto o diálogo pelo governo Maduro”, afirmou.

7 - CREDN discute a crise institucional e política na Venezuela, bem como o ingresso do Brasil na Suprema Corte America para apoiar a Argentina



28/05/2014

Tipo: Audiência Pública

Temas:

- 1 - Discutir a crise institucional e política na Venezuela, bem como o papel do Brasil nesse contexto; e
- 2 - Discutir a respeito do ingresso do Brasil na Suprema Corte dos Estados Unidos, para apoiar a Argentina na causa em que o país é processado por 14 credores da dívida remanescente do calote de 2001.

Requerimento nº 398/14, de autoria do deputado DUARTE NOGUEIRA (PSDB/SP) e requerimento nº 410/14, de autoria do deputado EDUARDO BARBOSA (PSDB/MG) .

Convidados:

- Assessor Internacional da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia; e
- Cientista Político e Especialista em Relações Internacionais e Editor Internacional do Jornal Argentino “Âmbito Financiero”, Marcos Marcelo Falak.

CREDN promove debate sobre relações do Brasil com Argentina e Venezuela

Brasília - A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional realizou nesta quarta-feira, 28, audiência pública para discutir duas questões ligadas ao papel do Brasil em relação aos países vizinhos: a crise institucional e política na Venezuela, bem como o papel do Brasil nesse contexto; e o ingresso do Brasil na Suprema Corte dos Estados Unidos para apoiar a Argentina na causa em que o país é processado por 14 credores da dívida remanescente do calote de 2001.

O debate foi proposto pelos deputados Eduardo Barbosa (PSDB-MG) e Duarte Nogueira (PSDB-SP).

Foram ouvidos o assessor Internacional da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia e o cientista político e especialista em Relações Internacionais da Argentina, Marcos Marcelo Falak.

Garcia esteve em Caracas para representar oficialmente o Brasil no evento realizado por ocasião do primeiro aniversário da morte do ex-presidente Hugo Chávez, mas garantiu que sua presença na Venezuela foi coordenada com o Itamaraty.

Já Marcelo Falak defendeu a decisão do governo brasileiro de entregar na Suprema Corte dos Estados Unidos, pedido para atuar na condição de amicus curiae (termo latim que significa “amigos da Corte” e identifica partes que querem ajudar em um caso judicial) em processo movido por credores da Argentina, em razão de dívida remanescente de calote que o país dera no ano de 2001.

“Em troca, a Argentina acabaria com alguns entraves no comércio bilateral retirando barreiras para exportações brasileiras, principalmente em relação ao setor automotivo. É importante ouvirmos das autoridades do Poder Executivo todas as nuances que envolvem a participação brasileira nesse processo judicial”, afirmou o deputado Eduardo Barbosa.

8 - Munições cluster e o papel do Brasil são alvos de debate na CREDN

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/municoes-cluster-e-o-papel-do-brasil-sao-alvos-de-debate-na-credn>



MARCELO RECH

03/06/2014

Tipo: Audiência Pública

Tema: Munições Cluster (armazenamento, utilização e comercialização) e sobre os motivos que levaram o Brasil a não assinar o Tratado de Oslo.

Requerimento nº 406/14, de autoria da Deputada JAQUELINE RORIZ (PMN/DF).

Convidados:

- General de Exército Gerson Menandro

Garcia de Freitas, Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e

- Professor Cristian Ricardo Wittmann, Universidade Federal do Pampa - RS.

CREDN debate o uso de munições cluster pelo Brasil e a exportação desse tipo de armamento

O armazenamento, utilização e comercialização de munições cluster pelo Brasil foram alvo de audiência pública realizada na terça-feira, 3 de junho, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). Por requerimento da deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF), compareceram o general Gerson Menandro Garcia de Freitas, chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e o professor Cristian Ricardo Wittmann, da Universidade Federal do Pampa (RS).

De acordo com Wittmann, as munições cluster são um meio de guerra desumano uma vez que, quando disparadas dispersam grandes quantidades de submunições que não distinguem alvos militares de populações civis. “Trata-se de uma arma que viola praticamente tudo que tem a ver com a preservação dos direitos humanos”, explicou.

Ele lembrou que o ministro Celso Amorim, quando era chanceler, considerava as munições cluster como “munições desumanas”. “No entanto, como ministro da Defesa, ele simplesmente se omite”, afirmou o professor.

Já o general Gerson Menandro Garcia de Freitas, assegurou que as munições cluster configuram um importante elemento de dissuasão e que se o Brasil abrir mão do seu arsenal haverá um enorme desequilíbrio regional e extrarregional.

Na sua avaliação, o fato de o Brasil dispor dessas munições confere maior respeito por parte da comunidade internacional. Além disso, há fatores econômicos importantes com a geração de empregos e de renda para as empresas brasileiras que as fabricam e exportam.

Segundo ele, “os investimentos recentes na evolução tecnológica permitiram aumentar a precisão, reduzir as falhas de munições não explodidas, reduzir o risco de que munições não explodidas se transformem em submunições explosivas e facilitar a identificação visual no terreno”.

9 - CREDN debate os dez anos da presença brasileira no Haiti

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-debate-os-dez-anos-da-presenca-brasileira-no-haiti>



04/06/2014

Tipo: Audiência Pública

Tema: Balanço dos dez anos da participação do Brasil na Missão de Paz e de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH).

Requerimento nº 432/14, de autoria do Deputado EDUARDO BARBOSA (PSDB/MG).

Convidados:

- Conselheiro Fernando de Oliveira Sena, Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional do Ministério das Relações Exteriores;
- Senhor Luiz Alberto Matos, Auditor Fiscal do Trabalho, Coordenador-Geral de Imigração (Substituto) do Ministério do Trabalho e Emprego; e
- Senhora Lúcia Cassab Nader, Diretora Executiva da Conectas Direitos Humanos.

O Brasil comanda as tropas da ONU desde 2004 e mantém o maior efetivos de tropas no país caribenho

“Passados dez anos, é dever do Brasil refletir acerca da sua participação na MINUSTAH, principalmente quando o êxodo de haitianos que cruzam as nossas fronteiras não para de aumentar. Está claro que a Missão da ONU não logrou transformar o Haiti. As pessoas buscam a qualquer preço deixar o país em busca de empregos e segurança, principalmente”, afirmou o presidente da CREDN, deputado Eduardo Barbosa.

Lúcia Cassab Nader lembrou que a MINUSTAH já é a 7ª missão das Nações Unidas no Haiti em 21 anos e que apesar dos esforços, o país continua sendo o mais pobre das Américas. Na sua avaliação, é preciso criar as condições para que os haitianos retomem o controle do país e decidam o próprio futuro.

Ela lembrou ainda que apesar da realização de duas eleições presidenciais, as eleições legislativas estão atrasadas há três anos e isso compromete o fortalecimento da democracia interna.

Já o representante do Itamaraty destacou o papel do Brasil na cena internacional conquistado graças ao trabalho realizado no Haiti. Segundo ele, o Brasil mantém atualmente 1.433 militares e 18 policiais na missão que conta com um total de 5.219 militares e 2.419 policiais de 54 países. Sena informou que o orçamento da MINUSTAH é de US\$ 576 milhões.

De acordo com Luiz Alberto Matos, do ministério do Trabalho, com o terremoto de 2010, houve um êxodo de haitianos para o Brasil o que levou o Conselho Nacional de Imigração a expedir, em caráter de urgência, vistos humanitários.

Na sua opinião, o crescimento do país atraiu a imigração haitiana. Mais de 12 mil vistos foram concedidos pelo Brasil desde o início do fluxo migratório em 2012.

10 - CREDN discute financiamento e exportação de serviços de engenharia

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-discute-financiamento-e-exportacao-de-servicos-de-engenharia>



02/07/2014

Tipo: Audiência Pública

Tema: Exportação de serviços de engenharia no Brasil.

Requerimento nº 442/14, de autoria do Deputado CLAUDIO CAJADO (DEM/BA).

Convidados:

- Senhor Dyogo Henrique de Oliveira, Secretário Executivo Adjunto - Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda;
- Senhor Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva, Diretor Internacional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- Senhor José Augusto de Castro, Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB); e
- Senhor Fernando José de Camargo, Diretor de Investimentos e Finanças Corporativas da LCA Consultores (Soluções Estratégicas em Economia).

CREDN discute financiamento e exportação de serviços de engenharia

O financiamento e a exportação de serviços de engenharia foram discutidos em audiência pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) no dia 2 de julho, por requerimento do deputado Cláudio Cajado (DEM-BA). “A exportação de serviços de engenharia é atividade considerada estratégica para o país, pois também gera empregos, renda e investimentos em produção e em inovação”, afirmou.

O Brasil é o único país sul-americano do grupo de 15 países com capacidade para exportar serviços de engenharia

De acordo com o presidente da AEB, apenas 15 países são efetivamente exportadores de serviços de engenharia e o Brasil é o único sul-americano nesta lista. “No entanto, os mais agressivos são China, Itália e Espanha e em termos de volumes, Estados Unidos, França, Alemanha, Reino Unido e Japão”, explicou. Na sua opinião, o Brasil precisa considerar a exportação do serviço de engenharia como instrumento de política de comércio exterior.

Luiz Eduardo Melin, do BNDES, afirmou que “todos os nossos concorrentes financiam a exportação de bens e serviços de engenharia através de instituições públicas, usando muito mais instrumentos de apoio do que o Brasil. O país avançou na exportação de bens e serviços de alto valor, mas está longe de ser um protagonista mundial”, destacou.

Já Fernando José de Camargo, diretor da LCA Consultores, chamou a atenção para o fato de o Brasil ter apenas 2,3% do mercado internacional de serviços de engenharia que anualmente movimentava cerca de US\$ 511 bilhões. Para Camargo, China, Estados Unidos e Espanha, são os principais concorrentes do Brasil.

África e América Latina representam 94% do total das exportações brasileiras de serviços de engenharia (75% no caso latino-americano e 19% no caso africano). “Essas regiões juntas representam 21% do mercado mundial de exportações de serviços de engenharia”, confirmou.

11 - Transferência de tecnologia e nacionalização da produção de Defesa.



06/08/2014

Tipo: Audiência Pública

Tema: Transferência de tecnologia e nacionalização da produção de Defesa.

Requerimento nº 441/14, de autoria dos Deputados CARLOS ZARATTINI (PT/SP) e NELSON PELLEGRINO (PT/BA).

Convidados:

- Almirante-de-Esquadra Gilberto Max Roffé Hirschfeld, Coordenador-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (PROSUB), do Comando da Marinha;
- Coronel Álvaro Koji Imai, Chefe da Seção de Planejamento, Integração e Controle do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial, representando o Ministério da Defesa; e
- Brigadeiro-do-Ar José Augusto Crepaldi, Titular da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC), Programa FX-2 (Aeronaves de Caça Gripen NG) e Programa KC-390 (Aeronave de Transporte de Pessoal e Carga), do Comando da Aeronáutica.

Especialistas apontam desafios da Política Nacional de Defesa

Audiência debateu a nacionalização de armamentos, o estímulo de acordos internacionais para transferência de tecnologia e a importância do direcionamento de recursos para produtos estratégicos.

Comissão promoveu audiência com coordenadores de diversos programas do Ministério da Defesa.

Especialistas e deputados apontaram a soberania sobre a vasta costa litorânea brasileira e a capacidade de desenvolver produtos de alto valor tecnológico como desafios para a Política Nacional de Defesa. O tema foi debatido em audiência promovida nesta quarta-feira (6) pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

O chefe da seção de Planejamento, Integração e Controle do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial do Ministério da Defesa, coronel Álvaro Koji Imai, falou sobre o desenvolvimento do submarino nuclear, considerado “elemento vital” tanto para o poder de dissuasão militar quanto para a economia civil.

“A ciência e a tecnologia geram dissuasão, então, para o Brasil não interessa comprar o equipamento pronto, é importante ter a capacidade produtiva para poder garantir a prontidão das forças. O desenvolvimento da nossa base industrial de defesa vai gerar o desenvolvimento do País”, disse Koji.

Segundo o coordenador-geral do Programa de Submarinos (Prosub), almirante Gilberto Max Roffé Hirschfeld, o projeto abrange a construção de cinco submarinos – entre estes um de propulsão nuclear. O desenvolvimento do submarino nuclear é fruto de parceria entre a França e o Brasil.

O almirante destacou que o projeto foi elaborado por especialistas brasileiros, com características que o diferenciam do modelo francês, como a extensão – 100 metros de comprimento. O projeto reúne cerca de 300 profissionais em Itaguaí, no Rio de Janeiro, e “contribui para gerar cerca de 8 mil empregos e para preservar a fauna marítima, com a retirada do aterro contaminado”, afirma Hirschfeld.

Desenvolvimento de míssil

Para o brigadeiro-do-ar José Augusto Crepaldi, a parceria entre a África do Sul e o Brasil no desenvolvimento do míssil A-Darter pode ajudar o País a superar as deficiências tecnológicas em armamentos. “Esse projeto visou capacitar a indústria nacional no desenvolvimento do míssil de quinta geração”, afirmou.

“O projeto prevê o custeio pelo Brasil de apenas $\frac{1}{4}$ do custo total, mas vamos ter acesso às tecnologias envolvidas e, principalmente, vamos reproduzir a produção desse míssil no Brasil, que é o grande objetivo”, disse Crepaldi.

Segundo ele, o acordo entre a África do Sul e o Brasil é benéfico para ambos os países. “Os sul-africanos dominam o setor de armamentos e carecem de recursos, enquanto os brasileiros têm condições de investir, mas carecem de tecnologia”, declarou.

Para Crepaldi, o desenvolvimento dos mísseis de quinta geração vai proporcionar o “spin-off” – efeito multiplicador do desenvolvimento tecnológico – capaz de estimular novas empresas a participarem da cadeia produtiva do sistema de defesa.

Veículo Lançador de Satélites

O deputado Nelson Pellegrino (PT-BA) ressaltou a necessidade de canalizar recursos para projetos prioritários de defesa, como é o caso do Veículo Lançador de Satélites (VLS).

“O Brasil precisa dominar a tecnologia de fazer lançamentos com êxito, ou seja, levar o objeto para o alto, fazer um lançamento exitoso. Quando o Brasil dominar essa tecnologia, nós iremos discutir quais os tipos de satélites, qual a tonelagem. O Brasil está prestes a dominar essa tecnologia, que poucos países detêm. Nós podemos trabalhar para determinar os recursos necessários ao projeto”, afirmou o deputado.

12 - CREDN discute providências adotadas pelo Governo brasileiro com relação às violências contra cidadãos brasileiros na Venezuela



VIOLA JR/CD

12/11/2014

Tipo: Audiência Pública

Tema: Discutir as providências adotadas pelo Governo brasileiro com relação às violências praticadas por membros da Guarda Nacional, bem como por militares do Exército da Venezuela, contra brasileiros que ingressam naquele país por via terrestre.

Requerimento nº 436/14, de autoria dos Deputados RAUL LIMA (PSD/RR) e PAULO CÉSAR QUARTIERO (DEM/RR).

Convidados:

- Delegado ANGELO FILARDI, Assessoria de Relações Internacionais do Departamento de Polícia Federal;
- Conselheiro ALOYSIO MARES DIAS GOMIDE FILHO, Chefe da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores.

Deputado cobra medidas de combate à violência contra brasileiros na Venezuela

O deputado Raul Lima (PP-RR) cobrou providências do governo brasileiro em relação a violência praticada por membros da Guarda Nacional e do Exército da Venezuela contra brasileiros que ingressam no país de carro.

Ele afirmou que na cidade venezuelana de Porto Ayacucho, todos os dias cerca de 30 brasileiros são presos pelas autoridades venezuelanas – acusados de cometerem “crimes insignificantes”, como a compra de produtos da cesta básica em quantidade acima do permitido pela legislação local. Além disso, os turistas são extorquidos naquele país.

O chefe da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores, conselheiro Aloysio Dias Gomide, informou que, em média, 1.400 turistas brasileiros transitam pelo território venezuelano mensalmente por via terrestre.

“Temos, sim, registros de problemas com os turistas que transitam pelas vias venezuelanas, como problemas de documentação”, disse. “Recomendamos que os brasileiros entrem em contato com os consulados brasileiros na Venezuela para relatar os problemas, para que o consulado preste apoio”, completou.

13 - CREDN debate avanços dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-debate-avancos-dos-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>



18/11/2014

Tipo: Audiência Pública

Tema: Avaliação das conquistas alcançadas pelo Brasil quanto ao cumprimento dos objetivos de desenvolvimento do Milênio, estabelecidos pelas Nações Unidas para o período de 2000 a 2015.

Requerimento nº 452/14, de autoria do Deputado EDUARDO BARBOSA (PSDB/MG).

Convidados:

- Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho - Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores
- Secretário Mario Gustavo Mottin - Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores;
- Maria Luiza de Aguiar Marques - Coordenadora da Fundação João Pinheiro de Minas Gerais (MG);
- Michele Barron - Coordenadora do Programa de Cooperação Sul-Sul do UNICEF no Brasil.

Diplomatas brasileiros, especialistas e meninas de várias nacionalidades participaram de audiência sobre os Objetivos do Milênio

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional debateu as conquistas do Brasil quanto ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos pelas Nações Unidas para o período de 2000 a 2015 e o delineamento de ações para os próximos anos.

Também estiveram presentes e contribuíram com suas observações, questionamentos e sugestões, um grupo de jovens de diversas nacionalidades, que participaram em Brasília de um seminário sobre o empoderamento de meninas no mundo, preparatório para a 4ª Conferência Mundial da ONU sobre a mulher, que ocorrerá em 2015 na China.

O presidente da CREDN, deputado Eduardo Barbosa lembrou que uma primeira renovação dos compromissos ocorreu em 2010, no intuito de acelerar o progresso para o seu cumprimento. “Ao final do prazo firmado pelas partes, 2015, a discussão em torno do cumprimento dos compromissos, a renovação e a adequação dos mesmos vem ocorrendo de forma sistemática. Cabe ao Parlamento brasileiro e a esta Comissão dar a sua parcela de contribuição para este importante debate”, explicou.

Durante os debates, o Embaixador Marcondes de Carvalho revelou que o Brasil trabalha para viabilizar os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que já elegeu 167 metas a serem atingidas até 2030.

Para Eduardo Barbosa, o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio não pode se restringir a uma percepção já que há estudos mostrando que o IDH brasileiro estacionou e os níveis de pobreza e miséria voltaram a crescer no país.

“O Brasil assumiu compromissos internacionais que precisam ser cumpridos com rigor sob pena de perdermos credibilidade em relação a tudo que nos propomos executar. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável constituem uma segunda etapa igualmente fundamental em que o Brasil deve influenciar e participar ativamente”, afirmou o parlamentar.

14 - Chanceler reconhece estranheza e desconforto com a Venezuela

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/chanceler-reconhece-estranheza-e-desconforto-com-a-venezuela>



LUCIO BERNARDO JR/CD

19/11/2014

Tipo: Audiência Pública

Temas:

- 1) debater a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reserva, criado pelos países membros do BRICS;
- 2) prestar esclarecimentos acerca das declarações da Presidente Dilma Rousseff sobre a abertura de negociações po-

líticas com o Estado Islâmico;

3) prestar esclarecimentos sobre acordo firmado entre o MST e o governo venezuelano para treinamento dos seus integrantes com vistas a uma revolução socialista; e

4) outros temas afetos à política externa brasileira.

Requerimentos: 455/14, de autoria do Deputado EDUARDO BARBOSA (PSDB/MG); 457/14, de autoria do Deputado ALEXANDRE LEITE (DEM/SP); e, 461/14, de autoria dos Deputados RONALDO CAIADO (DEM/GO); CLAUDIO CAJADO (DEM/BA) e ALEXANDRE LEITE (DEM/SP)

Convidado:

Embaixador LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

O chanceler brasileiro debateu com os integrantes da CREDN sobre os principais temas da agenda de Política Externa do Brasil

O ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, reconheceu, em audiência pública da CREDN, a estranheza e o desconforto do Brasil com a decisão do governo venezuelano de firmar convênios de cooperação com entidades em território nacional, sem o conhecimento do Itamaraty.

De acordo com Figueiredo, o documento firmado entre o MST e o governo da Venezuela não constitui acordo internacional. O ministro revelou ainda que o governo brasileiro só teve conhecimento dos fatos após a realização dos eventos. Na oportunidade, o ministério das Relações Exteriores manifestou à embaixada venezuelana em Brasília a sua inconformidade com o ocorrido.

Luiz Alberto Figueiredo Machado também rebateu as críticas da oposição de que a Política Externa Brasileira seja ideológica. Segundo ele, a orientação da presidente Dilma Rousseff é para que se “imprima sentido estratégico” às Relações Internacionais do Brasil.

BRICS

O ministro explicou ainda que a criação do banco do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), visa atender à demanda de investimentos desses países nos próximos anos. De acordo com o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), “embora seja consensual a necessidade de uma reforma dos mecanismos do sistema financeiro internacional, é fundamental conhecermos como membros com economias e sistemas políticos tão diversos alinharão interesses no âmbito desse banco”.

XI - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS CONJUNTAS

1. CREDN discute com Comissão de Relações Exteriores do Senado projeto FX-2 da Força Aérea Brasileira

LUCIO BERNARDO/CD

**27/02/2014**

Tipo: Audiência Pública Conjunta

Tema: Tratar do Projeto FX-2, da Força Aérea Brasileira, que consiste na aquisição de 36 aeronaves de caça de múltiplo emprego, incluindo a transferência de tecnologia necessária para a capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro.

Requerimento nº 14/2014, de autoria da senadora ANA AMÉLIA.

Local: Senado Federal

Convidados:

- Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; e
- Brigadeiro-do-Ar José Augusto Crepaldi Affonso, Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate.

CREDN discute projeto FX-2 com Comissão de Relações Exteriores do Senado

A decisão do governo brasileiro de adquirir 36 caças supersônicos suecos Gripen NG, para reequipar a Força Aérea Brasileira (FAB), foi tema de debate conjunto das comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara e do Senado, na quinta-feira, 27. O Comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Juniti Saito, e o presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate, brigadeiro José Augusto Crepaldi Affonso, participaram dos debates.

De acordo com a FAB, as aeronaves de caça da Suécia são de múltiplo emprego e foram negociadas com compromisso de transferência de tecnologia necessária para a capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro. O preço total será de US\$ 4,5 bilhões, a serem pagos até 2023.

Ainda segundo o Comandante da FAB, Juniti Saito, os aviões escolhidos no chamado Projeto FX-2 visam à projeção internacional do Brasil e ao desenvolvimento nacional em áreas como a industrial, a econômica e a da ciência e tecnologia.

2. Ex-diretor da Petrobras afirma que compra da refinaria de Pasadena não foi um mau negócio

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/466272-PARA-OPOSICAO,-CERVERO-CONTRADIZ-DILMA-ROUSSEFF-PT-DIZ-QUE-TUDO-FOI-ESCLARECEDOR.html>



LUIS MACEDO / CÂMARA DOS DEPUTADOS

16/04/2014

Tipo: Audiência Pública Conjunta

Tema: Prestar esclarecimentos acerca da operação de compra da refinaria de Pasadena (Texas, Estados Unidos da América), por parte da estatal brasileira.

Requerimentos:

611/2014-CFFC, dos Deps. Vanderlei Macris e Antonio Imbassahy; e 615/2014-CFFC, do Dep. Mendonça Filho, subscritos pelos Deps. Fernando Francischini, Carlos Brandão e Stepan Necessian;

415/2014-CREDN, dos deputados. Emanuel Fernandes, Antonio Imbassahy, Duarte Nogueira e Antonio Carlos Mendes Thame; e

151/2014-CDEIC, dos deputados. Mendonça Filho e Mandetta.

Local: Plenário 9

Convidado:

- Ex- Diretor da área internacional da Petrobras, Nestor Cuñat Cerveró.

Para oposição, Cerveró contradiz Dilma Rousseff; PT diz que tudo foi esclarecedor

Com Agência Câmara

O depoimento do ex-diretor internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, sobre a compra da refinaria de Pasadena (EUA), nesta quarta-feira, na Câmara, provocou reações contrárias nos partidos oposicionistas e no PT.

Nestor Cerveró disse que o conselho da Petrobras teve acesso às cláusulas do negócio, que depois foram consideradas prejudiciais à empresa.

Deputados da oposição e do PT divergiram sobre o depoimento do ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor Cerveró com relação à compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

Para os parlamentares da oposição, Cerveró contradisse a presidente da República, Dilma Rousseff, e da Petrobras, Graça Foster, ao defender a aquisição da refinaria. Já os deputados petistas disseram que as explicações do ex-diretor foram esclarecedoras.

A aquisição da refinaria, a um preço final de cerca de 1,250 bilhão de dólares, está sendo investigada pela Polícia Federal, Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério Público, além de ser alvo de propostas de comissões parlamentares de inquérito (CPMIs) no Congresso.

Contradição

Para o líder do DEM, deputado Mendonça Filho (PE), o ex-diretor contradisse a opinião da presidente Dilma Rousseff e da presidente da Petrobras, Graça Foster, ao defender o processo para compra da refinaria. “As verdades são contraditórias. Há uma versão dada pela presidente Dilma e outra pelo ex-diretor Cerveró. Uma das duas tem de ser verdade, um dos dois tem de estar mentindo”, disse.

Mendonça Filho: há versões conflitantes, de Dilma Rousseff e de Cerveró; um dos dois deve estar mentindo.

Segundo Cerveró, a decisão de expandir o refino de petróleo no exterior já fazia parte do plano estraté-

gico da empresa desde 2000 e foi um bom negócio. “Em 2005, comprar uma refinaria nos EUA e adaptá-la para processar petróleo brasileiro pesado, além de ser uma ação alinhada ao planejamento estratégico da Petrobras, era uma boa oportunidade de negócio”, afirmou o ex-diretor da estatal.

A Petrobras só não quis adquirir a segunda metade da empresa, de acordo com o ex-diretor, depois que uma série de fatores alterou o cenário de planejamento da estatal. Ele listou três questões como centrais para a mudança no investimento em Pasadena: a descoberta das reservas de pré-sal, a construção de refinarias no Brasil e a crise econômica nos Estados Unidos, que diminuiu o consumo naquele mercado.

Mau negócio

Ontem, a presidente da Petrobras, Graça Foster, repetiu a versão de Dilma de que a aquisição de 50% das ações de Pasadena fora autorizada pelo conselho de administração, em 3 de fevereiro de 2006, com base em resumo executivo elaborado por Cerveró. Foster, que participou de audiência no Senado, reconheceu que a compra da refinaria “não foi, definitivamente, um bom negócio”.

Resumo executivo feito pela área internacional, na versão de Graça Foster e de Dilma Rousseff, omitia qualquer referência às cláusulas Marlim e put option que integravam o contrato. A primeira garantia à empresa belga Astra Oil, sócia da Petrobras America Inc, rentabilidade mínima de 6,9% ao ano, mesmo com condições de mercado adversas. Já a put option – ou opção de venda – obrigava a Petrobras a comprar a participação da Astra em caso de conflito entre os sócios na condução do negócio.

Acesso às cláusulas

Parlamentares da oposição e também do PMDB questionaram Cerveró se o conselho administrativo da Petrobras, do qual Dilma era a presidente em 2006, teve acesso ou não às cláusulas. Ele respondeu que a direção da empresa teve acesso e era de praxe as informações serem repassadas ao conselho.

“As cláusulas Marlim e de saída (put option) não são lesivas à companhia. O que foi feito é que foi submetido à diretoria todo um conjunto de documentos. Depois a diretoria encaminha ao conselho de administração da estatal. É praxe”, disse o ex-diretor.

Na audiência conjunta, deputados do PT disseram que o ex-diretor da Petrobras deu esclarecimentos técnicos suficientes.

“Se as cláusulas não fossem importantes, não estariam no contrato”, criticou o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG). Para Efraim Filho, as contradições entre a fala de Foster e Cerveró reforçam a necessidade de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para analisar a compra da refinaria.

Esclarecimentos técnicos

“A explanação de Cerveró foi a mesma de [Sérgio] Gabrielli [ex-presidente da Petrobras] no Senado e de Graça Foster; elas confirmam e afirmam o negócio. Mostram que o negócio foi feito, calcado em consultorias internacionais”, argumentou o deputado Amauri Teixeira (PT-BA). Segundo ele, o negócio foi altamente justificável.

Na opinião do deputado Dr. Rosinha (PT-PR), a decisão da compra da refinaria foi feita a partir de um planejamento estratégico da Petrobras. “Vi a oposição querer colocar palavras na voz do senhor Cerveró só para atingir a presidente Dilma”, reclamou.

Para o deputado Fernando Ferro (PT-PE), o objetivo da oposição na audiência era tentar atacar a presidente Dilma Rousseff e não saber os esclarecimentos técnicos da compra da refinaria. “Eu posso interpretar por sua fala que o negócio foi justificado à época”, avaliou o parlamentar.

Investigação

Cerveró saiu da Petrobras em 2008 e foi para a diretoria da BR Distribuidora, subsidiária da estatal, de onde foi demitido em março de 2014, após a decisão do conselho de administração da petrolífera ser divulgada e a presidente da República dizer que o parecer de Cerveró era “técnica e juridicamente falho”.

O diretor falou em audiência pública conjunta das comissões de Fiscalização Financeira e Controle; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Entenda o caso

Em 2005, a empresa Astra Oil comprou a refinaria de Pasadena por 42,5 milhões de dólares. Em 2006, a Petrobras comprou metade da refinaria por 360 milhões de dólares. Em 2007, foi obrigada pela Justiça americana a comprar os outros 50% por 820,5 milhões de dólares, em razão de uma cláusula contratual que previa essa compra em caso de desentendimento com a Astra.

A presidente Dilma Rousseff, à época ministra da Casa Civil e presidente do conselho de administração da Petrobras, informou em nota que só tomou conhecimento das cláusulas depois de ter autorizado o negócio.

O ex-diretor contestou os valores de compra da refinaria divulgados na imprensa. Segundo ele, a Astra Oil comprou Pasadena por US\$ 360 milhões e não US\$ 42 milhões, porque havia incluídos a compra dos estoques e de pagamento de passivos trabalhistas e ambientais. Cerveró ressaltou ainda que todo o processo da compra foi acompanhado por consultorias internacionais, como a Price Waterhouse Coopers, e validado pelo Citigroup.

3 - Ministra não garante reajuste de militares das Forças Armadas

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/ministra-nao-garante-reajuste-de-militares-das-forcas-armadas>



29/04/2014

Tipo: Audiência Pública Conjunta

Tema: Discussão do Projeto de Lei nº 03/2014-CN - que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outra providência” - (LDO 2015).

Prestar esclarecimentos sobre a política salarial para a categoria dos militares da ativa e da reserva.

Requerimento nº 416/14-CREDN: Depu-

tados EDUARDO BARBOSA (PSDB/MG), DUARTE NOGUEIRA (PSDB/SP), CESAR COLNAGO (PSDB/ES), e IZALCI (PSDB/DF).

Convidada:

- Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, MIRIAM APARECIDA BELCHIOR.

Ministra Miriam Belchior descartou resolução sobre reajuste dos militares

Em audiência pública conjunta das comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, não garantiu o pagamento do reajuste de 28,86% aos militares das Forças Armadas. Segundo ela, a questão está na Justiça e a AGU entende que o pagamento somente será considerado quando houver conclusão desse processo.

Um dos requerimentos que solicitou a audiência é de autoria do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), presidente da CREDN em conjunto com outros membros do Colegiado. O evento é um desdobramento da audiência pública que aconteceu no último dia 9 de abril, na CREDN, com a presença do ministro da Defesa, Celso Amorim, e da Comissão Geral que discutiu o assunto.

Barbosa afirmou que está acompanhando de perto todas as questões pertinentes à Defesa Nacional e questionou à ministra sobre a previsão de pagamento do reajuste de 28,86% concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que entendeu que esse aumento, dado a princípio somente aos oficiais, deveria ser estendido aos demais militares.

Para o deputado, a ministra simplesmente não garantiu o repasse dos recursos para o pagamento dos militares. Segundo ela, a despesa com pessoal do Ministério da Defesa teve aumento de R\$ 15,7 bilhões e o Acordo de 2013-2015 vai garantir um aumento de 30% na folha de pagamento de militares. No entanto, se houver decisão judicial a favor dos militares, o governo pagará com precatórios.

“Temos militares de elevado padrão técnico e estamos observando o esvaziamento desse pessoal de alto nível das Forças Armadas, o que traz um prejuízo muito grande ao nosso país”, destacou o deputado, tendo como exemplo o salário dos médicos que nas Forças Armadas ganham pouco mais de R\$ 3 mil, enquanto profissionais cubanos do Programa Mais Médicos percebem R\$ 10 mil.

Eduardo Barbosa também se disse preocupado com o contingenciamento de recursos da Defesa que afetam o cronograma de execução dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas. “Para se impor na América Latina e conseguir uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, o Brasil precisa de uma retaguarda e uma infraestrutura”, afirmou.

4. CREDN lamenta neutralidade brasileira na questão Saharauí

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-lamenta-neutralidade-brasileira-na-questao-saharai>



GABRIELA KOROSSOY/ CD

29/04/2014

Tipo: Audiência Pública

Tema: Discutir a situação do povo Saharauí, a última colônia africana, que luta pela sua independência há mais de 35 anos

Requerimento nº 418/14-CREDN, de autoria do Deputado ALFREDO SIRKIS (PSB/RJ), e Requerimento nº 66/14-CDHM, de autoria do Deputado ASSIS DO COUTO (PT/PR).

Convidados:

- Diretor do Departamento de Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISE DA FONTOURA;

Ministro de Assuntos Exteriores da República Árabe Democrática Saharauí, MOHAMED SALEM SALEK;

Representante da República Árabe Democrática Saharauí em Brasília MOHAMED LAAROSI; e

Diretor do filme Sahara- deserto do deserto, SAMIR ABUJAMRA.

Deputados e autoridades do Saara Ocidental discutiram situação do povo Saharauí em audiência pública

Os deputados Eduardo Barbosa (PSDB-MG) e Alfredo Sirkis (PSB-RJ), lamentaram a neutralidade do Brasil em relação à questão envolvendo o reconhecimento da República Saharauí. O assunto foi tema de audiência pública realizada em conjunto pelas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e de Direitos Humanos, no dia 29 de abril.

De acordo com o embaixador Paulo Roberto Campos Tarrise da Fontoura, diretor do Departamento de Organismos Internacionais do ministério das Relações, “o Brasil não reconhece a República Saharauí por entender que a solução do problema passa por um entendimento entre as partes, mas mantém diálogo permanente com a Frente Polisário, que luta pela independência do país”.

Barbosa explicou que neste momento o Brasil deve atuar para garantir que a missão das Nações Unidas no Saara Ocidental vele pelo respeito aos direitos humanos. Na sua opinião, “é preciso reconhecer que o Marrocos ampliou as medidas de proteção desses direitos, mas precisa avançar ainda mais permitindo que a MINURSO atue neste campo e o Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos possa visitar a região”.

Alfredo Sirkis afirmou que a posição do Brasil em relação ao Saara Ocidental difere e muito da postura adotada em relação ao Timor Leste, que após a descolonização portuguesa foi invadido pela vizinha Indonésia. “Naquele momento, o Brasil advogou pela inviolabilidade das fronteiras do período colonial”, explicou.

Durante o evento, os embaixadores do Marrocos e da Argélia puderam defender seus pontos de vista, bem como representantes dos movimentos sociais solidários com o povo Saharauí. Também participaram do evento o ministro de Assuntos Exteriores Saharauí, Mohamed Salem Salek, o embaixador em Brasília, Mohamed Laarosi, e o cineasta Samir Abujamra, diretor do filme “Sahara – deserto do deserto”.

5. Celso Amorim defende aquisição do caça Gripen na CREDN

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/celso-amorim-defende-aquisicao-do-caca-gripen-na-credn>

ANTONIO ARAÚJO/CD



09/12/2014

Tipo: Audiência Pública Conjunta

Temas:

- 1) Esclarecer aspectos relacionados à assinatura do contrato para o desenvolvimento e a produção de 36 caças Gripen NG, fabricados pela companhia sueca SAAB;
- 2) Esclarecer as condições em que se processou a compra dos mísseis "Harpoon", dos Estados Unidos.

Requerimentos:

- 1) Pela CREDN: - 439/14, de autoria dos Deputados ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB/SP) e EMANUEL FERNANDES (PSDB/SP); - 458/14, de autoria do Deputado RUBENS BUENO (PPS/PR); e - 460/14, de autoria dos Deputados DUARTE NOGUEIRA (PSDB/SP) e EDUARDO BARBOSA (PSDB/MG).
- 2) Pela CFFC: - 726/14, de autoria do Deputado VANDERLEI MACRIS (PSDB/SP).

Convidados:

- Senhor CELSO AMORIM, Ministro de Estado da Defesa;
- Tenente-Brigadeiro-do-Ar JUNITI SAITO, Comandante da Aeronáutica (Força Aérea Brasileira);
- Brigadeiro do Ar JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO, Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC).

Celso Amorim defende aquisição do caça Gripen na CREDN

O ministro da Defesa, Celso Amorim defendeu a aquisição do caça Gripen, de fabricação sueca, pelo Brasil em audiência realizada no dia 9 de dezembro, pela CREDN. Na oportunidade, ele esclareceu aspectos relacionados à assinatura do contrato para o desenvolvimento e a produção dos 36 aviões.

De acordo com Amorim, os valores foram atualizados porque as propostas eram antigas e a própria Força Aérea Brasileira (FAB) requisitou adaptações no projeto. Segundo ele, "os valores da proposta eram de 2009 e o contrato só foi assinado em 2014". Ele garantiu ainda que o Brasil deve receber o primeiro avião em 2019 e até 2025 terá seu esquadrão completo. O Brasil assinou um contrato US\$ 900 milhões mais caro que os valores anunciados quando o Programa FX-2 foi concluído.

Os deputados manifestaram preocupação com os custos da aeronave e o fato de a Suíça ter desistido de adquirir este modelo, o que lança incertezas sobre o cumprimento da parceria com o Brasil.

Transferência de tecnologia

O ministro destacou ainda a importância da parceria para o desenvolvimento da indústria nacional. Do total de 36 caças, 13 serão construídos na Suécia com supervisão de engenheiros brasileiros. Ainda na Suécia, 8 serão construídos por brasileiros com supervisão sueca e os restantes 15 caças no Brasil.

Amorim revelou que mais de 100 engenheiros brasileiros participam do projeto e garantiu que não haverá "caixa-preta" em relação ao projeto com o Brasil e à transferência tecnológica.

XII - SEMINÁRIOS

1 - Seminário: *Migração e Cidadania - Desafios para a assistência ao migrante brasileiro*



30/04/2014

Tipo: Seminário

Tema: Debater a política nacional voltada para os brasileiros residentes no exterior e as condições para o seu retorno definitivo ao Brasil. Diante das iniciativas governamentais e das necessidades apontadas por diversas comunidades de brasileiros, organizadas em localidades variadas, a CREDN pretende identificar as lacunas existentes nessa política e colher as informações mais atualizadas a respeito do tema, de modo a subsidiar a

apresentação de possíveis medidas legislativas que possam melhorar a situação dos brasileiros migrantes.

Requerimento nº 383/14, de autoria dos Deputados EDUARDO BARBOSA (PSDB/MG), DUARTE NOGUEIRA (PSDB/SP), CESAR COLNAGO (PSDB/ES) e IZALCI (PSDB/DF).

PROGRAMAÇÃO

Mesa de Abertura

- Deputado Eduardo Barbosa, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional;
- Embaixador Sérgio França Danese, Subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (MRE), representando o Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- Senhor João Guilherme Granja, Diretor do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça, representando o Ministro de Estado da Justiça;
- Senhor Paulo Sérgio de Almeida, Presidente do Conselho Nacional de Migração do Ministério do Trabalho e Emprego.

Mesa 1. *Panorama geral das ações governamentais voltadas aos brasileiros residentes no exterior.*

(1) Panorama geral das ações governamentais. Detalhamento das áreas contempladas na política de assistência ao migrante. Cobertura geográfica. (2) Demandas reprimidas. Participação das comunidades no monitoramento e avaliação da política. (3) Análise e conclusão.

Palestrantes:

1. Embaixador Sérgio França Danese - Subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (MRE) (1)
2. Sra. Rosalie Abou Assi - Coordenadora-Geral / porta-voz do Conselho de Cidadãos de Beirute, representando o Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior (2)

3. Leonardo Cavalcanti - Diretor do Observatório das Migrações da UnB em parceria com o Conselho Nacional de Imigração (3)

Coordenador: Deputado EDUARDO BARBOSA

Mesa 2 . Brasileiros no Exterior: Plano de Ação e as responsabilidades do governo brasileiro na sua implementação.

(1) Acordos internacionais em benefício dos brasileiros emigrados: panorama geral. Ações prioritárias. (2) Previdência social e benefícios: contribuições, compensação entre regimes e tributação. (3) O voto no exterior: situação atual e perspectivas de ampliação. (4) Análise comparada com a prática internacional. Análise e conclusão.

Palestrantes:

1. Ministra Luiza Lopes da Silva - Diretora do Departamento Consular de Brasileiros no Exterior / MRE (1)

2. Benedito Adalberto Brunca - Secretário de Políticas do Ministério da Previdência Social (MPS) (2)

3. Embaixador Oto Agripino Maia - Ex-Secretário da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores (4)

Coordenador: Deputado HUGO NAPOLEÃO

Mesa 3. Assistência ao retorno: como assegurar ao retornado as condições para a sua permanência no Brasil.

(1) Principais obstáculos enfrentados pelo retornado. Vínculos familiares. Readaptação e questões de identidade. (2) Assistência ofertada pelo governo e por organizações não governamentais ao retornado. (3) Política governamental de assistência ao trabalhador migrante. Assistência ao retornado x assistência ao estrangeiro imigrante: as ofertas são equilibradas?. (4) Análise e conclusão.

Palestrantes:

1. Euclides Pettersen - Retornado residente em Governador Valadares / MG (1)

2. Márcia Moreschi - Gerente de Projetos e Coordenadora do Programa Retorno Voluntário da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) (2)

3. Dr. Silvani Alves Pereira - Secretário de Políticas de Emprego-Substituto, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (3)

4. Alanni de Lacerda Barbosa de Castro - Coordenadora de projetos, com experiência em Crédito para MPE e Educação Financeira, Remessas e Migração Transnacional, do Sebrae MG. (3)

5. Professor Doutor Rodrigues Pires de Campos - Diretor do Curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília (UCB) (4)

Coordenadora: Deputada JAQUELINE RORIZ

Mesa 4 . Desafios para o aprimoramento da assistência: o orçamento, o alcance e a abrangência das ações.

(1) A demanda por orçamento: focalização ou universalização da assistência? Demandas. O impacto das limitações orçamentárias sobre os serviços consulares prestados: perspectivas da comunidade. (2) O impacto dos contingenciamentos orçamentários sobre o trabalho consular. Utilização da renda consular auferida no exterior. (3) Plano Plurianual (PPA) e suas implicações para as atividades consulares. (4) Análise e conclusão.

Palestrantes:

1. Marcos Vianna - Coordenador de Comunicação / porta-voz do Conselho de Cidadãos de Roterdã, representando o Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior (1)

2. Embaixador Fernando Paulo de Mello Barreto - Chefe do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em São Paulo (2)

3. Leonardo José Rolim Guimarães - Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados, ex-Secretário de Políticas Públicas do MPAS. (3)

4. Doutora Tânia Tonhati - Doutoranda em Sociologia pela Universidade de Londres e Coordenadora de Apoio e Pesquisadora do Observatório das Migrações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). (4)

Coordenador: Deputado EDUARDO BARBOSA

Comissão identifica demandas de brasileiros no exterior

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) realizou, no dia 30 de abril, o Seminário “Migração e Cidadania” com o objetivo de identificar as demandas dos brasileiros que residem no exterior e daqueles que retornam ao país. Segundo Eduardo Barbosa, presidente da CREDN, “o evento cumpriu com o seu propósito e vamos agora estudar como viabilizar o acesso às políticas públicas para os nossos compatriotas que vivem fora e para os chamados retornados”.

O evento contou com a participação de autoridades dos ministérios das Relações Exteriores, Justiça e Previdência Social, além de especialistas no assunto e de cidadãos que residem no exterior e coordenam os conselhos das comunidades brasileiras.

O seminário “Migração e Cidadania”, priorizou o debate acerca do acesso dos migrantes brasileiros, em especial os chamados “retornados” que buscam recomeçar a vida no Brasil, às políticas públicas por meio de programas como *Minha Casa, Minha Vida e Bolsa Família*.

Eduardo Barbosa pretende tornar permanente a discussão em torno da migração de brasileiros, as condições de vida e a assistência dada pelo país aos seus cidadãos que vivem no exterior. Para o deputado, grande parte desses brasileiros se sentem abandonados à própria sorte.

Medidas legislativas que contribuam com a melhoria da situação dos migrantes, especialmente em temas relacionados à Previdência, transferência de bens adquiridos fora do país, e a possibilidade de voto durante eleições no Brasil, deverão ser o foco principal.

Segundo ele, “é preciso garantir dignidade de vida, tanto daqueles que regressam ao país como para aqueles que estão fora e precisam ter alguma retaguarda do país de origem”.

Ele destacou como positiva a decisão desses migrantes de se organizarem em conselhos representativos para manter contato com o Estado brasileiro e reconheceu que o Itamaraty tem desenvolvido ações em prol desses brasileiros, mas algo ainda muito distante das demandas existentes e das queixas. Na sua avaliação, é preciso implementar uma legislação adequada com um orçamento específico para pôr fim aos problemas já identificados.

2 - Seminário: *Os Projetos Estratégicos das Forças Armadas: contribuição ao desenvolvimento nacional*

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-criara-subcomissao-sobre-politica-salarial-dos-militares>



06/05/2014

Tipo: Seminário

Tema: Analisar o atual quadro dos Projetos Estratégicos de Defesa e como os mesmos podem alavancar o desenvolvimento nacional com o domínio de tecnologias sensíveis e a abertura de mercados para equipamentos bélicos fabricados no país.

Autores do Requerimento n° 391/14: Deputados PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB/AC), NELSON PELLEGRINO (PT/BA), CARLOS ZARATTINI (PT/SP), e EDUARDO BARBOSA (PSDB/MG).

PROGRAMAÇÃO

Mesa de Abertura

- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG);
- Presidente da Subcomissão Permanente para Acompanhamento dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas, Deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC);
- Presidente da Frente Parlamentar de Defesa, Deputado Carlos Zarattini (PT-SP);
- Ministro de Estado da Defesa, Senhor Celso Amorim;
- Almirante-de-Esquadra Carlos Augusto de Sousa, Chefe do Estado Maior da Armada, neste ato representando o Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha do Brasil;
- Comandante do Exército Brasileiro, General de Exército Enzo Martins Peri;
- Comandante da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro do Ar Juniti Saito;
- Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, General de Exército José Carlos de Nardi.

Mesa 1 - *A Estratégia Nacional de Defesa e a estratégia de industrialização.*

Coordenador - Deputado Jorge Hilton

- 1 - Ronaldo Carmona, pesquisador da Universidade de São Paulo (USP);
- 2 - Major-Brigadeiro-do-Ar José Euclides da Silva Gonçalves, Diretor do Departamento de Produtos de Defesa (Deprod) do Ministério da Defesa;
- 3 - Sérgio Vaquelli, Diretor titular adjunto do COMDEFESA ((Departamento da Indústria de Defesa da FIESP);
- 4 - Carlos Erane de Aguiar, coordenador do Fórum Empresarial de Defesa e Segurança da Firjan, presidente do Simde (Sindicato da Indústria de Defesa e Segurança) e presidente da Condor.

Mesa 2 - A Defesa Cibernética e a Defesa das Fronteiras

Coordenador - Deputado Carlos Zarattini

- 1 - General de Divisão João Roberto de Oliveira, Gerente do Projeto Estratégico SISFRON;
- 2 - Jorge Ramos de Oliveira Júnior, presidente da ATECH Negócios em Tecnologia S/A;
- 3 - General de Divisão Paulo Sérgio Melo de Carvalho, Chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército (CD Ciber).

Mesa 3 - A Defesa do Espaço Aéreo Brasileiro

Coordenadora - deputada Perpétua Almeida

- 1 - Brigadeiro do Ar José Augusto Crepaldi Affonso, Presidente da COPAC (Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate);
- 2 - Renata Varella Corrêa, Assessora de Relações Governamentais Helicópteros do Brasil (Helibrás);
- 3 - Cesar Augusto da Silva, presidente da AKAER (EED com participação acionária da SAAB), representante do consórcio de empresas responsável pelo FX-2;
- 4 - Paulo Gastão Silva, Diretor do Programa KC-390 da Embraer Defesa e Segurança.

Mesa 4 - A Defesa dos Mares

Coordenador - deputado Hugo Napoleão

- 1 - Contra-Almirante Roberto Gondim Carneiro da Cunha, Diretor da DGePEM (Diretoria da Gestão dos Projetos Estratégicos da Marinha);
- 2 - André Amaro, Presidente da Odebrecht Defesa e Tecnologia (ODT);
- 3 - Tarcísio Takashi Muta, presidente da Fundação Ezute, Exposição sobre SisGAAz.

Mesa 5 - Viabilização de recursos para a Defesa nacional

Coordenador - deputado Nelson Pellegrino

- 1 - Bráulio Santiago Cerqueira, Diretor do Departamento de Temas Econômicos e Especiais da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, representando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- 2 - Engenheiro Sérgio Leite Schmitt Correa Filho, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- 3 - Igor Ferreira Bueno, Superintendente da Superintendência Regional da Finep de São Paulo;
- 4 - Ari Matos Cardoso, Secretário Geral do Ministério da Defesa;
- 5 - Sami Youssef Hassuani, presidente da ABIMDE e da AVIBRAS.

CREDN criará Subcomissão sobre política salarial dos militares

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) realizou nesta terça-feira, 6, sob a coordenação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas e em parceria com a Frente Parlamentar da Defesa Nacional e o Instituto InfoRel de Relações Internacionais e Defesa, o Seminário “Os Projetos Estratégicos das Forças Armadas: contribuição ao Desenvolvimento Nacional”. Na oportunidade, o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), presidente da CREDN, anunciou a criação da Subcomissão Especial para acompanhar a política salarial dos militares da ativa e da reserva.

Eduardo Barbosa está preocupado com a evasão de oficiais que trocam as Forças Armadas por atividades na área civil

Ao destacar a importância da aprovação pelo Congresso do Livro Branco da Defesa Nacional, da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, em 2013, Barbosa advertiu que “não se verificou o mesmo avanço na política salarial adotada para os integrantes das Forças Armadas, cujas remunerações não têm se mostrado compatíveis com o nível de exigência e de dedicação que a carreira militar requer”.

O deputado observou ainda que outro reflexo produzido pela atual política salarial dos militares diz respeito ao aumento do número de evasões registrado nos últimos anos. “Em 2012 foram 249 os oficiais das Forças Armadas que abandonaram a carreira e passaram a trabalhar na área civil; em 2013, foram 250 os que pediram demissão, sendo 70 da Marinha, 121 do Exército e 59 da Aeronáutica”, afirmou.

Eduardo Barbosa está especialmente preocupado com as evasões registradas junto aos centros de excelência como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), o Instituto Militar de Engenharia (IME) e a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). “É preciso ficar atento com o fato de que essas evasões podem prejudicar o bom andamento dos grandes projetos estratégicos das Forças Armadas. Preocupa-nos sobremaneira, a baixa atratividade da carreira militar”, explicou o parlamentar.

3 - Seminário: *Trabalho Escravo Globalizado - Desafios Brasileiros*

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/trabalho-escravo-compromete-imagem-do-pais-e-a-competitividade-dos-seus-produtos>



26/11/2014

Tipo: Seminário

Tema: o seminário visa debater a existência de trabalho escravo no Brasil e no mundo e as ações desenvolvidas para prevenir, combater e erradicar toda forma de exploração de trabalho forçado.

Autor do Requerimento nº 384/14: Deputado EDUARDO BARBOSA (PSDB/MG).

PROGRAMAÇÃO

Mesa de Abertura

- Deputado Eduardo Barbosa - Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
- Deputado Domingos Dutra - Membro e representante da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados
- Sra. Laís Abramo - Diretora do Escritório da OIT em Brasília

Mesa 1 - *O mundo e o trabalho escravo: quem ganha e quem perde?*

Discussão em torno da existência do fenômeno e a identificação daqueles que lucram com o tráfico de pessoas e o trabalho escravo. O esforço da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da sociedade mundial no combate dessa perversidade. Avaliação de tratados internacionais em vigor no âmbito da ONU e da OIT.

Coordenador: Deputado Eduardo Barbosa

Convidados:

- 1) Sra. Laís Abramo - Diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Brasília
- 2) Fernando Valente Pimentel, Diretor Superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT)

Mesa 2 - *O trabalho escravo no Brasil: quando as vítimas são brasileiras e quando são estrangeiras*

Discussão sobre a realidade brasileira, que envolve trabalhadores brasileiros e estrangeiros, nas diversas formas de escravidão moderna, e nos diversos ambientes laborais. Ações de combate a qualquer tipo de servidão.

Convidados:

- 1) Fabiola de Nazaré de Oliveira - Auditora-Fiscal do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego

2) Jonas Ratier Moreno - Chefe de Coordenadoria de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho

3) Jacqueline Ramos Silva Carrijo - Auditora-Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT)

Coordenador: Deputado Hugo Napoleão

Mesa 3 - Justiça e Impunidade: a lei vale para todos?

Por que a impunidade ainda é o maior incentivo para a existência do trabalho escravo no Brasil? O que muda com a Emenda Constitucional nº 81/2014 (a conhecida PEC do trabalho escravo). O impacto da chacina de Unai-MG sobre a realidade da fiscalização e da justiça. Campanhas de sensibilização: alcance e abrangência. O tráfico humano. Principais destinos dos brasileiros traficados. A vulnerabilidade das mulheres e das crianças.

Convidados:

1) Dr. Érico Barbosa Alves - Delegado de Polícia Federal/Serviço de Repressão ao Trabalho Forçado.

2) Marcelo Lavenère - Conselheiro Vitalício do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); ex-presidente da OAB

3) Padre Ari Antônio dos Reis - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

Coordenador: Deputado Eduardo Barbosa

Trabalho escravo compromete imagem do país e a competitividade dos seus produtos

Especialistas convidados para o Seminário “Trabalho Escravo Globalizado – Desafios Brasileiros”, promovido pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), afirmaram que o fenômeno compromete a imagem do país e impacta diretamente a competitividade dos seus produtos no mercado externo. “Trata-se de uma questão humanitária com impactos econômicos”, explicou o deputado Eduardo Barbosa, presidente da CREDN.

Evento reuniu especialistas em torno da temática do fenômeno que escraviza mais de dois milhões de pessoas em todo o mundo.

O evento reuniu integrantes do ministério Público do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT).

De acordo com os dados mais recentes, cerca de 22 milhões de pessoas trabalham em condições análogas à escravidão no mundo e o trabalho escravo movimenta em torno de US\$ 150 bilhões por ano com a exploração sexual, na indústria do vestuário, na agropecuária e nos trabalhos domésticos, entre outros.

Apenas no Brasil, cerca de 150 mil pessoas ainda vivem nessas condições. “A impunidade ainda é a grande aliada daqueles que exploram o trabalho escravo e grupos econômicos que se escondem por trás de testas-de-ferro, saem ilesos mesmo com as operações da Polícia Federal e do ministério do Trabalho”, lamentou Barbosa.

Para a diretora da OIT no Brasil, Laís Abramo, “todos perdem com o trabalho escravo. Os trabalhadores, suas famílias, o país. Apenas aqueles que vivem da sua exploração ganham”, afirmou.

Fabíola Nazaré de Oliveira, auditora fiscal do Trabalho, revelou que de 1995 até 2014, foram realizadas cerca de 1,7 mil operações com quase quatro mil estabelecimentos inspecionados. “Mais de 47 mil trabalhadores foram resgatados e R\$ 90 milhões pagos em indenizações”, destacou.

Por sua vez, o Diretor Superintendente da ABIT, Fernando Valente Pimentel, destacou os esforços feitos pelo setor privado para contribuir com a prevenção, o combate e a erradicação do trabalho escravo. Segundo ele, “não podemos demonizar as empresas. O problema existe, é grave, mas ainda se circunscreve a uma minoria”.

Já o ex-presidente da OAB, Marcelo Lavenère, lamentou que “nenhum escravagista esteja cumprindo pena no Brasil, apesar da quantidade de acusados por essa prática”. Na sua avaliação, a impunidade é a grande aliada de quem escraviza no Brasil. “Culpa, em parte, do Poder Judiciário, e em parte do poder econômico perverso”, destacou.

O padre Ari Antônio dos Reis, que também participou do seminário, enfatizou a importância do tema da Campanha da Fraternidade deste ano - Fraternidade e Tráfico Humano – que guarda relação direta com o tema. “Já realizamos uma mesa de diálogo com os bispos sobre o trabalho escravo no Brasil, voltado para a capilaridade das mais de 270 dioceses e dez mil paróquias espalhadas pelo país. O nosso foco está na conscientização para que haja prevenção e combate”, explicou.

4 - Seminário: *O Brasil no Mundo: Deveres e Responsabilidades*

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/o-presente-e-o-futuro-das-nossas-politicas-externa-de-defesa-e-de-inteligencia-foram-temas-de-seminario-na-credn>



02/12/2014

Tipo: Seminário

Tema: o seminário visa debater o presente e o futuro das políticas Externa, de Defesa e de Inteligência brasileiras.

Autor do Requerimento nº 466/14: deputado EDUARDO BARBOSA (PSDB/MG).

PROGRAMAÇÃO

Mesa de Abertura

- Deputado EDUARDO BARBOSA, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e vice-presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional.
- Jornalista MARCELO RECH, Diretor do Instituto InfoRel de Relações Internacionais e Defesa.
- Embaixadora ANA PAULA ZACARIAS, Chefe da Delegação da União Europeia no Brasil.
- FÉLIX DANE, Representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil.
- Embaixador LUIZ FELIPE LAMPREIA, ex-Ministro das Relações Exteriores e vice-presidente emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).

Aula Magna - 10h

Tema: ***Continuidade e Transformações do Terrorismo Global***

- FERNANDO REINARES, investigador principal de Terrorismo Internacional do Real Instituto Elcano, de Madri, e ex-assessor do governo espanhol em antiterrorismo.

Mesa 1 - Política Externa: da emergência ao protagonismo - uma agenda para as Relações Internacionais do Brasil

O Brasil é a sétima economia mundial, liderou o processo de criação do G-20 e é parte de mecanismos como o BRICS e o IBAS, além de ter estimulado o surgimento da UNASUL e da CELAC no plano regional. No entanto, não está claro que papel o país pretende desempenhar nas Relações Internacionais. Para piorar, nos últimos anos tivemos uma retração forte na nossa política externa e, atualmente, o ministério das Relações Exteriores vive um dos seus momentos mais difíceis em termos de valorização das suas prerrogativas e do seu corpo funcional. Como reverter essa situação e recolocar o país entre as principais nações que participam da definição da agenda internacional? O que fazer, como e por quê? Como retomar a reconhecida excelência da diplomacia brasileira?

- LEONARDO PAZ, Cientista Político, Coordenador de Estudos e Debates do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).
- THIAGO DE ARAGÃO, Sociólogo, Diretor de Inteligência e Estratégia e sócio da Arko Advice.
- CREOMAR DE SOUZA, Assessor de Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília e Presidente da Câmara de Comércio Bilateral Brasil-África do Sul inserida no BRICS-PED.
- OLIVER STUENKEL, professor de Relações Internacionais na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e membro não-residente do Global Public Policy Institute (GPPI) em Berlim.

Mediador: deputado Izalci.

Mesa 2 - Inteligência: política de Estado, assuntos estratégicos e interesse nacional

Em 2013, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados conseguiu regulamentar a criação da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), após 11 anos de tentativas frustradas. A regulamentação atribuiu à CCAI poderes para atuar de forma objetiva como órgão de controle externo das atividades de inteligência. A regulamentação conferiu, também, ao Congresso, os poderes necessários para contribuir com o fortalecimento do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e para que o país pudesse contar com uma Inteligência voltada aos interesses do Estado brasileiro. Mas que interesses são esses? Que Inteligência deve ter um país como o Brasil? Por quê?

- JOANISVAL BRITO GONÇALVES, Doutor em Relações Internacionais, Especialista em Inteligência (ESINT/ABIN), Consultor Legislativo do Senado Federal.
- General MAYNARD MARQUES DE SANTA ROSA, Ex-chefe da Divisão de Contra-Inteligência do Centro de Inteligência do Exército e Ex- Secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa.
- ANDRÉ WOLOSZYN, Ex-Analista de Assuntos Estratégicos, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), diplomado em Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Guerra (ESG).
- MARCUS REIS, Advogado, mestre em economia pela UnB e em direitos fundamentais pela Universidade Carlos III de Madri; especialista em contraterrorismo e contrainsurgência, combate ao crime organizado transnacional, bem como em governança global e segurança mundial .

Mediador: deputado Duarte Nogueira.

Mesa 3 - Defesa: dissuasão, indústria, desenvolvimento e projeção de poder

As Forças Armadas continuam sendo a instituição mais confiável para os brasileiros segundo recente pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), mas não é segredo que não dispõem das condições necessárias para cumprirem com o seu papel Constitucional. Apesar dos projetos anunciados, e até mesmo de contratos firmados, as Forças Armadas carecem de mais recursos - financeiros, humanos e bélicos - e o país se ressentido dessas carências, por exemplo, com a vulnerabilidade e/ou fragilidade das nossas fronteiras. Como mudar esse quadro e dar às Forças Armadas as reais condições para dissuadir e ao mesmo tempo modernizar-se e projetar poder?

- SALVADOR RAZA, Diretor do Centro de Tecnologia, Relações Internacionais e Segurança (CeTRIS), doutor nas áreas de interseção das Relações Internacionais, Tecnologia e Segurança e mestre pelo King's College University - Londres.
- GUNTHER RUDZIT, Doutor em Ciência Política pela USP, Coordenador e professor do curso de Relações Internacionais das Faculdades Integradas Rio Branco e do MBA do IBMEC-SP e Consultor nas áreas de Defesa e Segurança.
- ALEXANDRE FUCILLE, Professor de Relações Internacionais na Universidade Estadual Paulista e presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED).
- ANTÔNIO JORGE RAMALHO, Professor no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, assessor especial do ministro da Defesa e diretor do Instituto Pandiá Calógeras.

Mediadora: deputada Perpétua Almeida.

Encerramento - 18h

- Deputado EDUARDO BARBOSA, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e vice-presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional.
- Jornalista MARCELO RECH, Diretor do Instituto InfoRel de Relações Internacionais e Defesa.
- Embaixadora ANA PAULA ZACARIAS, Chefe da Delegação da União Europeia no Brasil.
- FÉLIX DANE, Representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil.
- Embaixador LUIZ FELIPE LAMPREIA, Ex-ministro das Relações Exteriores e vice-presidente emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).

O presente e o futuro das nossas políticas Externa, de Defesa e de Inteligência foram temas de Seminário na CREDN

O presente e o futuro das nossas políticas Externa, de Defesa e de Inteligência foram temas do Seminário “O Brasil no Mundo: deveres e responsabilidades”, promovido pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) em parceria com o Instituto InfoRel de Relações Internacionais e Defesa, a Fundação Konrad Adenauer, a União Europeia e o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), em 2 de dezembro.

O evento reuniu alguns dos mais renomados especialistas nas três áreas e foi inaugurado com uma aula magna do professor Fernando Reinares, investigador principal de Terrorismo Internacional do Real Instituto Elcano de Madri. Reinares chamou a atenção para as transformações do terrorismo e alertou para o fato de que o Brasil não está distante deste fenômeno.

Segundo ele, “na medida em que o Brasil ocupa e desempenha um papel mais relevante na esfera internacional, esta realidade deve ser percebida como algo menos distante e mais próxima”. Além disso, afirmou que Al Qaeda e Estado Islâmico, hoje com cerca de 30 mil militantes, deverão disputar poder e influência junto aos islamistas em breve.

Reinares também manifestou preocupação com a propagação da Jihad no Brasil por meio de associações muçumanas. “No Brasil, estão definindo Jihad como combate e violência e isso é negar o que verdadeiramente ela significa, um esforço pessoal por viver de acordo com as regras do Islã”.

Política Externa

Em relação à Política Externa Brasileira, os especialistas convidados foram unânimes em afirmar que a mesma fraquejou nos últimos anos por falta de planejamento e de coerência, criando uma espécie de “zona cinza”, caracterizada basicamente por incertezas.

Para o sociólogo e diretor de Inteligência e Estratégia da Arko Advice, Thiago de Aragão, a postura e o papel do Brasil no mundo não estão muito claros atualmente. “O planejamento e a coerência é o que hoje não está muito claro aos olhos dos estudiosos e da comunidade internacional em relação à postura do Brasil. Uma política externa centralizada no Itamaraty ou na Presidência, tem que ter coerência e planejamento, tendo em vista que a política externa é uma política de Estado e não de governo ou de partido”, afirmou.

Já o professor de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília, Creomar de Souza, criticou a dificuldade do Brasil em definir qual é o real interesse nacional em termos de política externa. “De maneira geral, a gente pode dizer que há uma relativização de pontos fundamentais que marcam a trajetória brasileira no sistema internacional. É como se nós tivéssemos criado algumas zonas cinza dizendo: isso vale para A, mas não vale para B, que é meu amigo.”

Para o cientista político e coordenador de Estudos e Debates do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) Leonardo Paz, a inserção brasileira nas cadeias globais de comércio e nos grandes acordos internacionais deve estar no topo da agenda do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff.

O professor de Relações Internacionais na Fundação Getúlio Vargas (FGV), Oliver Stuenkel, lamentou a passividade da Política Externa Brasileira e explicou que uma Política Externa ativa deve ser parte de um

projeto nacional.

“Precisamos de um presidente que esteja disposto a arriscar capital político e um chanceler com autonomia, e precisamos estar na Coreia do Norte para poder opinar sobre o que condenamos de tudo aquilo que lá acontece, assim como deveríamos ter uma embaixada no Afeganistão, pois é lá que se define como lidar com estados falidos. Sem isso, não temos legitimidade para postular um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU”, advertiu.

Defesa Nacional

Em relação à Defesa Nacional, os painelistas reconheceram avanços no setor, mas cobraram maior poder civil na Defesa.

Para Alexandre Fuccille, professor de Relações Internacionais na Universidade Estadual Paulista e presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), há um déficit em relação à administração civil da defesa nacional. “Não estamos falando de uma política de defesa nacional, mas de uma política para a defesa nacional. Coronéis da reserva não são civis. Precisamos instituir a carreira típica de Estado de analista de defesa”.

Gunther Rudzit, coordenador e professor do curso de Relações Internacionais das Faculdades Integradas Rio Branco e consultor em defesa, cobrou uma reestruturação da estrutura militar com o efetivo controle civil sobre os meios de defesa. Na sua avaliação, os militares já aceitaram o seu papel, mas os civis ainda precisam deixar claro o que querem.

Por outro lado, criticou a edição do decreto 4.735 de 2003, que trata das secretarias de Política, Estratégia e Relações Internacionais e de Logística e Mobilização Nacional, ambas do ministério da Defesa, que só podem ser ocupadas por oficiais da ativa e no último posto. “Esta medida torna impossível o controle civil sobre os militares. Há civis em número suficiente para ocupar esses postos e definir políticas para o setor. Hoje, são os militares que estão elaborando as políticas”, afirmou.

Já o diretor do Centro de Tecnologia, Relações Internacionais e Segurança (CeTRIS), Salvador Raza, lamentou que os temas de Defesa e Segurança tenham ficado de fora das campanhas eleitorais recentes e explicou que o Brasil precisa conceber uma profunda reforma institucional e organizacional do ministério da Defesa.

Integrante do grupo que trabalhou na criação do MD, Raza também contestou os dogmatismos ainda presentes na relação entre civis e militares, sobretudo no que se refere aos cargos na defesa. “O que precisamos é de gente inteligente, não importa se civil ou militar. Tem que ter uma gestão de competência. Não podemos permitir que o MD se transforme num cabide de empregos para coronéis reformados”, destacou.

No entanto, o professor Antônio Jorge Ramalho, diretor do Instituto Pandiá Calógeras (IPC), vinculado ao ministério da Defesa, enfatizou o esforço que tem sido feito para o aperfeiçoamento do diálogo do setor Defesa com a sociedade civil.

Segundo ele, “estamos passando por um processo de evolução do setor nacional de Defesa, que envolve esse diálogo com a Academia, com o próprio Congresso Nacional e com a mídia, para levar a uma criação de cultura de defesa”, explicou.

Antonio Jorge rebateu as críticas de que o Brasil não contaria com uma estratégia que pensasse em metas para o futuro, ao destacar que a Estratégia e a Política Nacional de Defesa estabeleceram mudanças estruturais e definem de forma clara os rumos do setor para os próximos 30 anos.

Ele lembrou ainda que em 2016, o Livro Branco de Defesa passará por uma reformulação, já que a lei que sustenta o documento prevê uma revisão a cada quatro anos e que desta discussão, deverão participar todos os setores, incluindo o Congresso.

Inteligência

Os conferencistas convidados para a mesa “Inteligência: política de Estado, assuntos estratégicos e interesse nacional”, foram taxativos ao afirmarem que o Brasil precisa investir na atividade de Inteligência com forte controle por meio do Legislativo.

Na opinião do General Maynard Marques de Santa Rosa, ex-chefe da Divisão de Contra-Inteligência do Centro de Inteligência do Exército e ex-Secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do ministério da Defesa, “a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) significa um avanço institucional do país e confere legitimidade à Inteligência. No entanto, um dos problemas que temos é a falta de um conceito de Segurança Nacional que torne explícitas as formas de ameaças ao país. Isso dificulta a orientação do esforço de busca de informação de Inteligência”.

Santa Rosa assinalou ainda que a inaptidão cultural dos clientes principais ao uso desta importante ferramenta de apoio às decisões agrava a situação. “Em geral, não sabem o que querem ou não confiam nos órgãos institucionais e deixam de estabelecer as próprias necessidades”. Ele acredita que parte deste problema guarda relação com a transição feita de forma precipitada entre o antigo Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), deixando sequelas ainda não superadas.

“Leva-se uma geração para construir confiança no Sistema e cinco minutos para destruí-la. Por isso, Inteligência de Estado deve ser preservada de influências políticas e sindicais”, defendeu.

Já André Woloszyn, ex-Analista de Assuntos Estratégicos, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) e diplomado em Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Guerra (ESG), acredita que “enquanto não tivermos um objetivo de Estado claro tanto a nível interno quanto a nível externo, não poderemos responder sobre qual Inteligência é a ideal para o Brasil”.

Segundo ele, “Inteligência não é mais apenas espionagem e monitoramento. O tipo de Inteligência que queremos depende diretamente do tipo de país que queremos e do tipo de projeção que buscamos”, concluiu.

“Quando as denúncias de Edward Snowden explodiram na imprensa brasileira, todos ficaram chocados, menos a comunidade de Inteligência, que conhece as vulnerabilidades”, explicou Marcus Reis, advogado especialista em contraterrorismo e contrainsurgência, combate ao crime organizado transnacional, bem como em governança global e segurança mundial.

Reis disse ainda que as principais conclusões da CPI da Espionagem que funcionou no Senado entre 10 de julho de 2013 e 9 de abril deste ano, foram a condenação às medidas de espionagem de outras nações contra o Brasil e a necessidade de se criar a Agência Brasileira de Inteligência de Sinais. No entanto, ao que parece, o choque inicial deu lugar à inércia.

“Estado que ficar sem Inteligência de sinais, com todas as tecnologias necessárias, incluindo a interceptação telefônica, vai ficar para trás. Além disso, a Inteligência humana precisa ser fortalecida, afinal de contas, entender como funcionam as relações interpessoais é poder. Poder para influenciar os outros, para entendê-los e os seus objetivos”, advertiu.

O Consultor Legislativo Joanival Brito Gonçalves, doutor em Relações Internacionais e especialista em Inteligência (ESINT/ABIN), vai além. Na sua avaliação, “a nossa Inteligência está completamente abandonada. No Brasil não há preocupação significativa das autoridades e da sociedade e esta pouca atenção se deve, em parte, ao desconhecimento, preconceito e até má-fé em relação aos profissionais de Inteligência”.

Ele lamenta que no Brasil, falte cultura de planejamento, de segurança e defesa e de Inteligência. “A Inteligência é fundamental para apoiar e assessorar o processo decisório, além de proteger o conhecimento sensível. Enquanto não planejarmos, estaremos vulneráveis a tudo”, alertou.

Democracia

Todos foram unânimes em afirmar que Inteligência e Democracia são compatíveis. É assim em todas as grandes democracias com os seus serviços de Inteligência. “É claro que há regimes autoritários que também os têm e Inteligência, boa ou ruim, é um instrumento de poder. O que difere uma da outra é o controle. A atividade de Inteligência precisa ser controlada, interna e externamente”, afirmou Gonçalves.

Por fim, defendeu que o órgão central da Inteligência tenha acesso direto à presidente e que haja maior coordenação e cooperação entre os órgãos do SISBIN. “Do contrário, estaremos sempre à mercê de quem sabe fazer Inteligência de verdade”, concluiu.

5 - Seminário: *Rumos da Política Externa Brasileira*

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/especialistas-divergem-sobre-os-rumos-da-politica-externa>



10/12/2014

Tipo: Seminário

Tema: Rumos da Política Externa Brasileira.

O Seminário teve como principal objetivo promover a discussão da situação pública quanto a posição do Brasil na ordem internacional, com ênfase nos desafios da política externa brasileira para os próximos anos.

Autor do Requerimento nº 451/14 - deputado EDUARDO BARBOSA.

PROGRAMAÇÃO

9h - Abertura

Deputado Eduardo Barbosa, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados; e

Senador Ricardo Ferraço, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Mesa 1 - *O Brasil e a Ordem Internacional*

- 1) Demetrio Martinelli Magnoli - Sociólogo e Comentarista de Política Internacional da Globo News
- 2) Prof. Marco Aurélio de Almeida Garcia - Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República
- 3) Embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampreia - Vice-Presidente Emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)

Mesa 2 - *Os desafios da Política Externa Brasileira*

Expositores:

- 1) Roberto Teixeira da Costa - Membro do Conselho de Administração da SulAmérica S.A e BNDESPAR
- 2) Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto
- 3) Embaixador José Botafogo Gonçalves - Vice-Presidente Emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)

ENCERRAMENTO

Especialistas divergem sobre os rumos da Política Externa

Os especialistas convidados para o Seminário “*Os Rumos da Política Externa Brasileira*”, divergiram quanto aos caminhos e desafios enfrentados pelo país na condução da sua política exterior. Enquanto o sociólogo Demétrio Magnoli taxou a política externa de ideológica e partidarizada, o chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, defendeu o papel desempenhado pelo Brasil nas relações

com o Irã, no diálogo entre oposição e governo na Venezuela, e em relação aos conflitos no Oriente Médio.

Seminário da CREDN aprofunda o debate acerca dos rumos e desafios da política externa

O evento foi realizado por iniciativa do presidente da CREDN, Eduardo Barbosa (PSDB-MG), para quem “o Congresso tem papel cada vez mais importante no debate e na influência da nossa estratégia internacional. Não se trata aqui de submetê-la a influências doutrinárias ou injunções partidárias. Mas, se a política externa é a outra face da política nacional, o Parlamento tem a obrigação de ajudar a interpretar o que venha a ser de fato o interesse nacional”.

Na avaliação de Magnoli, “a partidarização da política externa no Brasil explica a substituição do interesse nacional pela ideologia e tem um efeito de erosão moral”, afirmou. Ele criticou ainda a opção do país pelo Mercosul que não consegue avançar em seu acordo com a União Europeia. Garcia, por sua vez, explicou que o bloco já tem uma proposta pronta para fazer aos europeus, mas que eles ainda não chegaram a um consenso para apresentá-lo.

Demetrio Magnoli também criticou a postura do Brasil em relação aos direitos humanos citando que o país foi duro com Israel e leniente com o Hamas, no mais recente conflito naquela região. “É um pouco irritante que venha a se confundir a condenação aos ataques unilaterais no Oriente Médio a uma proposta de diálogo com os terroristas. Ficou claro nos discursos da presidente que havia um repúdio claro ao terrorismo, mas que as potências realizassem um diálogo entre si para ver o melhor encaminhamento da questão”, afirmou Magnoli.

O ex-ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, destacou que o Mercosul não guarda nenhuma relação com o projeto do qual participou nos anos 90 e que o bloco hoje não passa de uma frente antiamericanista. “Além disso, o Itamaraty está sendo depenado, perdendo suas funções inclusive na cooperação internacional, vivendo um processo de esvaziamento e sendo enxovalhado”, enfatizou. Lampreia revelou que 347 diplomatas escreveram a respeito ao atual chanceler. “Como ministro, nunca recebi carta de ninguém reclamando da instituição”, garantiu.

Os desafios

Para os embaixadores Samuel Pinheiro Guimarães e José Botafogo Gonçalves, e o empresário Roberto Teixeira da Costa, do Conselho de Administração da SulAmérica SA e BNDESPAR, os desafios para o Brasil estão no relançamento das relações com os Estados Unidos, na centralização da Política Externa no Itamaraty e na integração industrial que contemple as questões energéticas.

XIII - OUTROS EVENTOS

1. Hugo Napoleão é eleito para representar a CREDN na CCAI

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/hugo-napoleao-e-eleito-para-representar-a-credn-na-ccai>

MARCELO RECH



02/04/2014

O segundo vice-presidente da CREDN, deputado Hugo Napoleão (PSD-PI), foi eleito por 18 votos, para integrar a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), do Congresso Nacional. Além dele, o presidente da CREDN, Eduardo Barbosa (PSDB-MG), como membro nato, o deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), indicado pela Maioria, e o deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR) indicado pela Minoria, também integrarão o colegiado.

2. Eduardo Barbosa foi agraciado com a medalha da Ordem do Rio Branco

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/eduardo-barbosa-foi-agraciado-com-a-medalha-da-ordem-do-rio-branco>

GABRIELA ORNELAS



30/04/2014

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, Eduardo Barbosa (PSDB-MG), foi agraciado com a medalha da Ordem do Rio Branco, concedida pelo Ministério das Relações Exteriores. Ele participou ainda da cerimônia em comemoração ao Dia do Diplomata realizada no Itamaraty com a presença da presidente da República.

XIV - VISITAS DE REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS À CREDN

1. Embaixador da Ucrânia afirma que país não abre mão da Criméia

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/embaixador-da-ucrania-afirma-que-pais-nao-abre-mao-da-crimeia>

MARCELO RECH



11/03/2014

O embaixador da Ucrânia no Brasil, Rostyslav Tronenko, afirmou em reunião com o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, Eduardo Barbosa (PSDB-MG), que o seu país não abrirá mão da Criméia, território que será objeto de referendun para posterior anexação ao território russo.

2. Deputada brasileira do Parlamento italiano busca cooperação com a CREDN

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/deputada-brasileira-do-parlamento-italiano-busca-cooperacao-com-a-credn>

MARCELO RECH



11/03/2014

A deputada brasileira do Parlamento italiano, Renata Bueno, reuniu-se com o presidente da CREDN, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) em busca de uma maior cooperação com a CREDN. Barbosa está especialmente preocupado com a situação dos brasileiros que vivem no exterior, a grande maioria em situação irregular, e defendeu o aprofundamento das relações legislativas entre Brasil e Itália.

3. Presidente da CREDN discute Mais Médicos com Representante da OPAS

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/presidente-da-credn-discute-mais-medicos-com-representante-da-opas>

GABRIELA ORNELAS



12/03/2014

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), reuniu-se com o Representante da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), no Brasil, Joaquín Molina, com quem discutiu detalhes acerca do programa Mais Médicos.

4. Barbosa apoia cooperação do Brasil com Moçambique em saúde

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/barbosa-apoia-cooperacao-do-brasil-com-mocambique-em-saude>

MARCELO RECH



25/03/2014

O deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), presidente da CREDN, destacou que a cooperação do Brasil com Moçambique na área da saúde, deve ser fortalecida. Na oportunidade, ele se reuniu com parlamentares moçambicanos que integram o Gabinete Parlamentar de Prevenção e Combate ao HIV e AIDS da Assembleia Nacional.

5. Embaixador do Paraguai afirma na CREDN que Brasil é estratégico

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/embaixador-do-paraguai-afirma-na-credn-que-brasil-e-estrategico>

MARCELO RECH



25/03/2014

O embaixador do Paraguai no Brasil, Manuel María Cáceres, afirmou em audiência com o presidente da CREDN, da Câmara dos Deputados, Eduardo Barbosa (PSDB-MG), que o Brasil é um país estratégico para o Paraguai e que os investimentos brasileiros são sempre muito bem-vindos.

6. Deputada venezuelana diz na CREDN que papel do Brasil na crise é triste

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/deputada-venezuelana-diz-na-credn-que-papel-do-brasil-na-criese-triste>

MARCELO RECH



02/04/2014

A deputada venezuelana Maria Corina Machado, destituída do mandato por decisão do presidente da Assembleia Nacional, afirmou em reunião na CREDN, que o papel do Brasil na crise em seu país é triste. Ela se disse especialmente surpreendida pela decisão do embaixador do Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA), de impedir que ela falasse no mecanismo.

7. Espanha pede apoio da CREDN para o ingresso do país no CSNU

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/espanha-pede-apoio-da-credn-para-o-ingresso-do-pais-no-csnu>

MARCELO RECH



09/04/2014

O embaixador da Espanha no Brasil, Manuel de La Camara Hermoso, pediu o apoio da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), para o ingresso do país como membro rotativo do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para o biênio 2015-2016.

8. Grupo de Amizade Brasil – Argélia será recriado

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/grupo-de-amizade-brasil-2013-argelia-sera-recriado>

MARCELO RECH



09/04/2014

O Grupo de Amizade Brasil – Argélia, instituído nos anos 90, será recriado. Foi o que informou o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), presidente da CREDN, após audiência com o embaixador argelino Djamel-Eddine Bannaoum.

9. Câmara de Comércio Brasil – EUA promove missão parlamentar

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/camara-de-comercio-brasil-2013-eua-promove-missao-parlamentar>

OXFORDUSA



22/04/2014

Com o apoio da Agência Brasileira de Promoção das Exportações (Apex), a Câmara Americana de Comércio (AMCHAM) promoveu entre os dias 10 e 17 de maio, a Missão Mecea 2014, com a presença de uma delegação de deputados norte-americanos que visitaram Recife, Fortaleza, Brasília, Campinas e São Paulo. Em Brasília, foram recebidos pelos membros da CREDN.

10. Presidente da CREDN recebe chanceler da República Saharauí

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/espanha-pede-apoio-da-credn-para-o-ingresso-do-pais-no-csnu>

MARCELO RECH



23/04/2014

O presidente da CREDN, Eduardo Barbosa (PSDB-MG), recebeu visita do ministro de Assuntos Exteriores da República Árabe Democrática Saharauí, Mohamed Salim Salek, que no dia 29 de abril, participará de audiência pública na Câmara sobre a situação do povo saharauí.

11. Embaixador da Turquia defende fortalecimento das relações com o Brasil

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/embaixador-da-turquia-defende-fortalecimento-das-relacoes-com-o-brasil>

MARCELO RECH



06/05/2014

Em reunião com o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Eduardo Barbosa (PSDB-MG), o embaixador da Turquia no Brasil, Huseyin Dirioz, afirmou que as relações entre os dois países deve ser fortalecida e que o Brasil é um país estratégico para a Turquia, tanto política como economicamente.

12. Embaixador do Chile destaca importância da América do Sul na CREDN

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/embaixador-do-chile-destaca-importancia-da-america-do-sul-na-credn>

MARCELO RECH



13/05/2014

O embaixador do Chile no Brasil, Jaime Gazmuri, afirmou ao presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Eduardo Barbosa (PSDB-MG), que a política externa chilena teria uma nova orientação neste segundo governo da presidente Michele Bachelet. Segundo ele, a América do Sul será a prioridade.

13. Deputada ítalo-brasileira busca aproximação com a CREDN

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/deputada-italo-brasileira-busca-aproximacao-com-a-credn>

MARCELO RECH



14/05/2014

A deputada ítalo-brasileira Renata Bueno se reuniu com o presidente da CREDN, Eduardo Barbosa (PSDB-MG) e os deputados Nelson Pellegrino (PT-BA) e Cida Borghetti (PROS-PR), com o objetivo de intensificar a aproximação entre os parlamentos do Brasil e da Itália por meio dos respectivos grupos de amizade.

14. CREDN recebe deputados dos EUA e livre comércio entra na agenda bilateral

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-recebe-deputados-dos-eua-e-livre-comercio-entra-na-agenda-bilateral>

MARCELO RECH



14/05/2014

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) recebeu os deputados norte-americanos Aaron Schock (Republicano-Illinois), Robin Kelly (Democrata-Illinois), Patrick Meehan (Republicano-Pensilvânia) e Jason Smith (Republicano-Missouri), que defenderam a assinatura de um acordo de livre comércio entre os dois países.

15. Grupo Parlamentar França – Brasil realiza visita à CREDN

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/grupo-parlamentar-franca-2013-brasil-realiza-visita-a-credn>

MARCELO RECH



02/09/2014

Os senadores franceses Georges Patient, Michel Savin, Laurence Cohen e Leila Aichi, realizaram visita à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com o objetivo de adensar as relações parlamentares entre os dois países.

16. Vice-presidente da Câmara da Itália busca cooperação com a CREDN

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/vice-presidente-da-camara-da-italia-busca-cooperacao-com-a-credn>

MARCELO RECH



02/09/2014

A deputada italiana Marina Sereni, vice-presidente da Câmara dos Deputados daquele país, esteve com o presidente da CREDN, Eduardo Barbosa (PSDB-MG), com quem discutiu o aprofundamento da cooperação parlamentar entre os dois países. Sereni revelou que a próxima reunião do Grupo Parlamentar Brasil – Itália deverá ser realizada em Roma após as eleições brasileiras.

17. Iraque reclama da posição brasileira em relação ao Estado Islâmico

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/iraque-reclama-da-posicao-brasileira-em-relacao-ao-estado-islamico>

MARCELO RECH



02/09/2014

O embaixador do Iraque no Brasil, Adel Mustafa Kamil Alkudi, reclamou da posição brasileira em relação aos massacres cometidos pelo Estado Islâmico naquele país. De acordo com o diplomata, o Brasil é o país latino-americano mais importante para o Iraque.

18. Barbosa discute quadro político brasileiro com diplomatas estrangeiros

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/barbosa-discute-quadro-politico-brasileiro-com-diplomatas-estrangeiros>

LUIS MACEDO (CD)



29/10/2014

O presidente da CREDN, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), recebeu em audiência os diplomatas sul-africanos Mac Ntlabati e T. Nguza; o embaixador do Marrocos, Larbi Moukhariq; e o adido civil da embaixada da China, Wang Yunxiang, com quem discutiu aspectos relacionados ao processo eleitoral brasileiro concluído no último domingo com o segundo turno das eleições.

19. Rei da Nigéria é recebido na Câmara por integrante da CREDN

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/rei-da-nigeria-e-recebido-na-camara-por-integrante-da-credn>

FOTO: ASSESSORIA DA DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ



26/11/2014

O Rei Oba Al-Marouk Adekunle Magbagbeola, da Nigéria, foi recebido na CREDN pela deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP). O monarca está no país para tratar de temas como a aproximação do Povo Tradicional de Matriz Africana do Brasil, dialogar sobre o direito à alimentação tradicional, o direito à atenção integral a saúde, apresentar propostas para o enfrentamento das violações de direitos com a participação do governo e da sociedade civil, e envolver operadores da educação, saúde, alunos e municípios com a presença do Olufon de Ifon Osun.

20. Parlamento chinês quer intensificar cooperação com a CREDN

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/parlamento-chines-quer-intensificar-cooperacao-com-a-credn>

MARCELO RECH



27/11/2014

O deputado Cláudio Cajado (DEM-BA), integrante da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, recebeu comitiva do Parlamento chinês liderada pela vice-ministra da Cultura e vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Popular Nacional da China, deputada Zhao Shaohua.

21. Eduardo Barbosa recebe embaixador da Alemanha e discute cooperação

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/eduardo-barbosa-recebe-embaixador-da-alemanha-e-discute-cooperacao>

MARCELO RECH



03/12/2014

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN), Eduardo Barbosa (PSDB-MG), recebeu o embaixador da Alemanha no Brasil, Dirk Brengelmann, com quem discutiu temas de cooperação bilateral e no âmbito da União Europeia.

XV - MISSÕES OFICIAIS E VISITAÇÕES TÉCNICAS

1. Visita Técnica à Brigada de Operações Especiais do Exército Brasileiro localizada na cidade de Goiânia-GO.

Objetivo: conhecer o funcionamento e detalhes acerca do papel que a Brigada de Operações Especiais tem em relação aos grandes eventos sediados no Brasil, bem como à proteção das chamadas infraestruturas críticas do País. Essa unidade do Exército Brasileiro é o órgão responsável pela coordenação do eixo Prevenção e Combate ao Terrorismo e Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear nos eventos internacionais que têm lugar no País.

- **Data:** 20 de março de 2014
- **Comitiva:** deputados Eduardo Barbosa e Perpétua Almeida

2. Missão oficial às cidades de La Paz e de Santa Cruz de La Sierra – Estado Plurinacional da Bolívia.

Objetivo: verificar a situação dos brasileiros que estudam nessas cidades, sobretudo daqueles que fazem cursos universitário, pois, mesmo com o incentivo ao ensino superior patrocinado pelo governo brasileiro em universidades nacionais, os nossos vizinhos sul-americanos recebem um grande número de jovens que buscam formação profissional. A comunidade de estudantes brasileiros em países do cone sul é bastante numerosa, tendo crescido significativamente nos últimos anos em razão de o custo do ensino superior ser bastante atrativo naqueles países.

Nas regiões fronteiriças, em especial na Amazônia, onde há escassez de profissionais habilitados nas áreas de saúde, milhares de famílias investem financeiramente na formação dos seus filhos em universidades localizadas em países que fazem fronteira com o Brasil. Com o crescimento da comunidade de estudantes brasileiros nesses países, crescem igualmente os problemas a que estão sujeitos, que vão desde a relação cidadã com as autoridades e com a população local, até as burocracias referentes à validação dos seus diplomas para entrarem no mercado de trabalho, questões consulares e mesmo de violência. Esse conjunto de fatores motivou a realização desta missão oficial.

- **Data:** 01 a 03 de junho de 2014
- **Comitiva:** deputada Perpétua Almeida

3. Missão oficial à cidade de Barcelona - Espanha

Objetivo: Representar a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional no 19º Meeting Internacional, encontro anual das principais lideranças políticas, governamentais e empresariais brasileiras, que tem por objetivo fortalecer relacionamentos e promover oportunidades de negócios bilaterais. O Meeting Internacional, que é realizado anualmente, leva líderes brasileiros a países com potencial de intercâmbio econômico, comercial e cultural, e é um importante estímulo às relações econômicas e diplomáticas do País, além de propiciar o estabelecimento de novas parcerias. Essa missão oficial foi realizada sem qualquer ônus para a Câmara dos Deputados.

- **Data:** 27 de novembro a 1º de dezembro de 2014
- **Comitiva:** deputado Eduardo Barbosa

4. Missão oficial às cidades de Praga e Terezín – República Tcheca

Objetivo: Representar o Congresso Nacional na quarta edição do Fórum Internacional Let My People Live!

Esse fórum, promovido pelo Governo Tcheco, pelo Parlamento Europeu e pelo Congresso Judaico Europeu, constitui-se em uma série de eventos de alto nível, orientados para preservar memórias das atrocidades cometidas no Holocausto e outros acontecimentos trágicos da II Guerra Mundial, além de debater temas relacionados à paz mundial, combate ao terrorismo, combate a todas as formas de discriminação, ações promotoras dos direitos humanos e vários outras temas de interesse global.

Além das atividades em memória às vítimas do Holocausto, o Fórum dedicou-se a discutir temas relacionados às ameaças contemporâneas às minorias e à democracia. Em função dos recentes acontecimentos no cenário internacional, sendo exemplos os ataques terroristas em Paris em janeiro de 2015 e o aumento da violência perpetrada por grupos religiosos extremistas radicados na Síria, no Iraque, no Iêmen e outros países do Oriente Médio, a quarta edição do Fórum centrou-se nos desafios da tolerância religiosa, da liberdade de expressão, do combate ao antissemitismo, ao extremismo, à xenofobia e à discriminação de minorias na Europa e no mundo.

- **Data:** 26 e 27 de janeiro de 2015
- **Comitiva:** deputado Eduardo Barbosa

XVI - ATIVIDADES DA COMISSÃO

1. Eduardo Barbosa assume CREDN com foco nas políticas sociais

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/eduardo-barbosa-assume-credn-com-foco-nas-politicas-sociais>

ZECA RIBEIRO (CD)



26/02/2014

O deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) afirmou que, além de toda a temática das Relações Internacionais, queria tratar as políticas sociais à luz dos tratados e aproximar a CREDN da sociedade. “Cada vez mais, as pessoas precisam ter consciência dos temas de política externa e de defesa”, defendeu o parlamentar.

2. Crise na Venezuela e Cuba estarão na pauta da CREDN, afirma Barbosa

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/crise-na-venezuela-e-cuba-estara-na-pauta-da-credn-afirma-barbosa>

MARCELO RECH



26/02/2014

O presidente da CREDN afirmou que a crise na Venezuela e as relações do Brasil com Cuba – financiamento para a construção do Porto de Mariel e Programa Mais Médicos – estariam na pauta da CREDN após o Carnaval.

3. Presidente da CREDN lamenta falecimento do deputado Sérgio Guerra

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/presidente-da-credn-lamenta-falecimento-do-deputado-sergio-guerra>

DAVID RIBEIRO - CD



26/02/2014

“Não apenas o PSDB perde um excelente quadro. A política nacional também perde um homem sério, competente e um exímio articulador. Um político que por onde passou deixou marcas das suas realizações”, afirmou Eduardo Barbosa.

4. CREDN vai trabalhar pelo fortalecimento das Forças Armadas

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-vai-trabalhar-pelo-fortalecimento-das-forcas-armadas>

ZECA RIBEIRO (CD)



11/03/2014

O deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) afirmou em Comissão Geral da Câmara dos Deputados, que o colegiado irá trabalhar pelo fortalecimento das Forças Armadas brasileiras. Para tanto, os desdobramentos da Comissão Geral serão objeto de discussões no âmbito da Subcomissão Permanente dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas.

5. CREDN discutirá situação de brasileiros residentes no exterior

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-discutira-situacao-de-brasileiros-residentes-no-exterior>

MARCELO RECH



12/03/2014

A situação dos cerca de 2,5 milhões de brasileiros que residem em outros países entrará definitivamente na pauta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). Foi o que garantiu o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) que reuniu-se com representantes de conselhos de brasileiros que vivem no exterior. O deputado anunciou ainda a intenção de fortalecer a interlocução com esses grupos de forma permanente.

6. Chanceler debaterá temas da agenda de política externa na CREDN

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/chanceler-debatera-temas-da-agenda-de-politica-externa-na-credn>

MARCELO RECH



19/03/2014

Em atendimento a requerimento do presidente da CREDN, o ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, falará aos parlamentares acerca das atividades em curso no Itamaraty no dia 9 de abril em audiência pública.

7. CREDN aprova a realização de seminários e audiências públicas

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-aprova-a-realizacao-de-seminarios-e-audiencias-publicas>

MARCELO RECH



19/03/2014

A Comissão de Relações Exteriores aprovou diversos requerimentos para tratar de temas como o Programa Mais Médicos e a crise na Venezuela, a serem realizados ainda no primeiro semestre.

8. Corte no Orçamento será tema de debate com Celso Amorim na CREDN

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/corte-no-orcamento-sera-tema-de-debate-com-celso-amorim-na-credn>

MARCELO RECH



19/03/2014

O corte de cerca de R\$ 3,5 bilhões do Orçamento do ministério da Defesa será um dos temas a serem tratados pelo ministro da Defesa, Celso Amorim, em audiência pública a ser realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, no dia 16 de abril.

9. Eduardo Barbosa visita a Brigada de Operações Especiais do Exército

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/eduardo-barbosa-visita-a-brigada-de-operacoes-especiais-do-exercito>

MARCELO RECH



25/03/2014

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), visitou a Brigada de Operações Especiais do Exército Brasileiro em Goiânia. Segundo ele, “uma tropa que reúne os melhores na defesa dos nossos interesses e, principalmente, na defesa e proteção da nossa sociedade e das nossas infraestruturas críticas”.

10. Celso Amorim discutirá prioridades da Defesa na CREDN em abril

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/celso-amorim-discutira-prioridades-da-defesa-na-credn-em-abril>

MARCELO RECH



26/03/2014

O ministro da Defesa, Celso Amorim, confirmou a presença na audiência pública que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, promoveria no dia 9 de abril. Em reunião com o presidente Eduardo Barbosa (PSDB-MG), ele informou que tratará das prioridades da Defesa para 2014.

11. Representante do MRE afirma que Brasil atua na crise Rússia – Ucrânia

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/representante-do-mre-afirma-que-brasil-atua-na-crise-russia-2013-ucrania>

LÚCIO BERNARDO JÚNIOR (CD)



26/03/2014

Diretor do Departamento de Europa do ministério das Relações Exteriores, o embaixador Oswaldo Biato Júnior, afirmou em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que o Brasil atua na crise envolvendo a Rússia e a Ucrânia.

12. CREDN aprova doação de aeronaves militares a Moçambique

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-aprova-doacao-de-aeronaves-militares-a-mocambique>

ALEXANDRA MARTINS (CD)



26/03/2014

O Brasil irá doar três aeronaves T-27 Tucano fabricadas pela Embraer para Moçambique. É o que prevê proposta do governo brasileiro aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, com parecer favorável do deputado Carlos Zarrattini (PT-SP).

13. Aprovado auxílio para dependentes dos militares mortos na Antártica

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/aprovado-auxilio-para-dependentes-dos-militares-mortos-na-antartica>

ZECA RIBEIRO (CD)



26/03/2014

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), aprovou o parecer do deputado Hugo Napoleão (PSD-PI) ao projeto de lei que concede auxílio especial e bolsa educação aos dependentes dos militares da Marinha do Brasil falecidos no acidente ocorrido em fevereiro de 2012 na Estação Antártica Comandante Ferraz.

14. Livro Branco da Política Externa será apresentado na CREDN

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/livro-branco-da-politica-externa-sera-apresentado-na-credn>

MARCELO RECH



02/04/2014

O futuro Livro Branco da Política Externa Brasileira será apresentado pelo ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, na CREDN. Foi o que ficou acertado entre o chanceler e o presidente da Comissão, Eduardo Barbosa (PSDB-MG), que participou do encerramento do evento "Diálogos sobre Política Externa", promovido pelo Itamaraty durante os meses de fevereiro e março.

15. Possível aval do Brasil a calote argentino será discutido na CREDN

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/possivel-aval-do-brasil-a-calote-argentino-sera-discutido-na-credn>

MARCELO RECH



02/04/2014

A decisão do governo brasileiro de ingressar no dia 24 de março, na Suprema Corte dos Estados Unidos, com pedido para atuar como "amicus curiae" – amigos da Corte – em processo movido por credores da Argentina, em razão de dívida remanescente de calote que o país dera em 2001, será objeto de audiência pública a ser realizada pela CREDN.

16. Audiência discutirá aspectos do Acordo Mercosul – União Europeia

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/audiencia-discutira-aspectos-do-acordo-mercosul-2013-uniao-europeia>

LÚCIO BERNARDO JÚNIOR(CD)



02/04/2014

O processo de negociação entre o Mercosul e a União Europeia será objeto de audiência pública a ser realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados. Requerimento do deputado Dr. Rosinha (PT-PR), membro do Parlamento do Mercosul, foi aprovado pela CREDN.

14. CREDN ouvirá diretor da Petrobras sobre compra de refinaria nos EUA

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-ouvira-diretor-da-petrobras-sobre-compra-de-refinaria-nos-eua>

GABRIELA KOROSSOY (CD)



02/04/2014

O ex-diretor da Área Internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, será convidado a prestar esclarecimentos na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas, Estados Unidos. Além dele, também será chamado o ex-diretor de Refino e Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, que está preso na Operação Lava Jato da Polícia Federal.

15. Política salarial das Forças Armadas será debatida na CREDN

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/politica-salarial-das-forcas-armadas-sera-debatida-na-credn>

GUSTAVO LIMA (CD)



02/04/2014

O ministro da Defesa, Celso Amorim, falará à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), em audiência pública, sobre a política salarial dos militares das Forças Armadas.

16. CREDN realizará audiência pública para discutir crise na Venezuela

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-realizara-audiencia-publica-para-discutir-crise-na-venezuela>

GABRIELA KOROSSOY(CD)



02/04/2014

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, realizará audiência pública para debater a crise política na Venezuela que já dura quatro meses e resultou na morte de 39 pessoas e mais de 1,5 mil prisões. A deputada Maria Corina Machado, cassada pela Assembleia Nacional, em reunião reservada da CREDN, foi convidada a participar do evento.

17. Situação do povo Saharaui será debatida em audiência pública da CREDN

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/situacao-do-povo-saharai-sera-debatida-em-audiencia-publica-da-credn>

MARCELO RECH



09/04/2014

A situação do povo Saharaui será debatida em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados conforme prevê requerimento do deputado Alfredo Sirkis (PSB-RJ), aprovado pelo colegiado.

18. Ex-presidente da Petrobras explicará compra de refinaria nos EUA

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/ex-presidente-da-petrobras-explicara-compra-de-refinaria-nos-eua>

MARCELO RECH



23/04/2014

O ex-presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, explicará na Comissão a compra de uma refinaria em Pasadena, nos Estados Unidos, fechada durante a sua gestão à frente da estatal. É o que prevê os requerimentos dos deputados Duarte Nogueira (PSDB-SP), Antonio Imbassahy (PSDB-BA) e Rubens Bueno (PPS-PR).

19. CREDN quer saber o que faz o IPEA na Venezuela

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-quer-saber-o-que-faz-o-ipea-na-venezuela>

MARCELO RECH



23/04/2014

O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Marcelo Neri, e o chefe da autarquia na Venezuela, Pedro Silva Barros, foram convidados a explicarem na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), o que faz o IPEA naquele país.

20. Aprovada Moção de Solidariedade à Ucrânia

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/aprovada-mocao-de-solidariedade-com-a-ucrania>

MARCELO RECH



23/04/2014

A CREDN aprovou Moção de Solidariedade à Ucrânia, em apoio à paz, ao fim da violência e à integridade da soberania e da unidade territorial daquele país. O texto aprovado contou com a iniciativa dos deputados Cláudio Cajado (DEM-BA) e Alfredo Sirkis (PSB-RJ).

21. Mara Gabrilli representará a CREDN no The Miami Project

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/ex-presidente-da-petrobras-explicara-compra-de-refinaria-nos-eua>

MARCELO RECH



23/04/2014

A deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), representará a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) no The Miami Project to Cure Paralysis, que será realizado nos Estados Unidos entre 17 e 23 de maio. Segundo ela, “o The Miami Project é o principal centro de pesquisa em lesão medular do mundo, um centro de excelência vinculado à Faculdade de Medicina da Universidade de Miami e que conta com mais de 250 cientistas, pesquisadores e clínicos”.

22. CREDN discutirá com a Defesa a produção de munições cluster

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-discutira-com-a-defesa-a-producao-de-municoes-cluster>

MARCELO RECH



23/04/2014

Por requerimento da deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) discutirá com o Ministério da Defesa, a produção de munições clusters. De acordo com a Cruz Vermelha Internacional, as munições cluster são armas compostas por uma caixa que se abre no ar e espalha inúmeras submunições explosivas ou sub-bombas sobre uma ampla área.

23. Seminário vai discutir políticas públicas para migrantes e retornados

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/seminario-vai-discutir-politicas-publicas-para-migrantes-e-retornados>

LÚCIO BERNARDO JÚNIOR (CD)



29/04/2014

O seminário "Migração e Cidadania" priorizará o acesso dos migrantes brasileiros, em especial os chamados "retornados" que buscam recomeçar a vida no Brasil, às políticas públicas por meio de programas como Minha Casa, Minha Vida e Bolsa Família. A iniciativa é do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), presidente da CREDN.

24. Eduardo Barbosa recebe grevistas da IMBEL e teme por grandes eventos

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/eduardo-barbosa-recebe-grevistas-da-imbel-e-teme-por-grandes-eventos>

MARCELO RECH



29/04/2014

O presidente da Comissão, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), recebeu comitiva de funcionários da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), vinculada ao Ministério da Defesa e ao Comando do Exército, que estão em greve há 17 dias. Segundo Barbosa, "a greve compromete a entrega de pistolas e fuzis para as sedes da Copa do Mundo e dos demais grandes eventos a serem realizados no Brasil".

25. CREDN criará Subcomissão sobre política salarial dos militares

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-criara-subcomissao-sobre-politica-salarial-dos-militares>

ZECA RIBEIRO (CD)



06/05/2014

Sob a coordenação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas e em parceria com a Frente Parlamentar da Defesa Nacional e o Instituto InfoRel de Relações Internacionais e Defesa, a CREDN realizou o Seminário "Os Projetos Estratégicos das Forças Armadas: contribuição ao Desenvolvimento Nacional". Na oportunidade, o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), presidente da CREDN, anunciou a criação da Subcomissão Especial para acompanhar a política salarial dos militares da ativa e da reserva.

26. Deputados divergem sobre declarações de técnico do Ipea na Venezuela

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/deputados-divergem-sobre-declaracoes-de-tecnico-do-ipea-na-venezuela>

LÚCIO BERNARDO JÚNIOR (CD)



21/05/2014

As declarações dadas pelo técnico do Ipea Pedro Silva Barros sobre a recente crise na Venezuela provocaram debates acalorados na CREDN. Barros, que está desde 2010 a serviço do Ipea no país vizinho, fez comentários, em entrevistas e em um blog, sobre a situação política venezuelana, algo que os deputados da oposição consideraram inadmissível para um servidor público em missão oficial.

27. Criada a Subcomissão que acompanhará a política salarial dos militares

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/criada-a-subcomissao-que-acompanhara-a-politica-salarial-dos-militares>

EDILSON HOLANDA



27/05/2014

A Subcomissão Especial para acompanhar a política salarial dos militares da ativa e da reserva foi instalada no dia 27, pela CREDN. O deputado Vítor Paulo (PRB-RJ) será o presidente, Nelson Marquezelli (PTB-SP), o vice e o deputado Izalci (PSDB-DF), o relator.

28. CREDN debate impactos do futuro acordo Mercosul – União Europeia

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-debate-impactos-do-futuro-acordo-mercossul-2013-uniao-europeia>

ZECA RIBEIRO (CD)



27/05/2014

O futuro acordo de livre comércio a ser firmado entre Mercosul e a União Europeia foi tema de debate na CREDN. Acordo entre os dois blocos dividiu opiniões e representantes dos trabalhadores cobram transparência nas negociações.

29. Munições cluster e o papel do Brasil são alvos de debate na CREDN

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/municoes-cluster-e-o-papel-do-brasil-sao-alvos-de-debate-na-credn>

MARCELO RECH



03/06/2014

O armazenamento, utilização e comercialização de munições cluster pelo Brasil foram alvo de audiência pública realizada pela CREDN. Compareceram o general Gerson Menandro Garcia de Freitas, chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e o professor Cristian Ricardo Wittmann, da Universidade Federal do Pampa (RS).

30. Situação dos brasiguaios voltará à pauta da CREDN

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/situacao-dos-brasiguaios-voltara-a-pauta-da-credn>

GUSTAVO LIMA (CD)



04/06/2014

A situação dos cerca de 400 mil brasileiros que vivem e produzem soja no Paraguai será discutida em audiência pública. Requerimento dos deputados André Zacharow (PMDB-PR), Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC) e Janete Rocha Pietá (PT-SP), aprovado na CREDN, pretende ouvir o Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Embaixador Sérgio Danese, e o produtor rural brasileiro no Paraguai, Jaci Setti. Zacharow explicou que apesar dos esforços e do diálogo bilateral, esses brasileiros continuam sendo vítimas de oposição de fortes grupos de camponeses paraguaios que reivindicam a posse dessas terras.

31. CREDN debate os dez anos da presença brasileira no Haiti

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-debate-os-dez-anos-da-presenca-brasileira-no-haiti>

MARCELO RECH



04/06/2014

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) realizou audiência pública para debater os diversos aspectos dos dez anos da presença militar brasileira na Missão da ONU de Estabilização do Haiti (MINUSTAH). O autor do requerimento é o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG).

32. Amorim terá de explicar compra do Gripen e de mísseis dos EUA

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/amorim-tera-de-explicar-compra-do-gripen-e-de-misseis-dos-eua>

LUIS MACEDO (CD)



04/06/2014

O ministro da Defesa, Celso Amorim, foi convidado a explicar na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional detalhes a respeito da decisão brasileira de adquirir o caça supersônico sueco Gripen NG. Há duas semanas, a Suíça em plebiscito decidiu cancelar a compra do avião. Para Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), a medida joga muitas incertezas em relação ao contrato a ser firmado pelo Brasil com a fabricante Saab.

33. CREDN discute financiamento e exportação de serviços de engenharia

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/credn-discute-financiamento-e-exportacao-de-servicos-de-engenharia>

LUCIO BERNARDO JR. (CD)



02/07/2014

O financiamento e a exportação de serviços de engenharia foram discutidos em audiência pública realizada pela CREDN. O autor do requerimento, deputado Cláudio Cajado (DEM-BA), lembra que a exportação de serviços de engenharia é atividade considerada estratégica para o país, pois também geram empregos, renda e investimentos em produção e em inovação.

34. Desvios de doações da Cruz Vermelha será tema de audiência na CREDN

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/desvios-de-doacoes-da-cruz-vermelha-sera-tema-de-audiencia-na-credn>

ZECA RIBEIRO (CD)



29/10/2014

As denúncias dando conta que R\$ 17 milhões em doações para campanhas humanitárias da Cruz Vermelha Brasileira, teriam sido desviadas para uma ONG no Maranhão, serão objeto de uma audiência pública a ser realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), conforme requerimento do deputado Rubens Bueno (PPS-PR).

35. Ministro da Defesa terá de explicar contrato do Gripen na CREDN

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/ministro-da-defesa-tera-de-explicar-contrato-do-gripen-na-credn>

LUIZ MACEDO (CD)



29/10/2014

O ministro da Defesa, Celso Amorim, o Comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, e o presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC), José Augusto Crepaldi Affonso, terão de explicar na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o que levou o governo a assinar um contrato para a aquisição de 36 aviões de caça suecos Gripen NG, por US\$ 5,4 bilhões. Os requerimentos são de autoria dos deputados Rubens Bueno (PPS-PR) e Duarte Nogueira (PSDB-SP), que estranharam o valor final do contrato.

36. Chanceler falará à CREDN sobre Política Externa, BRICS e Estado Islâmico

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/chanceler-falara-a-credn-sobre-politica-externa-brics-e-estado-islamico>

ANTONIO AUGUSTO (CD)



29/10/2014

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprovou requerimentos dos deputados Eduardo Barbosa (PSDB-MG) e Alexandre Leite (DEM-SP), que convidam o ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, para fazer uma avaliação sobre os rumos da Política Externa Brasileira, a criação do Banco dos BRICS e a suposta sugestão da presidente Dilma Rousseff de dialogar com o Estado Islâmico.

37. EUA é tema de debate com estudantes da Católica

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/relacoes-brasil-2013-eua-e-tema-de-debate-com-estudantes-da-catolica>

MARCELO RECH



04/11/2014

Alunos de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília (UCB), integrantes do Núcleo de Estudos dos Estados Unidos, discutiram o futuro das relações do Brasil com aquele país, questões ligadas ao comércio exterior e aspectos da política interna brasileira. Os estudantes foram recebidos pelo presidente da CREDN, Eduardo Barbosa (PSDB-MG) e o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

CORPO TÉCNICO

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Edilson Holanda

SERVIDORES

Antonio Alves Ferreira Júnior
Clesione Alves Gomes
João Victor Scherrer Bumbieris
Juliana Fernandes Camapum
Maria do Carmo Souza
Maria Rosa Silveira Aguiar
Marinete Duarte P. M. Correa
Nilo Barroso Neto
Renata Tavares Henrique
Sebastião Pereira dos Santos
Washington Carlos Maciel da Silva

ASSESSOR DE IMPRENSA

Marcelo Rech

ESTAGIÁRIAS

Carolina Coelho Jordão
Raquel Viana Borsoi

PRÓ-ADOLESCENTES

Nathalia Silva dos Santos
Sueny Estefany Barbosa da Silva

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Local: Câmara dos Deputados, Anexo II, Pav. Superior, Ala A, Sala 131

Cep: 70160-900

Telefones: (61) 3216-6733 a 6741 - Fax : (61) 3216-6745

E-mail: credn@camara.leg.br

Ao assumir a presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN) no início de 2014, busquei adensar os processos de rotina dessa instância com a inclusão da temática social. Dois paradigmas são, portanto, o ponto de partida: a atuação, sobretudo no âmbito da política externa, não se trata de submeter a influência das dinâmicas ou injunções partidárias, de forma alguma. Mas, se a diplomacia constitui a parte da política nacional, o Parlamento tem a obrigação de ajudar a interpretar o que venha a ser de fato o interesse nacional. Em outras palavras, cuidar para que a política externa não se desvincule da realidade nacional, das questões relativas ao bem-estar da população.

CREDN

Ora, diplomacia e defesa se inserem naturalmente no escopo das políticas públicas. Ambas têm por finalidade precípua a consecução do interesse nacional, o qual deve estar alicerçado no bem-estar da população, nos seus direitos e garantias. Por essa razão, o interesse nacional se define no confronto de ideias, por canais institucionais, com a participação da sociedade. A inserção positiva do Brasil no cenário internacional requer, portanto, a definição de políticas públicas consistentes e largamente respaldadas nos anseios da sociedade.

Ademais, a força da informação e da comunicação, sobretudo por meio das redes sociais, tem possibilitado um envolvimento crescente das pessoas nos assuntos globais. Trata-se da internacionalização do mundo na vida cotidiana. Com isso, as pessoas comuns se veem cada vez mais estimuladas a participar da discussão do interesse nacional e de sua defesa no exterior. Por essa razão, o Congresso brasileiro tem papel cada vez mais importante no debate de nossa estratégia internacional, embora não seja constitucionalmente a Executiva a formular e executar política externa. Não se trata aqui de submeter a influência das dinâmicas ou injunções partidárias, de forma alguma. Mas, se a diplomacia constitui a parte da política nacional, o Parlamento tem a obrigação de ajudar a interpretar o que venha a ser de fato o interesse nacional. Em outras palavras, cuidar para que a política externa não se desvincule da realidade nacional, das questões relativas ao bem-estar da população.

Com essa motivação, ao longo de 2014, foram promovidos, no âmbito desta Comissão, os seminários “Migração e Cidadania – Desafios para Assistência ao Migrante Brasileiro” e “Trabalho Escravo Globalizado: Desafios Brasileiros”, que se incluem entre os novos temas abordados. Também realizou Audiência Pública de desenvolvimento econômico e social, sendo discutidos pontos que estão



Ainda no campo das relações internacionais, realizou Seminário Os Rumos da Política Externa Brasileira para os próximos anos; e ainda o futuro da Política Externa Brasileira, com o ex-Chanceler Luiz Antonio de Fátima e o sociólogo Demétrio Magnoli. No que toca à defesa nacional, realizou Audiência Pública de desenvolvimento econômico e social, sendo discutidos pontos que estão

do papel da política externa brasileira frente à nova situação do País frente a uma ordem cada vez mais velozes. Os desafios da política externa brasileira incluem as parcerias estratégicas internacionais, como o Seminário Os Rumos da Política Externa Brasileira, com o ex-Chanceler Luiz Antonio de Fátima e o sociólogo Demétrio Magnoli. Os recursos necessários à sua modernização e reequipamento são compatíveis com o nível de exigência e o compromisso com as atividades públicas com o Orçamento e Gestão, das Forças Armadas e o fim de sustentar a financiar os

Preocupado com esse cenário, sobretudo diante da baixa atratividade da carreira militar nos dias atuais, com todos os reflexos negativos que isso representa para o País, apresentei requerimento solicitando a constituição de Subcomissão Especial destinada a acompanhar a política salarial dos militares da ativa e da reserva, cuja instalação se deu em 14 de maio de 2014, tendo como Presidente o Deputado Víctor Paulo e Relator o Deputado Izalci.

A criação dessa Subcomissão se soma às demais iniciativas já levadas a efeito neste Colegiado, em prol da garantia dos recursos orçamentários necessários à modernização e ao reaparelhamento das Forças Armadas e de mais recursos para a área de pessoal. São exemplos dessas medidas o funcionamento, desde agosto de 2012, da Subcomissão Permanente para acompanhar os projetos estratégicos das Forças Armadas, e a aprovação das sugestões de emendas ao Orçamento Geral da União tendo as Forças Armadas e o Ministério das Relações Exteriores como beneficiários.

Ainda na área da defesa nacional, vale destacar que a Comissão dedicou o dia 6 de maio para debater, no âmbito da Subcomissão Especial, o Projeto de Lei nº 1.042/2014, que estabelece o plano nacional de investimentos em tecnologia de defesa e a abertura de mercados para equipamentos bélicos fabricados no País. O evento contou com a presença do Ministro de

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL



permanentes (para Acompanhar os Projetos Estratégicos das Forças Armadas, dos Movimentos Migratórios do País, para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa); por suas duas Subcomissões Especiais (para Acompanhar as Atividades da Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas e para Acompanhar a Política Salarial dos Militares da Ativa e da Reserva) e ainda pelo Grupo de Trabalho destinado a analisar a adequação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados